REVISTA

DO

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

DO

AMAZONAS

FUNDADO EM 25 DE MARÇO DE 1917

1948

ANO VII **VOLUME VII**

Manaus — 1948
Imprensa Oficial

Mandada compôr e imprimir nas oficinas da Imprensa Oficial, pelo Sr. Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, Governador do Estado do Amazonas, em comemoração à data do centenário da elevação da antiga vila da Manaus à categoria de cidade, com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. (1848-1948).

FACHADA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, À RUA BERNARDO RAMOS, MANAUS

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

DIRETORIA

PARA O ANO SOCIAL DE 1947 — 1950

Prof. Agnelo Bitencourt.	Presid. (reeleito, ausente)
Desemb. Manoel Anisio Jobim. .	1.º Vice-Presid. em exerc.
Desemb. André Vidal de Araújo	2.º Vice-Presidente
Eng.-Agronomo Admar Thuri . .	1.º Secretário (reeleito)
Prof. Julio B. Uchôa.	2.º Secretário
Dr. Oscar Rayol.	Tesoureiro

A Data do Centenário

ESCÔRÇO HISTÓRICO

O Rio Negro

O rio Negro é o maior contribuinte do Amazonas pela sua margem esquerda. Alarga-se a espaços em grandes bais até as raias de Santa Isabel, a proporção que se navega para o alto. Impressiona de logo a côr de suas águas. O colorido escuro é dévido a serem menos carregadas de detrítos, que as águas brancas, e conterem muitas substancias úmicas em consequencia da decomposição das plantas, ou, como ensina Humboldt, a carburetos que encerra em dissolução.

Seu curso é muito grande, repousando em leito de granito de idade terciária, 1.600 quilometros, achando-se as suas cabeceiras sob espessos miritizais em território colombiano. Sendo um rio pouco correntoso, exceto na zona das cachoeiras, apresenta disposições singulares, pontos em que as rochas submergidas e cristas de arrecifes, vindos à flôr da superficie, denunciam-se por um ligeiro tremor, que os naturais chamam de *água tremida*.

Possue margens limpas e secas, revestidas de árvores anãs e de ramagem aberta, na expressão de Spix, seguindo-se logo a mata alta e rebrilhante.

Aparece o rio Negro na história como a artéria mais explorada e populosa nos tempos coloniais. Foi o núcleo inicial de nossa vida politica e social. Povoações antigas desapareceram e as restantes não têm tido progresso, com exceção de S. Gabriel, hoje Uaupés, graças ao influxo inteligente dos padres Salesianos.

O descobrimento do rio Negro deve-se a Francisco de Orelana, um dos grandes capitães da expedição de Gonçalo Pizarro, que partiu de Quito, no Perú, no Natal de de 1539, à procura do País da Canela e do Dorado. Orelana, a certa altura da entrada foi mandado seguir na frente

com o objetivo de conseguir provisões de boca para socorrer aquela grande "cidade em marcha", cujos caminheiros, já exaustos de fadiga, e esfomeados, apelaram para este recurso de emergencia. Destacados cincoentą homens entre eles, frei Gaspar de Carvajal, em bergantins, desceram o rio a cuja beira parara o general da expedição, que dera ordens expressas de, obtidos provisões alimenticias, regressassem todos.

As ilusões de encontrarem mantimentos dissiparam-se logo; não havia nada nas cercanias do Coca e do Napo que lhes pudesse aproveitar. Voltar não era possivel pela impetuosidade das correntes a vencer em tão grande distancia. Reunido o conselho e deliberado prosseguir à aventura da sorte, assumiu Orelana a chefia daquele grupo de aventureiros. Adiante defrontaram um rio de estranha largura e grande profundidade — o Marañon. cuja corrente turbilhonante desceram curiosos e admirados.

A 3 de Junho de 1542, passaram pela boca do rio Negro, sendo por consequencia Orelana o seu descobridor. Diz B. Miranda, porém, que o descobrimento da enseada pertence aos Maranones de Lopo de Aguirre.

Um século depois esteva na baía do rio Negro o grande capitão Pedro Teixeira.

Adiante, na foz do Nhamundá, o destino reservou-lhes uma surpreza. Mulheres varonis crivaram os bergantins de flechas em combate cerrado. Tal o assombro de Orelana que o rio que recebera de inicio seu nome, — rio de Orelana, passava agora a denominar-se, nome dado por ele mesmo, evocando as mulheres guerreiras da Asia, — Rio das Amazonas.

A fundação do Forte

Em 1669, em virtude de ordem do rei de Portugal, D. Pedro II, era fundado o forte, que recebeu o nome biblico de Jesus, Maria, José, no local em que está hoje edificada a cidade de Manaus. Encarregou o governador geral de então, do Maranhão e Grão-Pará, general Antonio de Albuquerque Coelho da construção do fortim a Francisco da Mota Falcão. Guardava a forma quadrangular, e era artilhado com quatro peças, duas de bronze e duas de ferro, respectivamente de calibre 1 e 3. Foi seu primeiro comandante o capitão Angélico de Barros, havendo uma guarnição de umas duzentas praças.

Antes desse ano memoravel em que vemos assentado o baluarte defensivo dos interesees da coroa portuguesa no rio Negro, já tinham passado por aí duas bandeiras, de resgastes, vindas do Maranhão, a primeira em 1657, e a segunda em 1658, composta áquela dos padres jesuitas Francisco Veloso e Manoel Pires com muitos indios e soldados, servindo de cabo da entrada Bento Maciel Parente, arrebanhando cerca de seiscentos escravos indios, que foram distribuidos pelos moradores do Pará e pelas aldeias da Companhia de Jesus. Os missionários, porém, deixaram um sinal de sua estadia — uma missão dos indios Tarumãs localizada um pouco abaixo do arquipélago das Anavilhanas, ou ilhas Anauenes. Em 1658 a segunda tropa de resgates foi organizada, como a primeira, sob os auspicios e aplausos do padre Antonio Vieira, mas desta vez constituida dos padres Pedro Pires e Francisco Gonçalves, Provincial da Companhia, que colheram no rio Negro mais de setecentos escravos indigenas.

O padre José de Moraes, missionário jesuita, na sua importante obra — "História da Companhia de Jesus da Provincia do Maranhão" (1759) escreve: "Celebre a sua felicidade este rio por lograr por seus primeiros conquistadores estes dois padres Veloso e Gonçalves, os maiores da Vice-Provincia, depois dos padres Antonio Vieira e Luiz Figueira".

Em 1690 mandou el-rei que a missão do rio Negro tivesse missionário com residênca. Frei João Maria Garçoni veio em uma tropa de resgates, e aí demorou-se até 1692, providenciando sobre a residência, sucedendo-lhe o religioso João Justo da Lucca. Essa missão dos Tarumãs foi depois abandonada devido às lutas feridas no Pará, em consequencia das quais houve a primeira expulsão dos jesuitas.

Em 1668 Pedro da Costa Favela, oficial acostumado às *razzias* feitas aos selvagens, teve, no rio Urubú, noticia de grande fertilidade de indios no río Negro, dirigindo-se a este rio acompanhado do missionário carmelita frei Teodoro das Mercês e uma tropa, tomando conhecimento da terra e tribos que a habitavam, e, ainda, do grave perigo que corria esta parte da bacia amazônica com a possivel invasão de holandeses do Surinane, os quais conforme os boatos, mantinham relações amistosas com a tribo dos Manaus. Favela, que foi bem recebido pelos Tarumãs, criou o burgo de Aiurim, no riacho do mesmo nome.

Na sua volta informou de tudo ao governador Coelho de Carvalho. As providencias não tardaram, e o fortim de pedra e barro, surgiu, como sentinela avançada um pouco acima de Manaus nesta altura. Anos depois cogitou-se de mudar a Casa Forte do rio Negro para a foz do Jauaperi, por parecer lugar mais adequado e estratégico, porém, apesar da determinação do rei neste sentido, em virtude de representação do governador do Maranhão, Berredo, a transferência não se efetuou, e a fortaleza manteve-se no primitivo local, baluarte de defesa da soberania portuguesa e tambem ponto de registro de canoas que desciam cheias de indios escravizados.

Como Surgiu o Lugar da Barra do Rio Negro

Edifícada a fortaleza, começou a surgir o povoado, que a legislação antiga denominou Lugar da Barra. Os indios mais dóceis e susceptíveis de aceitar a vida sedentária, foram os prtmeiros a se aproximar, entrando em negociações com os soldados da guarnição, e seu comandante, que tinha, conforme instruções recebidas, todo interesse em reuní-los, ajustá-los à vida civilizada, e aproveitar-lhes a energia cabocla para os trabalhos da pesca, da agricultura, da pequena e rude indústria, que começava a esboçar-se. Os primeiros chegados vinham de lugares mais próximos, outros eram trazidos de longe, do rio Negro, do Solimões, do Juruá; foram Banibas, Passés, Barés, Manaus estes últimos de sua grande tribu guerreira, acusada de autropofagia, com ou sem razão. A grande maioria obedeceu aos *descimentos*, em que se empenhavam cabos e sertanistas, indo até as malocas na profundidade das selvas, ou à beira do rio, procurando atrair com promessas e seduções os selvícolas, ou conduzindo-os á força, se preciso fosse. Grande papel nos *descimentos* desempenharam os padres, que não mediam sacrificios, nem comodidade, nem saude, sofrendo perigos pessoais, com tanto que as aldeias aumentassem, a população engrossasse e os bugres pagãos pudessem receber os ensinamentos ortodoxos da religião e da cultura europeia.

Um traço romantico pinta de certo modo o povoamento. Um sargento da guarnição, Guilherme Valente, que tinha algo de cavalheiresco, ousou subir o rio Negro e

entrar o Caburí, até então inviolavel ao passo do branco, defendido pelos arcos e flechas dos valentes Manaus e Caboricenas. Guilherme Valente, com jeito conseguiu chegar até lá, e entreter amisade com os tuchauas. Foi mais adiante, apaixonado pela filha de um cacique dos Manaus, desposou-a. Estava feita a paz. Um povoado surgiu na beirada do rio Negro, o qual mais tarde transformou-se no burgo de Aracari, em seguida, chamado Carvoeiro.

Aos Carmelitas, porém, reserva-se a palma de terem nestes sertões criado vários centros, para os quais procuravam arrebanhar a bugrada. Sucedendo aos jesuitas, quando foi da divisão dos distritos eclesiásticos, em que cada Ordem religiosa devia operar, entraram na rio Negro no ano de 1695, e puseram mãos à obra titanica, que devia imortalizar os seus feitos. O primeiro missionário dessa grande Confissão foi o revmo. frei Evangelista, que colocou a missão dos Tarumãs sob a égide de Santo Elias, em vez de Nossa Senhora da Conceição, em que estava ao tempo dos discipulos de Loiola. A este piedoso sacerdote sucedeu no governo da aldeia o muito ilustre religioso frei José da Madalena, cujo nome respeitavel veio aureolado até nós. Frei José, sentindo os incomodos das visinhanças do forte, mudou a missão para mais longe, para a foz do Jaú, dando origem a atual vila de Airão.

Em 1740, o comandante do forte restabeleceu o povoado de Aiurim, que em poucos anos desaparecia, transformando-se em tapera.

As barracas dos indios despontavam em redor do fortim num arruado tôsco, sem alinhamento cobertas com palhas da região, e paredes de pau à pique ou barro, material aliás muito usado aindo hoje nas habitações ribeirinhas. Desses selvagens os mais adaptaveis aos costumes europoides foram sem dúvida os Passés que, na expressão do naturalista Martius "pelas bonitas feições e pela esbelteza do porte alto, eram os mais belos indios do rio Negro".

Os pescados, as frutas do mato, as roças de milho e outros legumes constituiam o pequena comércio dessa praça, cuja população ia crescendo com a achega de novos indios e novos elementos brancos.

—Barra do Rio Negro, começaram a chamar o lugarejo—Porque? Porque os que iam e vínham diziam muito simplesmente: vou a Barra, ou volto da Barra, por se achar o forte a dezesseis quilometros da confluência do rio Negro com o Amazonas-Solimões.

Os Manaus, cujas populosas aldeias semeavam-se do Urarirá até a ponta ínferior da ilha Timoni, fronteiro ao Chiuará, no rio Negro, foram os indios destinados a dar o nome de sua tribo, mais tarde, à cidade de Manaus.

Os beneméritos Carmelitas não atuaram somente no rio Negro; foi-lhes dada tambem a ingente tarefa de dirigirem as Missões do Solimões, criadas algumas por Samuel Fritz missionário alemão ao serviço de Espanha no Perú. O catequista dos Ibanomas, dos Cambebas, dos Jurimaus, não contente de missionar no Perú veio descendo Solimões a baixo e fundando outras aldeias, e pretendia chegar ao estuário, com a sua teoria de que o dominio era de Espanha se os portugueses, avisadamente, não o tivessem expulsado das nossas águas.

A criação da Capitania de São José do Rio Negro

Deixando de parte outros muitos acontecimentos que se deram, um fato relevante, de alta significação política e social, vinha enquadrar o rio Negro na categoria de estado com a sua vida administrativa e judiciária, as suas instituições, a sua indústria e agricultura organizadas, as suas aldeias e missões, os seus indios espalhados pelas florestas, embora os governadores ficassem dependentes do governo do Grão-Pará, a que até então pertencia o Amazonas, como continuação do território daquela Capitania. El-Rei D. José I de Portugal, aceitando as informações do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, da Real Marinha lusitana, irmão do primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, visando a necessidade, que havia, de assegurar o dominio português por essas bandas, aproveitar integralmente as forças econômicas do sertão, e domesticar os indios errantes, de que uma poderosa porção fôra atraida ao grêmio da Igreja, baixou a Carta-Régia de 3 de Março de 1755, criando a Capitania de São José do Rio Negro, e dando todas as atribuições para a sua conveniente instalação ao capitão-general Mendonça Furtado, Diz Joaquim Nabuco que a criação da Capitania foi uma consequencia do Tratado de Limites, assinado entre Espanha e Portugal, a 13 de Janeiro de 1750. Obra do emérito paulista Alexandre de Gusmão, o tratado em apreço é

um dos documentos mais notáveis da época, pela larga visão do autor, e principios juridicos adiantados, admitidos ainda hoje pelas nações modernas.

Mendonça Furtado havia sido nomeado governador da Capitania do Grão-Pará, sendo desmembrada da do Maranhão, e em 1753 era escolhido para chefiar as Partfdas de Demarcação do Norte, pois o governo português havia organizado duas grandes Partidas de Demarcação, que operariam, uma no Sul, e a outra, no Norte. Segundo Joaquim Nabuco, "as conferências dos comissários no que respeitasse as fronteiras do Norte e oeste até Mato-Grosso não se podiam realizar nem no Pará, nem em Tabatinga; o lugar para elas tinha que ser procurado entre esses extremos, em alguma das povoações do rio Negro". (O Direito do Brasil, 1941).

Por isso foi preferida a missão carmelitana de Mariuá que passou por uma grande transformação, construindo-se vários edificios para acomodação das duas comitivas e tropas. A partida espanhola vinha pelo Orinoco, sendo representante D. José de Iturriaga.

Mendonça Furtado chegou a Mariuá a 28 de Dezembro de 1754, demorando-se cerca de um ano, e como o diplomata castelhano não chegasse, voltou a Belém, só regréssando ao Rio Negro e ali chegando a 4 de Maio de 1758. No dia 6 erigiu Mariuá à categoria de vila com a denominação de Barcelos, criando assim o municipio, e dias depois prescreveu os seus limites orientais com o Pará, e ao sul, com a Capitania de Mato-Grosso. No ato da instalação nomeou as principais autoridades da Camara, o governador do Rio Negro, o escrivão, e tomou outras providências, ocupou São Gabriel até a fronteira de Cucuí, elevou à categoria de vila os povoados de Itarendau com o nome de Moura e de Bararoá com o de Tomar. Já antes havia dado organização municipal a missão de Trocano, com o nome de Borba a Nova.

Sentindo-se doente, passou o cargo a D. Antonio Rolim de Moura, seguindo para Lisboa.

O Tratado de Madrid foi substituido pelo de Santo Ildefonso, de 1 de Outubro de 1772.

Governadores da Capitania

Mendonça Furtado entregou o governo da Capitania a seu sobrinho o coronel Joaqim de Melo Póvoas, a 7 de

Maio, o qual desenvolveu um programa eficiente de trabalho. Viajou pela interlandia e continuou a obra de seu tio, e elevou muitas aldeias a lugares e outros povoados mais adiantados à categoria de vila. Empenhou-se a fomentar os casamentos dos brancos com as indias, autorizado pela metropole. Sucedeu no governo o coronel Gabriel de Souza Filgueiras; por morte deste substituiu-o o coronel Nuno de Ataide Teive, a que se seguiu o coronel Valério Correia Botelho de Andrade. Sucedendo a este, assumiu a administração pública o coronel Joaquim Tinoco Valente, que governou pelo espaço de dezeseis anos. A este militar que se revelou um espírito enérgico, sucederam algumas Juntas Governativas.

Como comissário especial da Comissão de Limites que devia dar execução ao Tratado de Santo Ildefonso, foi nomeado o capitão-general João Pereira Caldas, que chegou a Barcelos a 17 de Outubro de 1780. Para chefiar a comissão espanhola foi nomeado D. Francisco de Requena y Herrera.

Caldas fomentou novas produções, tratou do plantio do linho canhamo, do arroz; anil. café, fundou uma fábrica de panos de algodão, outra de ceramica e povoou os campos do Rio Branco de gado, ordenaodo providencias sobre as fronteiras. Efetuaram-se grandes explorações de rios. As comunicações eram feitas por cauoas, que Afonso Várzea diz ser "um dos inventos mais preciosos do Neolítico, pois abriu caminho a uma das atividades mais fecundas da humanidade: a utilização das superficies aquosas como caminhos de transporte, ou seja, a navegação".

Manoel da Gama Lobo d'Almada, em 1784, tendo galgado o posto de coronel, ficou incorporado à Comissão de Limites e com o comando do forte de São Gabriel, começou a faina fecunda, em que tanto se distinguiu. Plenipotenciário das Demarcações em substituição ao general João Pereira Caldas, em 1788, e já investido nas funções de Governador, entre muitas outras medidas importantes, mudou a sede do governo de Barcelos para a Barra, em que ainda uma vez o seu tacto de estadista foi posto à prova, reformando a pequena povoação da Barra, abrindo-lhe novas fontes de renda. A trasladação verificou-se em 1791. Edificou a igreja que é hoje a nossa monumental catedral, fundou um hospital e fábricas, um quartel e um palácio. Lobo d'Almada via opulenta a sua obra, uma das maiores realizações dos tempos coloniais, mas a cega in-

veja dos homens veio lhe tolher os passos e quebrantar-lhe o animo valoroso. D. Francisco de Souza Coutinho, então governador da Capitania, urdiu uma séria de intrigas que ecoaram no Gabinete português, onde pontificava um parente seu, resultando disto a ordem para voltar para Barcelos a sede dos negócios, e a expedição de um aviso afrontoso à dignidade civica do brigadeiro Lobo d'Almada, que faleceu a 27 de Outubro de, 1799, em Barcelos.

O coronel de engenheiros José Simões de Carvalho, nomeado em governador não chegou a tomar posse do governo, porque morreu em viagem, em Vila Nova da Rainha. Seu substituto foi o capitão de mar e guerra José Joaquim Vitório da Costa, que mudou a capital novamente para a Barra, de acôrdo, com o Conde dos Arcos, instalando-a em 29 de Março de 1808. Com a vaga deixada por este veio para o governo o coronel Manoel Joaquim do Passo, que rematou a sérfe de governadores coloniais no Rio Négro.

Manaus, sede definitiva da Administração

Compreende-se quanto a mudança de posição politica trouxe de vantagens para a ântiga povoação da Barra. Com o regresso da capital em 1808, pressente-se um novo tonus de vida no povoado do velho forte Jesus, Maria, José, começando a diminuir a influência de Barcelos e tambem de Serpa (Itacoatiara) que predominava em tudo, dadas as atribuições de sua Camara Municipal, que tinha na Barra um representante, o Juiz de Julgados, eleito anualmente. Passo foi deposto e assumiu o poder uma Junta governativa.

Aspectos da Barra

Por esse tempo. dois escritores retratam a fisionomia da Barra, Lister Maw e C. F. von Martius. Lister Maw, ao chegar a Barra, avista-se com o coronel Záni, comandante de milicias, de nacionalidade italiana, tendo servido como conscrito às ordens de Napoleão. Não querendo continuar nas legiões francesas, fugin para o Brasil. Vindo ao Amazonas, recebeu instruções imperiais de acompanhar o naturalista von Martius na sua viagem de estudos ao rio Ja-

purá, o que lhe valeu a promoção ao posto de coronel, e como comandante de milicias tinha autoridade até as fronteiras. Diz que a população orçava por três mil almas. Havia boas casas algumas de dois andares; um hospital grande, uma igreja com frente para o rio, um quarfel e um pouco mais abaixo um forte. O oficial da marinha britanica fala das fábricas de algodão e louça, pertencentes ao governo, assim como de uma fábrica de cabos de esparto. Enquanto aguardava ordens de Barcelos para prosseguir viagem para Belém, por isso que o Senado daquela vila do Rio Negro era quem outorgava licença às embarcações, ia anotando as suas impressões, uma das quais ressalta pela sua interessante particularidade qual seja a de que as senhoras principais viviam enclausuradas. O vigário frequentemente se assentava defronte de sua casa, num lugar alto que fazia frente para o rio. Tinha um telescópio para melhor observar o movimento das canoas no porto. "Os indios, diz ele, admiravam muito este telescópio, mas era motivo de medo para com as mulheres, que todos os dias se banhavam no rio, pois elas acreditavam que o telescópio não só fazia aproximar mas tambem reverter os objetos. Quando, portanto, iam para o rio, estavam sempre alertas, olhando para o telescópio do vigário, e se o viam, enquanto estavam banhando-se, entranhavam-se logo mais pela água, ou corriam a esconder-se". (1831).

Martius anteriormente escreve: "Na época de nossa estada na Barra do Rio Negro, oficialmente designada por Fortaleza, esta ainda não era vila, mas simples Lugar. Consta como todas as demais vílas do Estado quase exclusivamente de casas de um só pavimento, cujas paredes são construidas de pau-à-pique e barro, cobertas geralmente de folhas de palmeiras. Não faltam nessas habitações as comodidades imprescindíveis aos climas quentes; e não obstante a sua distancia do Oceano, encontram-se ali inúmeros indicios de comércio, não só no mobiliário, mas tambem no aparelhamento doméstico. Além da autoridade mais alta, subordinada ao governo do Pará, e por via de regra um militar, residem aqui o ouvidor, e o vigário geral da Provincia. As funções de Juiz de Fora são preenchidas por um juiz ordinário. A Provincia tem ainda um erário e os demais cargos administrativos subalternos, tal como as outras. Ainda faltam aqui médico, boticário e professor primário. A maioria da população recem-emigrada de Portugal, ou descendente de lusitanos, quase sempre com

mescla de sangue indigena, negocea com a colheita de suas fazendas e com os produtos naturais obtidos pela permuta com os indios". Afirma o naturalista que os banhos da Italia têm menos encanto do que os da Riacho da Cachoeira.

Era este o estado social, economico e politico do povoado da Barra do Rio Negro.

Quando se deu a independencia do Brasil, fato altamente significativo para a nacionalidade, e que foi recebida a noticia com vibrações de entusiasmo pelo povo, de logo toldou o animo das gentes o fato de não ter sido contemplada como provincia a Comarca do Rio Negro, assim considerada em virtude de rescrito imperial lusitano. Ao contrario foi rebaixada de condição por expedientes que não vêm aqui assinalar neste ligeiro escôrço. Protestaram os amazonenses, que viam as suas correspondencias cerceadas e esses protestos continuaram desassombrados e viris.

Ao ser sancionado o Código de Processo Criminal do Império, em 1832, ficava às Provincias o dar-lhe execução. O Pará deu-se pressa em executá-lo, a dividiu a Provincia em tres comarcas: a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, que se compunha de quatro termos: Barra do Rio Negro, que passou a chamar-se Manaus, Maués, em vez de Luséa; Tefé e Barcélos, compreendendo cada um desfes termos vastos territórios. Estabelecendo a Comarca do Alto Amazonas, o ato de 25 de Junho de 1833, dividindo as comarcas, alterou os limites até a serra de Parintins, o que foi uma espoliação que o Amazonas sofreu, e que deu margem a questão de limites até hoje, quando é certo que a nossa linha de limites passava pelo outeiro de Maracá-Assú.

O termo da Barra, denominado com a reforma — Manaus, comprendia os povoados de Silves e Serpa, que agora respondiam pelos apelidos de Saracá e Itacoatiára, Aturá, Amatarí e Airão, no rio Negro, tendo o nome Airão sido mudado para Jaú. Manaus ficou sendo o centro da Comarca, elevada que foi à categoria de vila, com um juiz de direito, um de Órfãos e um Promotor Público, além da Camara Municipal que devia funcionar no exercicio de suas funções. De qualquer modo estava destinado o termo a ascender sobre os outros, e a atrair de logo prestigio e liderança sobre os demais.

Os amazonenses não ficaram satisfeitos com o fato da Independência não outorgar-lhes o titulo de Provincia, conforme promessa da Constituição. Essa preterição exacerbou os animos dos nossos patricios, que desencadearam uma verdadeira ofensiva contra tão grande atentado aos seus direitos. E' assim que em Manaus e outras vilas agitaram-se graves acontecimentos em prol da autonomia de sua terra. Várias tentativas de separação do Pará foram feitas, fracassando sempre as nossas louváveis iniciativas patrióticas. Chegou mesmo a ferir-se um sério combate por forças vindas de Belém com artilharia e as nossas forças acampadas nas Lages e na Costa do Bonfim. Nessa luta, em que atroaram os canhões a Armàda do Pará teve a vitória e a Comarca ficou sob o guante dos dirigentes daquela Provincia. De agitação em agitação nunca deixaram os amazonenses de pugnar pela sua independencia, pela sua constituição em Provincia, fato que vinha se dar em 1850.

A Guerra da Cabanagem

A guerra da Cabanagem alastrava-se pelo Pará e Amazonas, atingindo o rio Negro e o Solimões até Tabatinga, sendo a vila de Manaus duas vezes invadida, e da segunda vez repulsados violentamente os invasores. Foi um periodo agitadissimo esse, de 1835 a 1840, em que derramou-se muito sangue, e sofreu a nossa economia uma verdadeira paralização. AComarca ficou reduzida à miséria e somente com a terminação dessa terrivel luta foi que aos poucos reconquistou a sua antiga prosperidade.

Elevação à categoria de Cidade

Crescendo cada vez mais, contava a Comarca em 1848, segundo o conego Francisco Bernardino de Soũza, 22.692 almas, 23 paróquias, um seminário, três missões, uma comarca com um juiz de direito, dois termos municipais e quatro municipios, a sua navegação era feita por 50 barcos e canoas de porte de 15 toneladas e de mais de 2.000 canoas de diferentes lotações, possuia 1.945 eleitores qualificados votantes.

Os esforços pela autonomia continuaram persistentes. Os anseios de liberdade tiveram afinal a sua realização dois anos depois da elevação da antiga vila de Manaus à cate-

goria de cidade, com o nome de cidade da Barra do Rio Negro. O titulo de Cidade da Barra do Rio Negro foi o legitimo reconhecimento que lhe fez a Assembléa paraense das energias vitais que ia tendo a nova metropole rionegrina.

A lei, n. 145, de 24 de Outubro de 1848, deu-lhe essa já tardia graduação, a que Manaus tinha direito pelo seu desenvolvimento, sua privilegiada situação geográfica e pelo grande prestigio que lhe outorgavam os outros municipios e povoados.

O Amazonas celebra o centenário desta data gloriosa com efusão dalma, com o mais fervente entusiasmo.

A denominação Cidade de Manaus veio-lhe muito depois, em virtude da lei n. 68, de 4 de Setembro de 1856.

Anisio Jobim.

Urucará

(MUNICIPIO AMAZONENSE)

A Séde Municipal

Quem quer que procure as origens das cidades e vilas do Amazonas, geralmente, com poucas exceções, encontra como marca original, uma missão, em que o padre foi parte saliente na formação do conglomerado humano. Não se áfasta deste teor nuclear o povoado de Urucará, cuja sede é hoje cidade, pequena cidade, é certo, sem expressão comercial e industrial desenvolvida, mas como localidade destinada a um próspero futuro, que não está longe.

As condições sociológicas do Amazonas não permitem bom progresso às suas cidades, principalmente àquelas que se afastam do rio Amazonas, situadas, que estão, nos longes dos paranás e dos lagos, incrustadas entre a mata e a corrente, que lhes passa ao pé, sem receber os influxos do trabalho intenso produtor, sem dispôr de meios sanitários e econômicos para vencer o marasmo, que costumeiramente se estende sobre elas.

No próprio rio Amazonas e seu prolongamento, o Solimões, as vilas e cidades ribeirinhas não se afastam da rotina estreita, em que vivem mergulhadas.

Com exceção de Parintins e Itacoatiárs, as outras, vegetam, tendo um desenvolvimento mais ou menos assinalavel, contando com instituições e defesas sanitárias, que não têm Urucará, Urucurituba, Itaporanga, Barreirinha e outros povoados, aliás pinturescos do grandioso vale. De população escassa e rarefeita, num ecúmeno enorme, coberto de florestas e rios, as terras, pode dizer-se vivem abandonadas e incultas, os espaços mantém-se selvagens, numa primitividade chocante, e muitas áreas habitadas de selvícolas ainda intratáveis ou que ensaiam pacificas relações com os brancos, os civilizados, estes e outros municipios mal podem satisfazer as despezas com os sens serviços limitados a pequenas verbas.

Urucará é uma destas cidades pobres, de poucos habitantes, desprovida de comércio ativo, de iniciativas fecundas, de explorações que fortaleçam a sua economia e lhe permitam desenvolver.

Situada no lado esquerdo do paraná da Capela, tambem conhecido por paraná de Urucará, muito comprido e algo fundo, estreito, não tem experimentado sensíveis transformações.

A gente fica a pensar que Urucará ainda não se desvencilhou das faixas bárbaras, ainda não rompeu o casulo da infancia para percorrer uma espiral da evolução que a emparelhe a outros centros mais movimentados e alegres, onde o gosto, a moda, a arte imperam relativamente e se respira um ambiente mais satisfatório e confortavel.

Na hidrografia do municipio contam-se, entre outros, dois grandes rios, o Uatumã e o Jatapú. No primeiro fundou em 1814, Crispim Lobo de Macedo a povoação do Uatumã, composta de indios. O estabelecimento do povoado Jatapú verificou-se mais tarde, em 1819, pelo cacique dos Pariquis, Manoel Antonio da Silva.

Urucará surgiu para a vida politica, social e religiosa com o nome de Santana da Capela, e foi criada pelo referido Crispim Lobo de Macedo, havendo em 1814 uma capela na iminencia da barreira, onde se assenta a cidade.

Em 1888 foi instituida a freguezia de Nossa Senhora de Capela, cuja sede era a mesma do povoado. Deve-se essa graduação a alguns deputados a Assembléa Provincial do Amazonas, Gaudencio Euclides Soares Ribeiro, Vitor da Fonseca Coutinho e outros, sendo-lhe de logo traçados os limites. (Lei n.° 462, de 3 de Maio de 1880).

Sua elevação à categoria de vila, com a criação do Municipio, data de 12 de Maio de 1887. No mesmo dia verificou-se a instalação. Foi comarca em 1911. Urucará, pois, é um municipio moderno; sua fnndação decorre de 61 anos. Até então o termo judiciário estava anexo à Comarca de Itacoatiára. Juntou-se-lhe o de Silves, mas essa ascenção foi passageira. O Governador Dr. Jonatas Pedrosa extinguiu a comarca, ficando o termo dependente de Itacoatiára. O mesmo Governador restabeleceu a aludida comarca e deu-lhe como termos anexos os de Silves e Urucurituba. (Let n.o 856, de 10 de Agosto de 1916). Depois, em 1921 foi suprimida novamente, ficando o termo subordinada à Comarca de Parintins.

Essas alternativas da politica amazonense, de criar e suprimir, restabelecer e tornar a extinguir, estavam muito em moda, e não parecem aconselháveis.

Está colocada a novel cidade à margem esquerda do terraço do paraná da Capela, em terreno elevado, gosando de bonita vista panoramica.

Seu território limita-se com os Municipios de Itacoatiára, Silves (hoje Municipio de Itaporanga), e Parintins.

Conta uma população de cerca de 854 habitantes.

Uma rua comprida defronta o aludido paraná que flue sereno entre margens verdes, aqui e acolá habitadas, vendo-se chacaras, fazendas de gado, sitios, cabanas. Contam-se sessenta casas de moradia e tres estabelecimentos comerciais; inclusive uma padaria.

Urucará possue uma Igreja dedicada à Nossa Senhora Santana, e todos os anos, no mês de Julho, celebra-se a festa da padroeira com muita afluencia de pessoas do interior do muuicipio e dos municipios visinhos.

Entre os juizes de direito que serviram em Urucará figura o Dr. Albano José Moreira, distinto magiatrado, muito cortez e moderado, sendo promotor público durante vários anos o coronel Luiz Marques da Rocha, e escrivão o Sr. Anselmo Mendes Libório.

E' a seguinte a ata da inauguração da vila:

"Aos sete dias do mes de Setembro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1887, na sede da vila de Nossa Senhora de Santana de Urucará, Termo de Silves, Comarca de Itacoatiára, Provincia do Amazonas, na casa destinada para o Paço Municipal, pelas nove horas da manhã, onde presentes se achavam o Presidente da Camara Municipal de Silves Manoel Gorgonio da Costa, e o Secretário Capitão Audré Cursino de Faria e os vereadores eleitos para a mesma comarca, major Benedito Antonio Alves Pinto, capitão Manocl Ramos de Oliveira, capitão Manoel Olimpio Libório, Hermenegildo Libório de Macedo, tenente Joaquim de Oliveira Neves, tenente Antonio Mauricio Marqnes e Vitório de Santana Valente, e, aí, em cumprimento à portaria de S. Exc. o Sr. Presidente desta Provincia, sob n.° 393, de 9 de Agosto do corrente ano, que designou este dia para ter lugar a inauguração da Vila de Nossa Senhora de Santana de Urucará, dando instruções para ter execução a lei n.º 744, de 12 de Maio do corrente ano, que elevou à vila a freguezia da Capela, inaugurando-se a

dita vila com os mesmos limites que lhe perteuciam, quando era freguezia, e assim feito, o Presidente juramentou e deu posse aos vereadores da nova comarca, convidando o major Benedito Antonio Alves Pinto para ocupar a cadeira de presidente, procederem a eleição de seu presidente e vice-presidente. Em ato contínuo mandou o Sr. Presidente publicar por edital o ato da instalação. Para coustar, mandou o Sr. presidente lavrar a presente a ata que assina com os vereadores juramentados. E eu, André Gersino de Faria, secretário da Camara Municipal de Silves, escrevi. (aa) Manoel Gorgonio da Costa Pinto, Joaquim O. Neves, Manoel Olimpio Libório de Macêdo, Benedito Antonio Alves Pinto, Antoni0 Mauricio Marques, Vitório de Santana Valente".

Aspectos. Relêvo do Solo

O Municipio de Urucará ocupa uma área de 32.180 quilometros quadrados, atualmente fronteirando com os Municipios de Manaus, Urucurituba e Itaporanga.

A natureza do solo é de planícies, várzeas e alguns serrotes ondulantes.

Suas reservas carboníferas não estão ainda identificadas apesar da pesquisas levadas a efeito em suas terras.

Segundo o Dr. Odorico Rodrigues de Albuquerque, as formações paleozóicas no rio Uatumã começam a se apresentar a cerca de dez quilometros da bôca do paraná do Urucará com ardósias sem tósseis, mas que consideram-se devonianas. A essas formações paleozóicas segue-se rio acima um grande campo de pórfiro com diversos tipos de estrutura com inclusões de pórfiro felsiticos e de rochas mal definidas.

No rio Jatapú, segundo ainda aquele grande geólogo, formações terciárias estendem-se por 200 quilometros, formações que se referem ao carbônico superior. Por baixo dessas formações vêm arenitos, e folhelhos devônicos e finalmente é possivel que para base da série estes arenitos do siluriano superior.

"O topo das formações carbônicas se assinala por folhelhos argilosos, micáceos, e arenitos tambem micáceos com estratificação inclinada em contraste com camadas de estratificação horizontal indicando um depósito sujeito a correntes fortes como em um estuário. Esta estrutura dos sedimentos indicando um regimen de estuário ou de águas rasas e mesmo praias indica possibilidades de existência

de carvão e é esta, a nosso ver, a única e melhor evidencia que possa autorizar, por ora, qualquer trabalho de investigação mais dispendioso".

O Jatapú apresenta, nas suas condições de navegabilidade, segundo aquele professor, grandes lances de área, que estorvam a navegação, na estiagem.

As formações que os geólogos consideram terciárias na zona entre os rios Urubú, Uatumã e Jatapú, diz o Dr. Odorico de Albuquerque, numa grande extensão a partir do barranco do Amazonas, são constituidas de rochas geralmente friáveis, si não foram perturbadas por notáveis forças tectonicas internas, foram, no entanto, trabalhadas por severas condições climatéricas tropicais e daí se nos apresentarem já uma topografia senil.

Formam ampla planície monotona que, excepcionalmente, emerge algumas dezenas de metros do nivel das águas.

Nesta planície, uma calha ganglionar constituida por um sistema de paranás e lagos, furos e lagos, o Amazonas e o baixo curso de seus tributários, o Urubú, e o Uatumã escoam as suas águas máximas. "Esta calha ganglionar cavada nas formações a que nos vimos referindo, forma o leito maior dos rios. Seu bordo é a terra firme.

Para ela, escreve aquele autor, estes rios são rios velhos, que já não lhe corroem os flancos sinão acidentalmente: — é bastante larga para o volume atual das águas que dentro dela depositaram e continuam depositando sua vasa aluvial, que todos os anos se depõe e se remove num contínuo ajustamento, às condições atuais da hidraulica fluvial. E neste segundo degrau, onde o rio corre e afeiçôa seu leito na vasa antiga — obra de sua decrepitude — e ainda se depõe, estes rios entram no começo de novo ciclo evolutivo. Para esta nova calha de aluvium moderno estes rios são rios novos". (*Boletim n.º 3. Reconhecimentos Geológicos no Vale do Amazonas*. Campanhas de 1918 e 1919").

As correntes do municipio são muito encachoeiradas. Assim, no rio Uatumã temos as cachoeiras Maximiana, Caparú, Itaqui, onde existe grande quantidade de pedras de amolar, Buriti, Balbina, a mais importante, devida a sua grande queda dágua, elevando-se a mais de vinte palmos, e se compõe de três salientes quedas — Pirapucú, Macurana e outra sem denominação.

No rio Jatapú enumeram-se as seguintes: Onças, Cachoeira Grande, Picapau, de dificil transposição, pela impetuosidade das águas e distribuição de arenito.

O sólo em muitos pontos é bastante acidentado. De certa revelancia são as serras do Paurá nos limites do municipio com o de Parintins, Jacamim, algo extensa e alta, Timbotuba, à margem direita do Uatumã, Tatuoca, tambem de grande altura e extensão, à margem do Jatapú.

Muitas ilhas possue o municipio. Entre o paraná do Urucará, margem esquerda e o paraná Taboari, existem duas ilhas, e em cada uma um pequena lago de pesca, constituindo estas dúas ilhas os paranás chamados do Meio e Taboari

Os terrenos baixos são salpicados de igapós e lameiros.

Imediatamente abaixo do paraná do Urucará onde tem o nome de paranamirim da Capela, principia a corrente do Cararaucú. "E' tão violenta a correnteza, diz o cônego Francisco Bernardino de Souza, que obriga o viajante a procurar a sua margem oposta". No extremo norte há um caldeirão, cujo estampido se faz ouvir a algumas milhas de distancia. ("Pará e Amazonas" segunda parte).

Hidrografia

Dos rios mais notáveis da Comarca de Urucará destacam-se o Uatumã e o Jatapú; ambos consideráveis, não só na extensão de seu respectivo curso, como em largura.

Da sua exiraordinária rede de canais distinguem-se: Urucará, que é o canal maior e mais profundo, permitindo navegação a todo tempo, exceto em determinados pontos mais baixos, no verão, puchado, Aricurú, que corre pouco a jusante da cidade, Beijú-assú, na margem esquerda, fluindo para o Amazonas, Uatumã, Meio, Taboarí e Pitinga.

No paraná do Uatumã vai sair o rio Urubú, tambem de largo curso, o qual banha a maior parte do Municipio de Itacoatiára.

O Urubú foi sulcado por tropas de resgates em 1664, dando-se nele, nas suas margens, uma verdadeira batalha entre os colonos portugueses e indios aliados do Baixo Amazonas e Tapajós, e as hordas do Urubú, os Burububús, os Caboquenas e Guanavenas.

O rio Uatumã não tem ainda as suas cabeceiras bem determinadas. Supõe-se com fundamento que tem suas

fontes "nos terreuos elevados que separam as bacias do Jauaperi, Cuieiras, Anavilhana e outros que vertem para o rio Negro". (Agnelo Bittencourt, — Corografia do Estado do Amazonas).

Vem desaguar no paraná do Urucará, que aliás se presume ser a continuação do rio. A boca não é larga, mas é profunda, e nas terras adjacenles cresce uma selva pujante. Seus afluentes principais são: Maripá, a sete quilometros acima da embocadura do rio; Jatapú, a trinta e dois quilometros; Abacate, Macauri e Pinapetinga, que vêm desaguar mais longe.

O terreno marginal é acidentado, aqui e ali surgem grandes elevações que recebem o nome de serra de Tucumanduva e Baracari. Outra elevação conspícúa é a formada pela serra do Tapira, A primeira é ponto escolhido para desova de tartarugas, e representa geologicamente uma formação terciária.

O Uatumã é muito encachoeirado, notando-se no seu curso várias quedas dágua, como Capará, Murutí. Balbino, Maximiana, Tucumari, Itaporanga, Tabocas e Moreno.

Defronte à foz do Maripá há uma ilha que é dormitório de inumeráveis periquitos, e por isto é conhecida por Ilha dos Periquitos. Ao cair da tarde uma nuvem dessas aves vem chegando para o pouso noturno, e, enquanto se agazalham, a gritaria é ensurdecedora. Tambem os biguás vão se recolher a uma parte da ilha, à hora crepuscular.

O Uatumã foi explorado em 1818-1819 pelo ilustre engenheiro geólogo Dr. Odorico de Albuquerque, que percorreu 375 quilometros de rio. O citado professor descreve o rio selvágem por sobre cujos barrancos se enfilheiram pezadas matas sombrias e úmidas, e os flagrantes de cenários pinturescos.

O Uatumã em alguns lugares é extraordinariámente largo, formando grandes remansados.

O lago mais notavel desse rio é o Madrubá.

Em todo o citado curso potamico só existem dois povoados, um na foz, contendo trinta e seis casas, e o outro no lugar Santana, com vinte e oito habitações rústicas.

O Jatapú é de grande beleza nos seus panoramas, na ondulação das suas margens de uma vegetação tropical esplendida, na vastidão de suas águas, nos seus degraus limosos e escorregadios, precipites e alucinante de rebouçjões. Controverte pela margem esquerda com o Uatumã.

Foi explorado pelo botanico e etnógrafo J. Barbosa Rodrigues, que difundiu uma literatura rica de observações sobre este e outras regiões da Amazonia. Tambem explorou-o recentemente, de 1918 a 1919, comojá foi dito, o Dr. Odorico de Albuquerque, que subiu o rio 375 quilometros, sem encontrar vestígios bem pronunciados de carvão de pedra, exatamente este o motivo que levou o profissional por parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Este rio é imensamente largo na sua confluência com o Uatumã. Algumas serras acidentam os terrenos marginais: — Serra do Bacabal, serra da Batata, para só citar as principais. Numerosas cachoeiras perturbam o seu curso. Mencionam-se como mais salientes a cachoeira do Jatapú, a do Pica-Pau, com lastro de pórfiro.

São contribuintes do Jatapú, pela margem esquerda: — o Honacú, o Jacundá; e pela margem direita: — o Ticuarí, o Araci, o Oroducú, o Capu-Capú, que "entra pela zona do carbonífero". O Capu-Capú é rio muito grande, e entra no Jatapú, pela margem direita, a 145 quilometros da foz.

Era habitado antigamente pelos indioã Caripunas, "de testa raspada, fabricantes de igaçabas e maquiras".

Uma povoação fundada pelos indios Pariquts a cinco léguas da barra, jás em completa ruina, entregue ao matagal.

De suas possibilidades econômicas falam Barbosa Rodrigues e outros. Bernardo Ramos refere-se ao Uatumã e ao Jatapú como centros onde se podem fazer estudos de epigrafia e inscrições prehistóricas. Há neles muito possibilidade de se encontrar o carvão de pedra.

A região é salpicada de numerosos e grandes lagos. Pela margem esquerda do Amazonas citam-se: —Chapéu, que flue para o Amazonas, Cachimbo, que desemboca no Chapéu, Chato, Cutibaia, Aricurú, Piranhas, Laguinho do Aricurú, Marajá, Luiz, Muitá, Jacu-rutú, Pelado, Urubutinga, Cavalo-Marinho, Igarapé-Assú. Turuna, Surupearis, Raimundo, todos saindo no paraná do Aricurú; Urucará, Mungubal, Mazagão, Sumauma, Colete, Comprido, Redondo, Canarana, Senhora, Beijú-Assú, Ajudante, Pedreira, Pedreirinha, Chifre, Antonio, do Ambrósio, Ambrozinho, Paca. Na margem direita do paraná do Urucará distinguem-se: — Araçatuba, Grande, Chiburi, Araçatubazinho, Cacáia, Taxi, Miuá, Crispim, Alexandre Grande, Alexandrinho, Preto.

A começar do Municipio de Parintins, margem direita do Amazonas, notam-se os seguintes lagos principais:—Tauaá, Sororoca, Marurú, Cararaassú, à margem esquerda do paranã Urucará:—Moura. Marajá de Baixo, Marajá de Cima, Amauari, Cacáia, Castanhal.

Na margem direita do Uatumã:—Taboari, Tapera, Castanhalzinho, Castanhal Grande, Araçatuba, Tapanã, Madrubá, Timbotuba, Baré, Arrozal, Funil, Acuriuba, Jatuarana, Cuniotetuba, Campina, Corocoró, Padre, Cabeçudo, Cedrinho, Maracarana, Caititú, Jatapú, Jacaré, Caiuca.

* * *

Além dos rios, paranás acima citados ocorre ainda a existência de uma grande quantidade de igarapés (caminho de igaras, canoas pequenas dos indios) de que os principais são: na margem esquerda do Amazonas:—Ciriaco, Novi, Comprido, Compridinho, Ouricuri, Araçatuba, Jauarituba, Muiratatuba, Sacaituba.

No rio Uatumã:—Tauacuera, Anajá, Jarauacá, Maceió, Barreto, Jutaituba. Carauatuba, João, Paraná, Camarão, Abacate, Curupira, Mutumquara, Igarapé-Assú, Rato, e Buruti.

No rio Jatapú:—Capu-Capú, Leandrinho, Leandro-Grande, Arara-Grande, Arara-Pequeno, Maracanã-zinho, Maracanã-Grande, Boca-Larga, Curara, Vira-Saia, Tamaquará, Arari, Tiputi, Tabocal, Magoari, Urucú, Cafuá, Negro, Mundurucú, Jatuarana, Mateus. Arraia, Inferno, Macauri.

O igarapé Taracuera, no rio Uatumã, é célebre. Foi à margem deste igarapé que, em 1708, os padres da Piedade fundaram uma missão que depois de algum progresso, foi destroçada pelos indios do Uatumã, que a atacaram e mataram dois missionários, frei Antonio da Vila Viçosa, e frei Pedro de Evora, e vários moradores, incendiando depois as casas.

Esta cena de violencia dos selvagens fez com que o governo mandasse o alferes Pedro da Costa Raiol, que acometeu os selvícolas, matando muitos deles.

Retiraram os bugres um grande sino da igreja e o deitaram no fundo do igarapé, onde ainda hoje se encontra soterrado, sendo visto nas grandes vasantes.

Sobre o igarapé Buriti diz-se conter muito ouro e pedras preciosas.

No igarapé Macauari consta haver ouro e malacacheta.

Comércio, Produção, Indústria e Navegação

Urucarà faz o comércio de seus produtos naturais, que constituem as suas principais fontes de riqueza, com Itacoatiara, Manaus e Pará. O porto é pouco frequentado pelos navios da SNAAPP, que raras vezes passam por aí, como não passam por outras cidades, que não ficam à margem do Amazonas. Alguns navios particulares carregam os seus produtos, principalmente as lanchas que trafegam pelo aludido paraná.

Os principais generos de exportação são: castanha, cacau, borracha, ucuquirana, balata, madeiras, pedras de amolar e afiar.

A balata é abundantissima nas matas do Uatumã e Jatapú. A borracha é extraída de grandes seringais, sendo a de melhor qualidade a dos seringais que ficam além das cachoeiras. Nessa altura o trabalho da extração do latex é penoso devido à subida e descida das cachoeiras, sendo ainda necessário percorrer grandes distancias no rio.

As florestas são pródigas de boas madeiras, para fins diferentes, encontrando-se as mais nobres espécies. A exportação em toros e pranchas concorre apreciàvelmente para a receita do municipio. O principal mercado consumidor de madeiras é a praça de Itacoatiara com as suas serrarias.

Existe ainda no território muita copaíba, cumarú, sassafraz salsaparrilha, cipó ambé, cravo; cultiva-se a mandióca, café, milho, cana de açucar, feijão e tabaco.

Em relação aos minérios já foi dito o suficiente. Há em abundancia pedras de amolar, e de afiar, ouro e pedras preciosas, e malacacheta.

Está entendido que a riqueza da flora não se cifra no que foi acima apontado, essa riqueza é exuberante e variadissima.

Tambem a comércio de péles de animais tem aí o seu lugar de importancia pela quantidade exportada.

Urucará possue um clima bonissimo e salubérrimo.

Nas cercanias e terras mais distantes não é raro ver bonitos campos preparados à mão, lençois esmeraldinos, macios e férteis, onde se apascentam rebanhos.

Aqui e ali aparece na orla da selva uma Casa de farinha para a preparacão do excelente alimento, dos beijús, biscoutos, massas e dos molhos de tucupi, tão apreciados pelas populações do Amazonas.

De par com as fazendolas de gado vacum, das pequenas lavras agrícolas, encontram-se engenhocas, onde o caboclo prepara o mel de cana, e o açucar escuro e mascavado, ao pé dos canaviais tão vivos e airosas que sussuram ao vento.

Inscrições Rupestres

Não seria demasiado figurar nestes capitulos sobre tão fertil municipio, uma notícia dos tezouros epigráficos e paleontológicos que se nos deparam no seu solo.

O sábio arqueologo e linguista coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, por duas vezes dirigiu-se a Urucará e de lá ao Uatumã e ao Jatapú, onde são muitas as curiosas pedras e lages com inscricões e legendas, que aquele meticuloso e admiravel cientista procurou lêr nos seus misterios.

Sem o necessário equipamento e o relativo conforto que devia ter, o eminente antropologista, depois de estudar os desenhos e imagens gravadas nas pedras do Urubú, do Aibú, dirigiu-se ao Uatumã e ao seu confluente Jatapú, onde examinou muitas dessas inscrições rupestres e figuras mitológicas.

No seu livro "Inscrições e Tradições da América Prehistórica, especialmente do Brasil", encontra-se uma verdadeira opulencia de desenhos, gravuras e inscrições, extraidas daquelas regiões, por onde teriam, no seu entender, passado ou estacionado os povos fenicio, hebreu e grego, com as interpretacões que o cientista lhes empresta. Além de muitas outras referencias, diz Bernardo Ramos, que "no rio Urubú, donde se deriva o Maquará, encontram-se aïnda as ruinas de um templo rústico, formado de blocos de pedras, ao ar livre, erguido nos altos de um rochedo, seja o de Malkart, do local, como um outro nas margens do rio Uatumã, templos ou altares hoje conhecidos pelo nome de—*Curuaras*".

Como quer que seja, o Uatumã é um rio legendário. Cumpre explorá-lo, levantá-lo, estudá-lo na sua imensidade e formusura, na grandeza de seus painéis, na estrutura do seu solo fecundo, no desdobrar de suas artérias, no segredo divino de suas alfombras e na pinta de riqueza que esconde nas suas dobras terráqueas seculares.

Anisio Jobim

No Centenário de Manaus

Padre Raimundo Nonato Pinheiro
DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

O Cardeal Arcoverde, ao tomar posse de sua cadeira no Instituto Histórico, proferiu notável alocução, em que pintou com rica iluminura de estilo e imagens o papel do Evangelho e da Igreja na História. É uma página brilhante de belezas, em que apresenta a História emoldurada com os clarões da Religião. Dessa formosa oração extraímos este trecho cintilante: — "Nunca duas cousas se acharam tão estreitamente unidas na história dos povos, como o patriotismo e a religião. Essa união chegou mesmo, alguma vez, até à confusão sacrílega: em Esparta e Roma, a Pátria era quase uma divindade, um ídolo. É o que diz a História".

No Brasil, em cujo céu suntuosamente estrelado rebrilha o Cruzeiro, a observação do eminente purpurado reveste uma exatidão irrefutável. Os primeiros brados nacionais foram brados de fé aos pés de gigantesca Cruz, à cuja sombra e magestade se celebrou a primeira Missa e nasceu a nacionalidade.

Os missionários, no decorrer dos anos, espalharam pela imensa porção territorial os lampejos do Evangelho, erguendo templos e plantando cruzes. Foi o berço de nossas cidades e povoados, cuja história não se escreve sem a obra civilizadora da Catequeze, a instrução do Clero e o heroismo dos missionários.

Na Amazônia, consoante o depoimento do consagrado historiador conterrâneo, Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis, das 80 cidades que se ergueram 30 são antigas fundações de Religiosos.

Manaus está prestes a celebrar sua primeira centúria de elevação à categoria de cidade. Sua história também não se escreve sem a colaboração do Clero e as realizações da Igreja. Sua Catedral imponente, que domina a

visão da entrada, pode representar a culminância e esplendor da propagação do Evangelho na terra de Ajuricaba. A obra dos bispos e sacerdotes na encantadora cidade, que Deus nos deu por berço risonho, só poderá ser negada pela leviandade e má fé dos inescrupulosos. No próprio ano de 1848, antes de sua elevação à cidade, Dom José Afonso de Morais Torres aquí fundou o Seminário de São José que por muitos anos foi o único estabelecimento de ensino secundário, e de onde sairam — além de sacerdotes — eminentes leigos que lhe outorgaram insignes forais de civilização nos diversos ramos da administração pública. Lima Bacury e Sant'Ana Nery, cujo centenário de nascimento neste ano deflue, cursaram humanidades em nosso ateneu clerical.

No terreno da educação, a Igreja se ufana de ter mimoseado a terra com a luz do saber, difundida simultaneamente pelos missionários com os clarões do Evangelho. Ao lado das capelas, ergueram-se escolas. Creada a Província em 1850, ocupou pela primeira vez o cargo de diretor da instrução pública o ilustre sacerdote Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo. Hoje os colégios e institutos religiosos avultam, apresentando larga folha de grandes serviços. No consistório da Catedral nasceu a Biblioteca Pública.

No setor da arquitetura, dispõe a cidade de lindos templos e edifícios religiosos que sobremodo a distinguem e embelezam, como a Catedral, a igreja dos Remédios, a de São Sebastião, o Colégio Dom Bosco, o Colégio de Santa Dorotéia e outros. As torres e as cúpolas possuem eloquência, e dizem da contribuição exuberante dos bispos e sacerdotes. Dom João da Mata Andrade e Amaral, há pouco transferido para Niterói, levantou em Manans dois edifícios — o Seminário e a Casa da Criança; e sob os seus auspícios a Prefeitura fez erguer dois monumentos — a Cristo Redentor, na Praça dos Remédios, e à Nossa Senhora da Conceição, na Praça do Congreso, lembrando as solenidades eucarísticas que trouxeram à cidade altos dignatários da Igreja, entre os quais os dois cardeais brasileiros, e festejaram o quarto descobrimento do Rio Amazonas.

No campo de assistência social, a Igreja se movimenta, e nos hospitais escreve epopéias de heroismo e poemas de caridade com a abnegação e sacrifício das Religiosas. O ilustre sacerdote amazonense Monsenhor Raimundo Amân-

cio de Miranda foi fundador da Santa Casa de Misericórdia e seu provedor.

Como amazonense, celebro com júbilo o centenário da cidade de Manaus, onde pela primeira vez meus olhos viram os raios aurifulgentes do sol; como padre, celebro simultaneamente as centenas de benefícios que ela recebeu das mãos munificentos da Igreja, essa Igreja que, em todos os recantos onde floresce, derrama fulgores de fé e escreve páginas de glória!

"Sôbre o Valôr dos Alimentos Aborígenes da Amazônia"

Manuel Bastos Lira

Retirado dos Anais do Congresso Brasileiro dos Problemas médico-sociais de após-guerra. (2.º Congresso Médico-Social Brasileiro) realisado em Salvador Baía de 25 de junho a 2 de julho de 1945. Pags. 923—935.

INTRODUÇÃO — Aspecto Alimentar da Amazônia

O amazônida primitivo, colocado, seguramente, no ambiente maior da natureza, parece ter abandonado, desde muito cedo, as suas refeições totalmente frugais, enveredando no consumo de alimentos animais, á cata da caracteristica onívora do homem, pois, com sua índole e com o conhecimento das sarabatanas, das flechas e dos venatórios vegetais, pôde, em pouco tempo, utilizar-se da caça e da pesca, passando, assim, da fruta para a carne, ajustando-se automaticamente á reposição do material, dentro do meio ambiente que o circundava.

Foi, não resta dúvida, a inflexibilidade da atuação ecológica que incidira sôbre o primitivo, orientando-lhe a estrutura da alimentação.

O "caboclo", receptáculo da tradição autóctone, formador privilegiado de nossa população, legou-nos a possibilidade de conhecermos e tatearmos o regime alimentar de nossos antepassados, e, como o problema da alimentação "sofre menos a influência modificadora estrangeira, que qualquer outro" (1), os alimentos aborígenes do Vale merecem estudo apurado, para que as modernas diretrizes da

1)— LA BLACHE. Vidal de —La Géographie humaine—Paris.

higiene alimentar regulem o seu valor nutritivo, apresentando-nos deles, o nosso "fuel requiriment", e, especialmente, o valor decorrente da comparação de seu aspecto qualificativo.

A nossa bio-energética, descurada, está, pois, longe de conhecer — porque lhe falta tudo — os salutares efeitos de uma dietética sadía. Nem o sacolejamento provocado pelas guerras há conseguido, para o amazônida, uma melhora na sua situação alimentar, como determinara para a maioria dos povos. Passámos já duas, e nesta última, cuja vitória merecemos faz poucos dias, o infeliz "caboclo" voltou ao sobejo das conservas, onde ainda permanecerá, até, não sabemos quando, apesar de ter lutado na "vanguarda da retaguarda" e construido, também, com sua vida, como se fôra no "front", o panorama dêste "post-guerra" atual.

As batalhas passaram, a necessidade de borracha amazônica passará também, mas o soldado da floresta não poderá sair das trincheiras, porque elas constituem sua própria morada. Precisa, pois, que nós não esqueçamos dêle. *Antes de tudo, cuidemos de sua alimentação.*

Após a hecatombe de 1914, da qual surgiram, entre os seus "beneficios paradoxais", o estudo científico e regrado do magno problema da alimentação, e que os alimentos artificialmente elaborados fôram verificados ineficientes, *é verdadeiramente lastimável* que sejam êstes empregados extensamente, no sustento do soldado ímpar desta nova guerra: *o soldado que enfrenta uma deficiência total e produz sempre, e cuja volta á civilização não decorre de um armistício ou de uma rendição do inimigo, mas da higidez em que o tenham deixado tais extenuantes desgastes.*

Desconhecemos, inicialmente, o valor do metabolismo basal entre nós. Ignoramos, na quase totalidade, o valor efetivo dos nossos alimentos, vegetais e animais, no seu duplo aspecto, energético ou vitamínico. Os nossos repastos, distanciados das normas técnicas, são uma negligência em matéria nutritiva.

E, diante dêste quadro, sem apalparmos a conduta fisiológica do amazônida, em face ás condições metereológicas do ambiente em que vive, lhe antepômos tão sómente o *esplendido quão danoso tantalismo da prodigalidade da* terra imatura, *sem que a isto se* associe a técnica do cultivo, a orientação dos vivedouros e criadouros, e, finalmente, ainda o obrigamos a esperar sempre fornecimentos

estranhos, porque não é possível afastá-los, destituído que está da capacidade da bastar-se. E, desta forma, o novo bafejo soprado ao Vale, pela comoção mundial que acaba de passar, não valeu ao "caboclo", no que diz respeito á sua alimentação, mais do que aos colonos nordestinos o ciclo da "cana de açucar", impondo a restrição da lavoura pela especificação da monocultura, em proveito da riqueza do patrão, pondo à margem a saúde do mestiço.

Deseja-se do Homem da Amazônia, apenas, Borracha

Quase ao fim do melhor período da extração do "ouro negro", em outra guerra, OSVALDO CRUZ assim se referia, quanto à alimentação do homem da seringa, o "soldado da borracha" de hoje: "Nos barracões que abastecem os seringais da amazônia, há o "caxeiro da solda", que tem como tarefa furar as latas de conservas fermentadas, deixar que escapem os gases e soldá-las, para que sejam vendidas . . . (2)

Como acontecera naquele então, passados alguns anos, rotuladas diversas entidades com pomposos dísticos, o seringueiro, o amazônida, vive ainda a sua escravidão alimentar, tão fielmente descrita pelo sábio patrício.

Em outras zonas não produtoras de seringa, a situação é bastante pior. A população aí vive em regime de absoluta mendicância, no que diz respeito a generos indispensáveis á sua alimentação. Trocam-se os generos de produção por amostras de xarques e porções de farinha, produtos, quase sempre, em bom caminho andado, quanto à sua alteração e decomposição.

Custa-nos acreditar que, na época em que a civilização penetra novamente o Vale, e os seus emissários, os aviões, roncam nas nossas florestas à procura do elemento insubstituível, nossa contribuição de guerra, na época em que a "nutrição é a química da vida", no dizer de MENDEL, o "caboclo", o mesmo infeliz de sempre, receba outra vez o golpe inglório que, para si e para a sua próle, representam os enlatados, as conservas em decomposição, etc.

Com o recurso da "lata" em detrimento dos nossos alimentos originários, que ainda não mereceram a atenção

(2)—SILVA TAVARES. Teódulo da—Química bromatolócica—pag. 531

dos nossos pesquisadores, temos conseguido atingir apenas, gravemente a vitalidade dêsse grande brasileiro que é o homem da Amazônia.

As carências não teriam dominado sua existência, se fôsse tratado convenientemente e proporcionados os seus alimentos em quantidade suficiente, afim de que não se debatesse nas ciladas abertas pelas hipovitaminoses.

O caboclo, enquanto ganha a guerra — ao contrário dos outros soldados — deprime seu organismo e debilita a raça.

Estado Atual das Fontes Naturais de Alimentos

Escasseiam os alimentos naturais especialmente aqueles que constituem o valor exponenciai da nossa ictiofauna. Felizes aqueles que puderam apreciar na sua totalidade a exuberancia de tais mantimentos. Hoje, abandonados à pilhagem desabrida, sem proteção eficiente, *pertencem mais à coletânea dos museus do que, propriamente, à despensa do amazônida.* De dois dêsses elementos, pôde JOSÉ VERISSIMO dizer, em algum tempo: "A tartaruga é verdadeiramente o gado da Amazônia. Ela e o pirarucú são os principais elementos da alimentação de suas populações".

Mas a insaciabilidade dos exploradores de nossas riquezas, no assalto a todos os nossos elementos, já provocara dêste mesmo VERÍSSIMO, um grito de alarma, que infelizmente ecoou fora das nossas fronteiras e para o qual chamamos a devida atenção.

Relatando a prejudicial exportação de ovos do quelônio extraordinário, que atingira só no Amazonas, em um ano, mais de oito toneladas, deplorou o autor de "Pesca na Amazônia", *o modo pelo qual se procurava exterminar rapidamente esta riqueza natural.*

EM OUTRAS repúblicas limitrófes, onde, confessemos, o progresso científico não se avantaja ao do nosso país, já se pratica "larga manu", uma proteção de maior vulto para as espécies alimentícias da ictiofauna amazônica. Os vivedouros e as estações expirimentais de cria, são alí uma realidade, enquanto nós nos debatemos no campo teórico, evitando, ao que parece, tôda aplicação prática.

Façamos, no Amazonas, o repovoamento dos rios com espécies alimentícias, limitemos a delapidação dos nossos recursos, estudemos, finalmente, tudo o que possuimos.

Longe, pois, da vastidão potamográfica da Amazônia brasileira, cuida-se intensamente na manutenção dos alimentos originários. Aqui, dentro da maior bacia fluvial do mundo, desaparecem ou tendem a desaparecer êsses elementos, vítimas da incúria ou da inaplicação dos nossos códigos, enquanto a população se atira a um regime alimentar falho e desastroso.

Em seu livro — " A alimentação brasileira à luz da geografia humana" — JOSUÉ DE CASTRO aponta uma tabela contendo regimes alimentares "mínimos", para as diversas zonas em que dividira o país. E, o regime n.º 1 alí proposto para as zonas integradas no "hinterland" amazônico, o suprimento de proteínas deriva do leite, um pouco do peixe, e, outro tanto do fruto da Bertholletia excelsa, a castanha do Amazonas.

E' com pesar que verificamos não podermos atingir siquer o "regime mínimo", alí traçado pelo eminente nutricionista patrício.

As nossas zonas pastorís de maior produção (para a capital do estado), foram dispostas em lugares onde a cheia anual dos rios se faz sentir destruidoramente. E a isto somam-se as ações das variadas epizootias advindas da inferioridade do gado, do precário de sua alimentação e trato. *No interior, a criação do gado bovino, incipiente, não vai, além de raras possibilidades domesticas.*

O gado da região do Rio Branco, que em tempos atingiu expressões numéricas elevadas, debate-se, atualmente, na degradação biológica provocada pelo extenso cruzamento consanguíneo, definhando além, atacado por várias zoonoses, não podendo, finalmente, servir de base para estabelecimento de qualquer regime alimentar.

Na capital, o fornecimento de carne, esporádico, é feito com a matança em larga escala dos nossos últimos remanecentes (em uma matança das 100 cabeças abatidas contámos 68 vacas em elevado estado de gestação), misturados a gado boliviano, que, selvagem e submetido a uma viagem incômoda, obriga-nos a uma alimentação, realmente deficiente.

E o preço do quilo da carne, proibitivo, afasta desde logo a concorrencia dos menos abastados, embora mais necessitados de alimento.

O leite, oriundo daquelas zonas pastorís que citàmos acima, é, pelas suas condições precarissimas de ordenha e

condução, *um líquido imundo, valendo mais, por litro de água suja, do que pròpriamente por alimento.*

E, assim mesmo, é exíguo. O per-capita *não vai além de 35 g. A população infantil, sofre enormemente êste desconforto.*

Nem sempre é possivel obter uma lata de leite, ou penetrar na fila dos "lactarios" (no Amazonac existe um, do D. S. A.). Somos, na realidade, servidos pelos leites industriais — (os que podemos) — derivando daí, e da fervura que concientemente damos ao crú, nossa salvação de males maiores.

Sob o ponto de vista dietético, já sabemos que os leites industriais, pelos processos higienizadores a que são submetidos, perdem em seu teor vitamínico, aproximadamente, 30 o/o.

A criança cabocla *procura, nos pirões de farinha e peixe e nos mingaus reagir contra a fome que a persegue.*

Para que se tenha uma idéia do possível valor alimentício integral do leite distribuido em Manaus, transcrevemos abaixo valores analíticos obtidos em vários exames :—

LEITE DO	CAREIRO E CAMBIXE	CAPITAL
	(Zona Pastoril)	(Estabulo)
DENSIDADE a 15o C	1029,4	1030
ACIDEZ (Dornic)	19	17
GORDURA (Gerber)	3,35 o/o	3,98 %
LACTOSE ANIDRA	3,28 o/o	3,70 o/o
EXTRATO SECO total	11,59 %	13,35 o/o
REDUTASE (Christiausen)	33 minutos	5 horas
CATALASE (Lobek)	5,6 cc de 0	1,4 cc de 0
GERMES por cm^3. (Petri)	32.000.000	1.500.000

Estudaremos a outra fonte apontada para os proteicos: o fruto da castanheira amazonense (3)

Dedicada exclusivamente á exportação, surgindo nos países importadores sob a forma de confeitos e outros produtos de padaria, a castanha amazonense teve, segundo dizem, o seu mercado trancado ao sabor das exigências bélicas do momento. Safras e mais safras ficaram ao aban-

NOTA—O leite do Careiro e Cambixe é consumido frio (10°C); o proveniente de estábulos, quente.

3)—Impropriamente se denomina " Castanha do Pará " ao fruto da Bertholletia Excelsa, planta nitidamente amazonense.

dono. Proibidos que estamos de apanha-la, "afim de evitar desvio de atividades", nem sempre podemos confiar com sua presença em nossos cardápios.

Depois, o fruto magnifico, o explêndido doador da "excelsina", prótida, onde encontramos: glicina, alanina, valina, leucina, prolina, fenil-alanina, ácidos: aspártico e glutâmico; tirosina, cistina, arginina, histidina, lisina, triptofano, enfimtodos os ácidos aminados, valor efetivo das proteínas como alimentos, sòmente agora conta com o interêsse dos nossos nutricionistas.

A "carne-vegetal" não poderá, pois, diante da impossibilidade de sua colheita, beneficiar-nos durante êste periodo de privações por que passamos no "celeiro do mundo".

Afora as qualidades da sua prótidá, que descrevemos sumariamente, o fruto da castanha amazonense póde fornecer, por expressão, óleo comestivel de qualidades comparáveis aos de amendoim e milho.

Transcrevemos a baixo os seus valôres analíticos : —

Densidade a 15° C — 0,9178.
Índice refractométrico (Abbé) 25 C = 1 ·4644
Índice de saponificação (Koettstorfer) = 194
Índice de iodo (Huebl) = 99
Insaponíficaveis, 0, 6°/°
Acidez, em soluto alcalino "N" — 1, 2 cc °/°

Apesar de tudo, o amazonense é obrigado a servir-se dos óleos produzidos secundariamente pelas indústrias de tecidos do sul do país, porque não foi convenientemente defendido e aproveitado, entre nós, o fruto da castanheira maravilhosa.

Resta-nos a ictiofauna, também indicada para preencher o lado proteico do nosso regime mínimo.

Alí, fala-se do pirarucú. A pesca mal orientada, dirigida ao osteoglossídio especialmente, e a todos os povoadores esplêndidos dos nossos rios e lagos, derivou *em verdadeira caça de extermínio,* com o que chegamos ao rarear das especies, e, com isto, á impossibilidade de obtê-las para a nossa alimentação. Em algumas zonas do Estado, o velho «arapaíma» é já mero elemento de recordação, como a tartaruga, etc.

Deveriamos traduzir, num sentido mais pratico, o vultoso das páginas dos nossos códigos atuais que tratam da pesca e da caça. Êles não encerram, ainda, o necessário para pôr um obstàculo decisivo e seguro à evasão das nossas riquezas alimentícias. E não encerram êsse sentido prático que desejamos, porque fôram calcadôs em outros, referentes a países cujo desenvolvimento e cuja dispersão de população são diferentes das nossas.

Os pescadores argüem-se em inimigos mortais dos nossos especimes aquáticos, atacando-os em qualquer idade, pescando-os em qualquer tempo, evitando, assim, que a natureza recomponha o aspecto quantitativo e qualificativo das nossas fontes, através da perpetuação da espécie, deturpando a noção da «luta pela vida» num descalabro só comparável à pilhagem em grande escala.

A falta de agrícultura, cujo estabelecimento é obstaculizado pela natureza das nossas industrias, tôdas elas extrativas, pois debatemo-nos, ainda, no aproveitamento do que rende mais, com mais presteza, tem originado, fóra de duvida, todo êste panorama desolador, de pobreza, de mendicância e de impotência para realizar algo em alívio próprio.

Somos, na realidade, importadores de todos os gêneros alimentícios de que necessitamos. Deveriamos ser, acreditando na frase superlativamente bondosa de alguém, o «celeiro do mundo».

Alguns Alimentos Aborígenes da Amazonia

ANÁLISES QUÍMICAS

Trazemos neste trabalho algumas análises quimicas de alimentos típicamente amazônicos. Constituem, fóra o jacaré o que poderíamos chamar de alimentação regional. Pela descrição anexa, verificaremos que sua escolha pelos nossos antepassados fôra realmente determinada pelo exquesito paladar e bondade de sua carne. Entre os vários quelônios que utilizamos em nossa alimentação, sobressai, evidentemente, a tartaruga, «Podocnemis expansa». Alimenta-se a tartaruga de ninfeáceas, procurando geralmente as flutuantes e submersas. Em algumas épocas, passa a alimentar-se de pequenos peixes, abandonando, assim, seu regime vegetariano citado. Os espécimes maiores pesam mais de um centenar de quilos, fornecendo, por desova, 150 ou 200

ovos. Com as perseguições sofridas, especialmente na época da desova, nas praias, muito se tem reduzido o seu número, e, assim, a frequencia deste alimento no mercado, tem oscilado bastante. Alimentação acessível aos menos abastados em outras épocas, hoje é apenas apresentável nas mesas de gente rica.

Não só a carne da tartaruga, como também, os ovos, fornecem elemento nutritivo de real valor.

Outra fonte, não menos dadivosa, é o «Trichecus manatus», o peixe-boi do interior amazônico. Êste mamífero, sireno, alimentando-se de várias gramíneas, como a «canarana», de regime exclusivamente herbívoro, produz carne e gordura, de cujo valor alimentício falarão as analises apresentadas.

O peixe-boi, cuja vida vai além do centenar, em média apresenta 2 a 3 metros de comprimento, com 200 quilos de pêso. Na alimentação autóctone, êle aparece moqueado, salgado ou em mixira. A primeira forma parece ser a mais antiga. A mixira é uma conserva, na qual a carne do peixe-boi, moqueada ou aferventada é, depois, colocada em latas contendo o elemento gordo, mantido líquido pelo aquecimento. Em o interior, logo á apanha, êle é servido apenas em churrasco. Entre os peixes menores, o curimatã — «Prochilodus argenteus», merece destaque, pois apesar de seu regime alimentar iliófago, constitue bom e saboroso alimento. Pelas suas características biológicas, o curimatã é peixe passivel de reprodução artificial em larga escala, o que fez com que fôsse chamado a integrar, imediatamente, o vasto arsenal da piscicultura.

Deixámos, finalmente, para o fim, o centenar saurio da Amazônia, o jacaré cuja introdução, no cardápio do Vale, se deve justamente à situação precaria em que deixara, os nossos repositórios naturais naturais de alimentos, uma pesca insensata e desordenada.

Primeiramente, utilizou-se a carne do «jacaré-tinga» — «Jacarétinga palpebrosas», e de outro semelhante — o «Jacarétinga triognatus». Atualmente, passámos a utilizar a carne de todos os crocodilos. Com a necessidade crescente de alimentação, os pedidos pelo peixe salgado aumentaram de tal forma, que os nossos lagos e rios não puderam atendê-los convenientemente.

O rabo do jacaré (Caiman, niger — latirostris e sclerops), pôsto em evidência pela lenda e pelo bom gôsto

do felino amazônico, tornou-se o sucedâneo do pirarucú (4). E, muita vez, foi êle pôsto à mesa, como se fôsse, o verdadeiro «arapaíma», o pirarucú dos nossos avós. Alimenta-se o jacaré, de peixes ou outros animais que lhe chegam à boca. É essencialmente carnívoro, mas, na vasante, na época da penúria alimentar, o jacaré passa a alimentar-se de lodo. Salgado, o sabor se assemelha ao do peixe. É, entretanto, um alimento mais foriemente proteico que êste.

4)—Corre a versão de que a Onça, o felino da Amazônia, serve-se da cauda do jacaré, como alimento predileto.

Análises Químicas

TARTARUGA

Agua	77,89
Matéria sêca	22,11
	100,00
Na matéria sêca:—	
Substâncias gordurosas	0,567
Substâncias azotadas	16,150
Outras substâncias orgânicas	4,288
Cinzas. (minerais)	1,105
	22,110
Substância gôrda:—	
Ponto de fusão	de 37,5 a 38,0°C
Acidez em soluto "N" de NaOH	1,2 cc o/o
Índice de iodo	48,26
Índice de saponificação	143—150
nD a 40° C	1,4608
Valôr combustivel:—	
Em 100 gramas de matéria sêca:—	
Substância gorda	23,06 calorias
Substânciá azotada	292,248 «
Total das 100 g	315,308 «
100 calorias	31,56 g

(§)—No doseamento das substâncias gordas, utilizámcs o extrator de Soxhlet, idem, uo das protides, o processo Kjedahl. Para as determinaçõe refractométricas, utilizámos o refractômetro de Féry a 40° C. Para a determinação dos indices de iodo e de Koettsttorfer ou de saponificação, empregámos respectivamente a técnica de Huebl, em duas horas, misturando os solutos no momento, e para a segunda prova, 20 minutos em ebulição. Na determinação do «valor combustivel», empregámos os seguintes fatôres caloriméricos, ditos de Atwater-Bryaut e publicados por Sherman em «Food-Chemistry»: 4 para proteinas e 9 para gorduras.

CURIMATÃ

Agua	78,213	
Matéria sêca	21,787	
	100,000	g
Pêso bruto (média)	2,600	«
Pêso das vísceras	727	«
Pêso aproveitável real	1,320	«

Na matéria sêca: —

Substância gorda	3,280	
Substância azotada	17,005	
Cinzas (minerais)	1,502	
	21,787	g

VALOR COMBUSTIVEL

Em 100 g de matéria sêca: —

Substância gorda	135,5	calorias
Substância azotada	312,0	«
Total das 100 g	447,5	«
100 calorias	22,4	g

JACARÉ sêco e salgado

Agua	25,47
Matéria sêca	74,53
	100,00

Na matéria sêca: —

Substância gorda	7,98
Substância azotada	23,21
Outras substâncias orgânicas	5,064
Cloreto de sódio e outros minerais	38,276
	74,53

Substância gorda: —

nD a 40° C	1,4655
Índice de iodo	52,7
Índice de saponificação	168

VALOR COMBUSTIVEL

para 100 gramas de matéria sêca:

Substância gorda	105,93	calorias
Substância azotada	124,60	«
Total das 100 gramas	230,53	«
100 calorias	44,22	g

CARNE DE PEIXE-BOI sêca e salgada

Agua	46,60
Matéria sêca	53,40
	100,00

Na matécia sêca :—

Substância gorda	4,990
Substância azotada	27,714
Outras substâncias orgânicas	6,716
Cloreto de sódio e outros sais	13,980
	53,40

Na substância gorda :—

Ponto de fusão	ENTRE 25,0 e 25,5 C
nD a 40º C	1,45821
Índice de iodo	48,77
Índice de saponificação	220

Valor em calorias :—

Substância gorda	85,24	calorias
Substância azotada	210,00	«
Total das 100 gramas	295,24	«
100 calorias	33,70	g

MIXIRA

(Carne de Peixe-Boi aferventada, e conservada na própria gordura)

Agua	27,15
Matéria sêca	72,85
	100,00

Na matéria sêca :—

Substância gorda	21,80
Substância azotada	40,700
Outras substâncias orgânicas	5,020
Cinzas (minerais)	5,33
	72,85

VALOR COMBUSTIVEL

Em 100 gramas de matéria sêca:—

Substância gorda	260,3	calorias
Substância azotada	251,12	«
Total das 100 gramas	500,42	«
100 calorias	19,5	g

Discussão do Problema

Somos, evidentemente, pelo aproveitamento dos nossos recursos naturais, e, assim procedendo, parece que vamos

de encontro à totalidade da corrente atual que exclue outros pontos de vista, ficando tão sómente com o aspecto geográfico do assunto. RANDOIN e SIMONET (5), dizem muito acertadamente: «Pôr-se à margem da natureza, inteiramente, isto é, abandonando os hábitos desenvolvidos pelos climas, lugares e generos de vida dos naturais, para seguir com exclusividade, os conselhos da higiene alimentar, é sempre coisa extremamente perigosa».

As nossas reservas, perturbadas no seu rendimento pela pilhagem em demasia a que se submetem há séculos, orientadadas com o sentido rigorosamente prático-científico, poderão voltar a formar a despensa do homem da Amazônia, e alterar profundamente o aspecto insano do magno problema.

Assim, em lugar dos afiambrados, das carnes cozidas enlatadas *(corned-beefs)*, dos charques, das sardinhas, das frutas da Califórnia e da necessidade de reparar a falta vitamínica através de fármacos, teremos em nossas casas, um passadio diferente, uma alimentação menos artificial, mais sadia e, sobretudo, menos deprimente.

A solução do problema em prol do alimento autóctone, se reveste de vários aspéctos. Há necessidade de evitar o esbanjamento das nossas reservas. Teremos que repôr, mediante vivedouros e criadouros, a riqueza espoliada, ano após ano. Sómente depois disto, cuidaremos do problema alimentar propriamente dito, ajustando o nosso regime dietético, tendo em vista as nossas necessidades em face aos requérimentos de nossa fisiologia.

O que faz mal à gente é reconhecer que os planos existem, que os encarregados dos serviços tambem aqui estão, mas que, precisamente o seu trabalho, a sua realisação, não se apresenta nunca.

E, quase sempre, o amazônida é o individuo eternamente deitado à beira dos colossos potâmicos, sorvendo alí sua grandeza pela prodigalidade de tudo quanto lhe cerca.

Em realidade, há bem poucos individuos que possam realizar, com o alimento que recebe, metade do que o «caboclo» é capaz de fazer.

A procura da borracha não é feita no hinterland *amazônico de* charrette *ou de automóvel, nem as estradas da seringa são rodovias de fácil percurso.*

---

5)—Randoin, L. e Simmonet, H—Les donnés et les inconnues du probléme alimentaire—Paris.

A «pela» (borracha em bolas, original) surge após uma caminhada longa, em que o dealbar dos dias encontra o amazônida em caminho, surpreendendo-o na volta, apenas, os últimos traços do astro-rei. Quando se emprega em tarefas diferentes, o «caboclo» é capaz de sulcar, horas a fio, remo em punho, os mais intrincados labirintos amazônicos, mistura desproporcionada de água e terra.

O «caboclo» deitado na rêde à margem das águas dos rios amazônicos é o amazônida vítima da própria civilização, encarna sempre o malárico, o verminótico, e, sobretudo, o mal alimentado.

As análises que apresentámos, na sequência dêste trabalho, formam parte de uma série delas que desejamos concluir, abrangendo todos os alimentos originais do Vale, quer vegetais, quer animais.

Pela sua composição química alí descrita, verificaremos facilmente que não são de natureza estritamente proteica. O mesmo acontecerá com os milhares de outros valores alimentícios da fauna amazônica.

Em tôdas as análises ficou, patenteado entretanto, o valor extraordinário das reservas em lipídios que tais alimentos encerram. Embora não tenhamos, como já ficou dito em nossa «Introdução», dados relativos ao metabolismo basal do «caboclo», é absolutamente certo que êle deve reduzir seu regime rico em proteinas, porque as condições de clima tropical assim o exigem. E não falemos do aumento da conversão térmica dos protídios (ação específico-dinâmica), decorrente não só da quantidade, como dos fatôres metereológicos, predominantes em nosso clima.

Não devemos esquecer, como já acima lembramos, o alto teor de elemento gordo que os alimentos autóctones do vale encerram. Sua presença, não raro, causa distúrbios digestivos.

A êste respeito, em uma publicação recente sôbre a digeribilidade dos feijões deshidratados, DONALD E. BOWMAN, da universidade de Indiana, esclarece que os óleos comestiveis que impregnam os amiláceos dessas vagens retardam a sua digestão, que passa, assim, de uma hora para 24 ou 48, ficando às vezes incompleta (6).

---

6)—BOWMAN, Donald, E.—Science (Revista d A. A. S.)

PROPOSIÇÕES

1)—Estudo racional dos alimentos próprios da Amazônia.

2)—Promover a criação de vivedouros e estações experimentais de cria, a fim de repôr às nossas fontes naturais de alimentos (especialmente rios e lagos), o desgaste sofrido pelo descalabro dos nossos meios de captação das especies.

3)—Promover a fundação de estações de remonta, base para o estabelecimento da pecuária no Vale:

4)—Promover o estabelecimento da agricultura, pugnando ao mesmo tempo pela fixação do homem à terra e crirção de fontes de abastecimento.

5)—Utilização dos meios higienizadores aconselhados para toeos os gêneros destinados à alimentação.

6)—Restrição de processos primitivos para o tratamento dos genêros alimentícios, de origem vegetal ou animal.

Sobre el valor de los Alimentos Indigenas de la Amazonía

Resumen

Afirma el autor que, el habitante de la amazonía provisto desde muy temprano de armas veneníficas, haya abandonado — porque lo podía hacer desde que ya cazaba — sus alimentos enteramente frutales, pasando pues, directamente a la característica omnivora del hombre. El conocimiento de la alimentación primitiva se debe buscar entre los "cholos" considerados en su nativismo como receptáculos de la tradición autóctona, máximo cuanto a la alimentación que, como dice Vidal de la Blache, sufre menos la modificación extranjera que cualquier otro problema. El autor es de opinión que se debe hacer un estudio perfecto de los principales alimentos indigenas del valle amazonico, problema este que está completamente relegado al abandono, a pesar de que dos contiendas mundiales ya comovieron hondamente el valle a procura del jebe, elemento numero uno entre los materiales belicos y su extracción haya necessitado, cada vez, de más gente y no haber sido modificado en nada el problema de la alimentación del gomero que todavia se ampara en los enlatados. Comparando el hombre que corta la goma elástica con los soldados del frente de combate dice el autor que aquel es un soldado que enfrente una deficiencia total y produce siempre, y cuya vuelta a la civilización, no depende de un armistício o de una rendición del enemigo, más del estado de salud en que lo hayan dejado sus extenuantes desgastes mal recompensados.

En la guerra de 1914, el gran Oswaldo Cruz visitó la Amazonía y verificô indignado que habia un hojalatero en cada barraca para agujerear las latas de conservas fermentadas y soldarlas para venderlas a los trabajadores de goma. Dice el autor que en la última contienda mundial, la de 1939, también, los enlatados formaron el mayor porcentage de alimentos arrojados al « soldado de la goma », no valiendo para nada, los organismos burocráticos formados y rotulados pomposamente. Por descuido de los poderes responsábles, dice el autor, que las especies naturales que proveen alimento y constituyen valores exponenciales de la ictiofauna de la Amazonía, sufriendo caza voraz, pertene cen mas a la colectanea de los museus de que propiamente a la provision del amazonico, cuando debiera ser perfectamente lo contrario. Al revez de lo que ocurre en la amazonía brasileña, la amazonía peruana practica « larga manu » una protección eficiente para las especies alimenticias que se encuentran en sus rios. Las viviendas y estaciones experimentales de cría son ya una realidad en el Perú, no siendo asi en Brasil que aun esta sondando el camino teórico. De la dificultad de obtención de estos alimentos surge el precio elevado y que hace imposible, a los menos abastados, de aprovisionarse con los elementos de la tierra y su propio régime alimenticio.

La situación de los niños es peor aún. La falta de rebaños de ganado vacuno disminuye la producción de la leche y origina un «per-capita» mínimo que no puede satisfacer, pues, es ignal a 35 gramos. Esta desorientación en la alimentación de los niñitos se traduce por una elevación casi que anual de la mortalidad infantil. La falta de industrialización hace con que, la amazonía se sirva de aceites comestibles de elevado precio e inferiores a los que podria sacar del fruto de la Bertholetia Excelsa. Al lado de todo esto viene la falta de agricultura resultado de la naturaleza de las industrias locales todas ellas extractivas que tienen como premisa el poder retirar siempre lo que da mas

Para afirmar que los elementos de la ictiofauna que constituyen alimento comun de los habitantes de la Amazonía, poseen buenas caracteristicas alimenticias, el autor anexó a su trabajo varios análises químicos, de la carne de tortuga (charapa) — el quelonio sabroso de la amazonía — de vaca-marina, de «curimatã» y finalmente de lagarto, cuyo rabo se consume muchisimo substituyendo al paiche debido a su escacés, en virtud de la pesca inclemente que le hacen en todas las épocas. Como remedio de estos males apunta el autor la necesidad de promover una criación en gran escala, como acontece en Perú, de todos los elementos faltosos de la ictiofauna del Valle. Adoptación de medidas de punición para evitar la pesca en cualquier época y finalmente la necesidad de implantar la agricultura en todos os lugares de la amazonía brasileña.

On The Value Of The Native Foods Of Amazonia

Extract

The Author afilrms that the inhabitant of Amazonia having since early times venenous weapons, must have abandoned — because he could doos it since starting hunting — his fruit-meals, passing therefore, directly to the omnivora characteristic of man. The knowledge of feeding of primitive people must be sought among the «caboclos» considered in their nativism as receivers of the autochthon tradition, specially with respect to food which, as Vidal de La Blache affirms «sufers less foreign modification than any other problem». The Author is of opinion, that we must make an accurate study of principal native foods of the Amazonian Valley, problem which is completely abandoned, althought two world wars shook the Valley, looking for rubber, element number one among the war-materials, and its extraction having needed every time more people and the problem of feeding of the «seringueiro» having not been modified at all, and which is still supplied canned. Comparing the man who extracts the "latex" with the soldiers of the fighting front, the Author says that the former is «a soldier who faces a total deficiency and always produces and whose return to civilization does not depend of a truce or oi a surrounding of the enemy, but, of the health that is left to him by this severe efforts badly paid».

In the other war, in 1914, great Oswáldo Cruz visited Amazonia and was very much annoyed to verify that in each "barracão" a tinsmith was found, to open the fermented tins of food and to solder to sell to the rubber extractors. The Author says that in the last world war, in 1939, also the tins made up the largest percentage of food thrown to the "rubber soldiers" in spite of the burocratic organizations formed and pompously labeled. Owing to the lack of iniciative of the responsible powers, says the Author, the natural species that supply food and constitute exponencial value of the icthyofauna of Amazonia, being, persecuted, belong more to the museums collections than to the "amazonidas pantry" when it should be just the opposite. Inversely to what happens the Peruvian Amazonia puts into practice "larga manu" an efficient protection for feeding species found in its rivers. The living places and the experimental stations of procreation are already a reality in some of the neighbouring republics while Brazil is still feeling theoretically the ground. From the difficulty to obtain these foods arises their high prices, which make it impossible for poor people to supply their feeding regime with elements from the soil. The childrens' situation is still worse. The lack of cows difficuits the production of raw milk originating a "per capita" minimum which cannot satisfy because it is equal to 35 grams. This trouble in the feeding of children brings about a high annual percentagé of infantile mortality. The Lack

of industrialization, oblige the native to use edible oils of high price and inferior to what it could be obtained from the fruits of "Bertholletia Excelsa" the "castanheira". Besides all this, there is the absence of agriculture as a result of the nature of the local industries, all of them extractive which aims to get always what pays more. To affirm that the elements of the ichthyofauna which constitutes the commom dish of the inhabitantes of Amazonia possess feediug characteristics the Author annexes to this work various chemical analyses of the «tartaruga» meat — the savory chelonium of Amazonia, — of the «peixe-boi», of the «curimatã» and finally of the «jacaré», the tail of which is being largely consummed in substitution of «pirarucú» owing to the scarcity of the latter, as a result of the inclement fishing carried out the whole year round. As a remedy for this evils, the Author points out the necessity of promoting a criation in large scale as it is done in Perú, of all elements of the ichthyofauna of the Valley. Adaptation of punishing measures to prevent this fishing every time and finally the necesity of starting agriculture everywhere in the Brazilian Amazonia.

Aspectos Géo-Sociológicos da Amazonia (x)

PRELIMINAR

A topografia da Amazônia é a de uma perfeita planície, excluidos os reforços montanhosos das cordilheiras Guianas, onde existe o vasto Planalto Guianense, segundo Capistrano de Abreu.

Essa planície, afirma-o Delgado de Carvalho, começa na foz do Gurupí, entre Pará e Maranhão, desce cortando para o sul todo o Estado do Maranhão, atingindo essa linha todo o limite entre Baía e Goiás, Minas e Goias, voltando-se a linha para o oeste, pelo sul de Goiás, passando por Cuiabá, e depois descendo para Cáceres.

Alcides Lins, no IV volume dos anaes do IX Congresso Brasileiro de Geografia, estudando o «Valor Econômico dos principais Maciços Brasileiros», acentúa defeitos sobre os limites das regiões naturais em que se divide o Brasil. Comenta desfavoravelmente as linhas das regiões traçadas por Arnoldo Azevedo, Capistrano de Abreu, bem como as regiões fisográficas de Roy Nash, tudo em face da dificuldade de especificar os nossos maciços geograficos.

São sérias as dificuldades que se apresentam ao estudioso que se debruça sobre o mapa do Brasil e que tenta olhal-o sob o prisma das divisões de certas regiões geográficas. Segundo o Conselho Nacional de Geografia, a Amazônia Brasileira compreende os Territórios Federaes de Amapá, Rio Branco, Acre, Guaporé, e os Estado do Amazonas, Pará, alem daa terras do norte de Mato Grosso e Goiás.

A característica fundamental dessa enorme planície, está no seu vasto e descomunal volume dagua. 6.500.000 quilometros quadrados dagua, dos quaes quasi 4.000.000 são brasileiros. Esse descomunal volume dagua modifica a todo instante os aspectos da terra. Sedimentações de camadas geológicas são lentamente depositadas e retiradas de regiões e regiões para outras regiões. Esse trabalho imenso de condução e recondução de detritos, entulha a terra,

lagos, paranás, rios. Até o Atlântico não escapa a esse entulhamento, na faixa litorânea do Oceano.

Há sinaes de, no começo do *Pleistocênio*, toda a Planície era ocupada pelo Atlântico. A linha reta do Norte para o Nordeste, o vasto Deltadão a entender que o aterro ainda não acabado com os sedimentos e erosões que descem de longe, se fez sobre toda a planície.

A estrutura geológica da Amazônia é toda do período terciario da *éra cenozoica*, nas zonas terrenas banhadas pelo Solimões, Amazonas, Madeira, Juruá, Purús, parte do Tapajoz, toda a parte da enorme embocadura, e. sendo que as terras do Rio Negro, Branco, Uatumã, Iamundá, Trombetas, Erepecurú, Parú, Jarí, Araguarí pertencem ao período Arqueano da *éra arqueozoica* ou primitivo.

Kratser encontrou sedimentos dos *sistemas triassico* e *jurassico* do *grupo mezozoico*. No Pará também foi encontrado sedimentos dos sistemas *carbonifero, devoniano* e *siluruano*, do *grupo paleozoico*. Deste grupo, no Amazonas existem áreas dos sistemas *permiano, carbonifero, devoniano, pressiluriano, copaleozoico, proterozoico, algonquiano, arqueozoico, arqueano;* do grupo *mesozoico*, existem sistemas *cretaceo* e *triassico;* e do grupo *cenozoico* existem areas enormes dos sistemas quaternario, *neogênio* (andar) e *eogenio*.

A planície é antiquíssima. E' anterior ao aparecimento do massiço andino que estava submerso, quando a planície já existia e as águas amazônicas corriam para o Pacífico. A hipótese glacial de Agassis caí, ante a concepção de Hartt: « o vale surgiu como um largo canal entre duas ilhas ou grupo de ilhas, das quais uma se constituiu a base e o núcle do Planalto Brasileiro, e a outra, ao norte, a do planalto da Guiana. Estas ilhas apareceram no principio da *idade siluriana* ou pouco depois dela.

No princípio da *éra mezosoica* o golfo do desaguadouro, era no golfo de Guaiaquil. Fóssseis e os aspectos geográficos da planície isto demonstram.

Igapós, terras que periódidamente são inundadas e as terras firmes, são estruturas que bem demonstram todas essas cousas.

A bacia Amazônica (que não se deve confundir com a planície) é assimétrica. A grande linha aquática corre do oeste para o leste. A massa fluvial é extraordinária, ocupa um espaço terraqueo imenso. Quem sobrevôa a Amazônia tem a impressão de que não há terras que não estejam

invadídas pelas águas. A propría floresta parece viver imersa nágua da vasta bacia.

Essa a impressão que tem, quem vôa de Belem á Manaos, ou de Cuiabá a Porto Velho, desta localidade á Manaos e desta capital ao Rio Branco do Acre.

O volume dágua é pesadissimo e conduz um bilhão de toneladas de material por ano.

Ilhas vastissimas, lagos imensos, igarapés, furos, igapós, restingas, enseadas, remansos, corredeiras, cachoeiras, rios, enchem um poligno cuja superficie é de 6.500.000 de quilometros quadrados, mais ou menos.

Os Andes ao oeste; o chapadão central de Mato Grosso, ao sul; o chapadão dos Parecis; o espigão Mestre ao oriente que divide as águas aos rios Tocantins e São Francisco; o Maciço das Guianas, ao norte; e neste círculo gigantesco, vê-se a bacía monstruosa no seu tamanho.

Entre os Andes, o Massiço Guianense, as elevações do Brasil Central, está a bacía, quasi sempre sem declive para o oeste.

Amazonas e Solimões correm entre terras terciárias.

Hartt, Derby, Katzer, Gonzaga de Campo, Odorico Albuquerque, Glycon de Paiva observaram bem o tipo de nosso solo.

O material vegetal caracterisa, distingue as terras, as ilhas, porque os vegetais trazem a fisionomía da geología da planície. E' sabido que as ilhas em formação se caracterisam pela vegetação: mague (rhizophora mangle — L. Var. racemosa — Meyer), aninga (montríchardia arborescens Schott), aturiá (Drepanocarpus lunatas — Meyer).

Mas tudo isso está virgem ainda. Nada se fez em face do que tem a Amazônia, do que é a Amazônia, do que oferece a Amazônia.

O Amazonas é característicamente um rio da planície. Vem das cabeceiras do Vilcanota. Toma o nome, primeiramente, de Maranhon, depois Solimões e finalmente Amazonas. O declive é pequeno. Tem consideravel largura em quasi todos os seus pontos. Ha trechos cuja largura atinge a 6 quilometros. A profundidade minima é de 20 metros; mas esta atinge em Obidos a 130 metros. O volume dagua varia de 60, 90, 120, 140 mil metros cubicos por segundo: Maior que os rios Congo ou Mississipe. Os paranás, os furos, os igarapés, os lagos das varzeas, das terras firmes, os tributários do grande rio, formam o grande conjunto maravilhoso da planície.

As terras caidas vão dando o sedimento, a par ás águas e as materias para o carregamento constante da massa aluvionica que é sacudida no Atlântico e em diversas regiões da propria bacia.

Na vasante tem um aspecto. Na cheia tudo muda. As inundações afogam toda a planície, com exceção das terras altas. A energia hidráulica é grande. Os arquipélagos que estão dentro dos rios, dos furos, dos igarapés, dos paranás, dos lagos, das lagôas, dos pantanos, dos charcos,—são inúmeros e alguns até imensos. Com Delta ou sem Delta como entendia Euclides da Cunha, o que se sabe é que a geologia e a paleontologia modernas modificaram muito a interpretação dos fenômenos amazônicos, como o da pororòca, dos grandes afluentes, etc.

A Várzea

A planície é quasi toda uma inundação constante, porque a grande maioria das terras é composta de terra baixa. Não ha quasi declives. Os rios carregam detritos e, dada a falta de declividade das terras e dos rios, esses detritos são depositados com facilidade, de modo que na quadra da vasante, as várzeas são maguificas para a agricultura de alimentação, para as pastagens, para a engorda do gado. Nas cheias essa fertilidade desaparece. O gado emagrece, morrem os bananais, o homem tem menos agricultura. Na vazante volta a fartura dos vegetais.

Todo o rio tem seus diques marginais. Na Amazônia esses diques são relativamente baixos, por isso as cheias inundam tudo, e regulam,—como a vazante,—a vida econômica, social, religiosa, politica, alimentar. Os igapós como as várzeas são reconhecidos pelas cheias e pelas vazantes. O Igapó é a mata, a floresta alagada. A vazante é a restinga de terra descoberta, enriquecida da sedimentação vegetal e mineral que fertilisa a terra magnifica dando as culturas vegetaes de seis mezes. Tanto a várzea como o igapó têm sua vegetação própria.

Em regra a planície é toda inundada. Tanto que o que a caracteriza são os igapós e as várzeas, as quaes, associações de vegetais parecem tomar, por um mimetismo geológico, a estampa da terra e da vida dessas características regionaes. A mata do igapó é rija,

forte, cheia de nódulos; de taxis (gen. pseudomyrna), variada em palmeiras espinhentas, madeiras de lei.

Tanto a várzea como o igapó são de terras quaternarias, terras de aluvião para a variedade infinita das espécies botanicas.

Entretanto, apesar disso não se pense que a terra seja nova. A idade desta terra está marcada pelos restos de uma fauna paleozóica que, de quando em vez, são encontrados, um dente antiluviano que pesava nada menos de quatro quilos e que fora encontrado no Rio Branco. Chandless achou, no Purús, restos de uma especie de *MOSASAURUS* Raimundo Moraes, no seu livro «Alluvião», refere que Paul Gervais encontrou um crocodilo gigantesco, o *DINOSUCHUS TERROR*. Cita ainda que G. Gurich descobriu um fossil de jacaré, o gigantesco *GRYPOSUCHUS JESSEI*. Barbesa Rodrigues encontrou uma tartaruga de dois metros, em fossil, o quelonio *COLOSSOEMYS*. Barbosa Bodrigues desenterrou um saurio (lagarto) muito diferente do crocodilo africano e do caiman americano e que porisso propoz que se chamasae *PURUSSUSAURUS*.

As áreas inundaveis das várzeas recebem sempre nas enchentes novas associações de vegetaes. O aranhol hidrográfico, com as terras novas das enchentes e suas diversas e numerosissimas terras caidas, sofre alterações profundas em cada vazante, em cada cheia. E as imbaúbas (cecropia parensis), o tachizeiro (triplaris surinemensis), as mungubas (bombax munguba) são espécies vegetais que quasi sempre substituem, numa espécie de estado secundário de formação da terra,—as aningas (montrichardia arborescens Schott) os aturiás (drepanocarpus lunatas Meyer), os mangues (rhizophora mangie L. Var Racemosa Meyer).

Terra Firme

As terras firmes são os pontos mais altos da verdadeira planície. Mesmo as chamadas serras, como as de Parintins, nada mais são do que verdadeiras terras firmes de feição fisiografica muito propria da Amazônia. Elas são o terceiro degráu geológico do mundo físico amazônico: a várzea, o igapó, a terra firme, sempre abandonada pelo caboclo, que prefere os dois primeiros pela atração hidrográfica do ambiente.

As descobertas de formação silurianas por Derby, Clarke e outros, de certo, trouxeram esperanças de ricas camadas de fósseis. Kratzer acha que o sistema siluriano encontra-se a leste a partir de Tartarugal, na Guiana Brasileira, no Estado do Pará; e no Amazonas, no rio Urubú, na serra da Lua, no rio Uatumã, logares esses que tive a felicidade de palmilhar, realisando os meus primeiros estudos de antropología e geología.

Convem assinalar que não temos, na Amazônia Brasileira manifestações eruptivas. A fauna estudada por Clarke nos grapfolites recém descobertos são algas (vermes?) (arthrophycus harlani Conrad) Climacograptus innotatus Nilcholson (Monograptus clitonensis Hall), espongiarios, braquiopodes, lamelibranquios, gastropodes, cafalopodes e crustaceos.

O sistema devoniano do vale Amazônico, estratigraficamente, tem o seu terceiro grupo, no rio Tapajós, Barreirinha, Xingú onde existe xisto preto. São imensas as provas da vida devoniana na Amazonia, especialmente no Amazonas: flora e fauna. e nesta: briosuarios, antozoarios equinodermes, braquiópodes, lamelibranquios, gastrópodes, trilobitos, peixes.

O carbonífero, o cretáceo, o miocênio, as formações terciárias, o plistocenio todos na Amazonia, com as faunas e floras fósseis que já foram recolhidas e estudadas, dão as provas do quanto precisamos trabalhar nas investigações do solo amazônico, especialmente das chamadas terras firmes.

Na vasta planícicie cheia de águas, a terra firme deve prender sempre a nossa atenção. A jungla alagada é o estado natural da região: a rede meândrica. Essas terras altas não passam, em regra, de uns vinte metros de altura, isso raríssimamente, em um ou outro ponto, em Santarem, Tapajós.

Quando falamos em terras firmes não falamos em massiços como no guiano-brasileiro. Esse poderia chamar-se o quarto e ultimo degráu da planície, aquele que serve de contraforte, de paredão á vasta bacia da hinterlândia.

Ha provas de que, no meio do período paleozóico, partes dos atuaes continentes da América do Sul (Amazonia), Africa do Sul, Austrália, Índia e Antártica, formavam a massa imensa daquele continente chamado *Gondvana.*

Eis porque entendo que há sérias necessidades de estudos profundos dessas chamadas terras firmes, com como dos maciços Guiano-Brasileiro.

A Amazônia foi um dos grandes fragmentos do chamado continente *GONDVANA*, que compreendia, no fim do pre-cambriano a América do Sul, África do Sul, Aústrália, India e Antártica. No fim do período Siluriano, o oceano invadiu partes do continente do *GONDVANA* e cobriu o Saára, o Oeste da África, o atual vale Amazônico e partes da Bolívia. E' porisso que ainda hoje encontramos sinais francos de mares e oceanos que cobriram toda a Amazônia. Xisio preto com sinais de peixes marinhos e esponjas, são ainda encontrados no Rio Negro, principalmente em suas terras firmes.

Foi no período Terciário Superior que os Andes começaram a aparecer, ha alguns milhões de anos atraz, dizem os mestres da geologia comparada.

Nesse vale, as forças telúricas e as forças hídricas, com as forças ionicas dos raios solares, dão á terra esse tom de fantástico que ha nela em tudo.

Quem leu Martins, Agassis, Hartt, Orvillo, Orton, W. L. Von Eschwege Noville B. Craing, Bates, Coudreau, Tavares Bastos, Wallace e palmilhou a vasta Planície em todas as direções, Baixo Amazonas, Alto Solimões, Rio Negro, Rio Branco, Purús etc. poderá compreender um pouco a Amazônia e abismar-se no fantástico de tudo que ela contem, desde sua origem, história de seus rios, geologia, flora e fauna, clima e metereologia, paleontologia, antropologia, etnologia, mitos.

A hinterlândia possúe a maior bacia do mundo. Numa latitude de 4 gráo ao Norte até 24 ao Sul, todos os rios que veem do oriente, são tributarios da corda imensa Solimões - Amazonas. Sobre uma superfície de 6.500.000 de quilometros quadrados. Tendo uma extensão de 5.700 quilometros, ele desagua no oceano 300.000 metros cúbicos dágua em cada minuto.

Esses rios da bacia têm íntima ligação com a geologia. O Içá, o Japurá, o Negro, o Branco, o Madeira, o Purús, o Tocantins, o Xingú, o Tapajós, o Orenoco, o Cassiquiare, o Coary, o Tefé, todos esses rios falam de sua geologia. A côr da água é por isso uma expressão profunda das terras que elas cortam. Aguas de cor branca, amarela, verde, leitosa, transparente, azulada, azeitonada, pardam, dizem tudo.

A Flora

A floresta amazônica é o mais importante capítulo da fitogeografia brasileira. Dos Andes do Pacífico, do sistema guiano-brasileiro aos planaltos de Matogrosso, a vegetação é extraordinária. Humboldt porisso chamou-a Hileia. E a agua é verdadeiramente, o que determina o tipo geral da mata, isso em face da humidade. A. J. de Sampaio classifica três tipos de floresta e vários de campos: matas de terra firme, matas de várzea. Quanto à floresta, ele divide em seis aspectos: matas de terras firmes, matas de vászea, matas dos igapós, vegetação arbórea (em areia seca, á margem das cachoeiras), matas dos môrros sêcos e no Rio Negro, esse tipo de vegetação que Spruce chamou de « caatinga ».

Os campos, — o mesmo autor classifica em: *Campos de lugares húmidos* (campinas); *verdadeiros campos*, ricos de graminaes e arvores; e *campos das baixadas húmidas.*

Nas grandes zonas florísticas da Amazônia, o denominador comum da equação fitogeografica, é o clima equatorial, quente e humido com o complexo higrofítico.

Aparentemente, a floresta amazonica parece unica, em face da predominância das *especies vicariantes* como sejam certa samaúma (ceiba-pentandra); três sub famílias de leguminosas (Ducke-New or noteworthy leguminosae of the Brasilian); seringueiras (gen. Havea); castanheira (Bertholletia Excelsa); caucho (Castilloa Ulei, Brosimum Amplicoma, Perebea Guianensis); cumarú (Coumarouna Odorata); as palmáceas, cuja variedade é quasi incontavel.

Enormes associações vegetais, em que densos cipóaes e matas fechadas que se chamam bamburrais e extensos gregarismos de aninga (montrichardia arborescens), de jarina (Phytellephas Macrocarpa),—infestam a mataria.

Toda essa grandeza vegetal é filha direta do clima equatorial. E isso não mais se discute. Já é verdadeiramente preliminar tal afirmativa. Os que estudaram a Amazônia, sob esse prisma, já o provaram fartamente. Araujo Lima, que é um dos maiores mestres amazonologos, bem o ressalta. E falar do clima é falar da humidade, do calor e especialmente das enormes massas dáguas que caem sôbre a planície, amiúdadamente. A. J. de Sampáio acha (e é bem certo) que a composição do solo (argiloso, silcoso, etc.) inflúe muito para o viço da vasta massa verde de vegetais.

Cada zona florística tem os seus endemismos, isto é, plantas que são próprias e já estão ambientadas com a várzea, com a terra firme, com o igapó, com as práias, com os remansos, com as cachoeiras, com as corredeiras. E isso é tão interessante que ha generos de plantas com espécies variadas para igapós e outras para terras. Ha imbaúbas e assaís das terras altas, como ha do mesmo genero, nas varzeas. As plantas dos rios de águas amarelas, são diferentes das dos rios de águas negras.

O mestre Adolfo Ducke, que é uma das maiores sabedorias em assuntos botânicos relacionados com a Amazônia, tem encontrado grandes dificuldades,, por exemplo para a limitação de áreas geobotânicas na Amazônia Brasileira.

São as espécies botânicas que delimitam, por exemplo, a área onde existem a Hevea Brasiliensis, ou a Hevea Benthamiana, ou outra qualquer espécie do genero Hevea.

Sabemos que Humbold e Bonpland denominaram a Amazônia de HYLEIA tendo em alta consideração a região de florestas pluviais equatoriais. Uma área como a da Hyleia tem que corresponder a um gênero vegetal, e, esse deve ser o da Hevea, por ser um dos mais típicos da região. Mas a região amazônica orenoçense, segundo A. J. Sampáio, estende-se hoje à Africa Equatorial (região do Congo) e à Insulândia e a um trecho do Indostão e à Indo-China, havendo portanto três hyleias: uma americana, uma africana e insulândica-asiática. O grande Adolfo Ducke no seu admirável estudo "Novas Contribuições para o Conhecimento das Seringueiras da Amazônia Brasileira" delimita três áreas para o genero Hevea: hêvea brasiliensis, hevea benthamiana, e uma terceira para as outras espécies do mesmo gênero.

Ducke não dá muita importância ao fator temperatura quando estuda a flóra amazônica. O mais importante para êle é o fator altura da chuva, que, em algumas regíões da planície, dá u'a média pluviométrica anual de 2,5 metros.

Só muito conhecimento da fitogeografia amazônica, poderá estabelecer as subdivisões naturais da região.

Ducke encontrou na vizinhança do litoral do Atlântico, matas homogeneas, com árvores da Guiana Francesa, descrítas por Aublet, isso tanto em Belém como em Bragança e em outros pontos. Nessa região sujeita à influência das marés, até Almeirim e nos cursos inferiores do Jarí e Xingú, as matas são notáveis em exuberância. Nas ilhas

de Breves dominam as palmeiras: « euterpe oleracea », « mauritia flexuosa », « raphia tædigera », « manicaria saccifera ». Com típos florestais próprios como os « Clinostemon », « cucilophora », « meliandra », « hymenaea palustris», « jacqueshuberia quinquangulata », « hancornia speciosa »,— defere essa zona de todas outras, como a do nordeste interior da hyléia, cujas plantas são outras: « cynometra parvifolia », « palovea guyanensis », " martiusa excelsa ", " lacunaria sampaioi ", etc.

Ainda o grande Duck afirma que, no sudoéste da hyléia, predominam as " pithecolobium macrocalix ", " cenostigma tocantinum ", bombax macrocalyx ", " bombax tocantinum ", " bauhinia bombaciflora ". Já no meio norte da hyléia, Rio Negro, preponderam as " ginospermas ": " gnetum paniculatum ", as " leopoldinia piassaba ", " leopoldinia maior ", " mauritiella aculeata ", além, das " olaceceas ", « rosaceas », " leguminosas », " linaceas », " rutáceas ", " trigoniaceas ", " anacardiaceas ", " ochnaceas ", " gutiferas ericaceas ", etc.

Diz ainda Ducke que no meio norte da amazônia brasileira, região de alta pluviosidade, noroéste do Rio Negro e do Waupés, é caracterisada pela planta ***Elisabetha Princeps.*** No meio sul da hyléia, Tapajoz e rio Madeira, surge a única rubiárea de flôres dialipetalas, o ***DIALYPETALANTHUS FUSCENCENS.*** Existem aí leguminosas como " Palovea brasiliensis ", " elisabetha paraensis ", a " hevea camporum ", algumas " sapotaceas ", a ensis ", a " theobroma microparpo ", a " iriartea ventricosa » (pachiuba barriguda). No curso do rio Amazonas, nos baixios e terras altas, as especies se multiplicam. A " ceiba patandra ", conhecida por samaumeira, a muiratinga (olmedia maxima), a munguba (bombax munguba), o tacacazeiro (Sterculia elata), o pau mulato " callicophylum Spruceanum), o paricá grande (pithecolobium niopoides), a pracuúba (lecointea amazônica); a macacaúba (platimiscium Ulci); otaxizeiro (triplaris surinamensis). Na terra firme do lado oriental do Baixo Amazonas ainda Ducke se refere ao coataquiçaua (Peltogine paradoxa). Na metade ocidental da Amazônia, a flóra é rica em " dicotiledoneas epifitidas ", em palmeiras, " scitaminaes ", " miristicaceas ", " bombacaceas ", " leguminosas ", " rosaceas ", " lecitidaceas ", as " bertholectias excelsas ". Nas matas pluviais, estão as " dinizias excelsas ", as " cedrelingas catenæformes", as " apuleias molaris ", as " olmedias maximas ", " vochy-

sias maximas", "Huberodendrum ingens", "aquiarias excelsas", "corinianas", etc. Nos campos estão os "lichens", as "schiseas", as "xiridaceas", as "burmannias", "protium", "ouratea", "ilex", "clusia", "myrcia", "macairea", "moromobia pulchra", "Leucothoe Duckei".

Essa flóra gigantêsca que tem sido a assombração dos maiores gênios da botânica, é um novo ambiente para um homem novo. Um Engler, em face dos aspectos biológicos dessa flóra, talvez melhor desenvolvesse sua sistemática botânica o seu *SILLABUS DER PFANZENFAMILIEN*.

A vegetação do vale é vastíssima. E' uma das maiores do mundo. Sob o ponto de vista econômico, médico, alimentar é uma das mais extraordinárias.

Plantas oleaginosas, medicamentosas, madeira de construção de primeira ordem, plantas toxicas de todos os gráos de mortalidade, plantas úteis, árvores mais duras do que o ferro, mais resistentes que o aço, palmeiras, "strichnos", frutos saborosos e ricos de poder alimentar, — a flóra amazônica resultante de um clima húmido e quente e da predominação do elemento líquido da região, é uma das mais portentosas, sinão a mais portentosa do mundo.

A Fáuna

Em harmonia com essa exuberância vegetal,—a fáuna amazônica é tambem vasta, consideravel, riquíssima.

Segundo Sclater e Wallace, a Amazônia está encravada na *REGIÃO NEOTRÓPICA*, que se extende do México ao Rio Grande do Norte. Apesar dessa divisão um pouco arbitrária, Melo Leitão, divide a América do Sul em quatro sub-divisões: colombiana, amazônica, brasiliana e chilena.

A distribuição geográfica dos animais, como no caso dos vegetais, é que traça a divisão e sub-divisão dessas regiões e sub-regiões. As espécies escorpiológicas forçaram uma divisão em 9 províncias escorpiológicas de toda a América do Sul. E a Amazônia foi considerada a segunda, informa-nos Melo Leitão, num estudo publicado na Revista Brasileira de Geografia, recolhendo ideas de um estudo mastozoólogo argentino, um pouco divergente do de Wallace.

Como em outras regiões, os animais da Amazônia apresentam típos próprios, característicos. Marsupiais como

a grande mucura (didelphis Marsupialis), as cuícas como as "monodelphis maraxina", "monodelphis adusta", a "marmosa lepida" e outras espécies, — são bem assinaláveis.

Os "quiropteros", morcegos de várias espécies, como os da família "noctilionidas"; morcegos sugadores como o "diæmus youngi" e o admirável "thyroptera tricolor", são interessantes. Os inúmeros "platirrinios", com as suas famílias: macacos da noite e os "duruculi" e outros diversos "aotus"; os "uapussás" (callicibinæ), os saguís (pitheciinæ), o parauacú (pithecia manachus), o cuchiú (chiropotes), o macaco de cheiro (Saimiri sciureus), macaco prego (cebus gracilis), os coatás (atelinoe), os barrigudos (lagothrix poppigii), os "micos argentatus", "leucippe", etc. formam imensa riqueza animal, para estudos.

O cachorro do mato (cerdocyon thous), os "felidas", como o jaguar (panthera onça), a sussuarana (puma concolor); os roedores como os caitipurúsinhos (microsciurus manarius); os "xenartros" como os tamanduás (mirmecophagidæ), preguiças (bradipodidæ), tatús (dasipodidæ), — vivem em massas, quasi, tal a quantidade.

Os veados como os "odocoileus suacuapara", o "mazama rufa" o "mazama simplicicornis", e encontrados em grupos sociais adimiráveis, são notaveis em beleza e elegância.

A fáuna aquática é imensa. A água é toda um viveiro ictiológico. Nela fervilha a vida fluvial da região que é toda grandiosa, extraordinária.

Por ser o homem aqui um animal ictiófago, os peixes vivem quasi em perenes cardumes. Maravilhosos exemplares como o acará bandeira (pterophyllum scalare) são verdadeiros encantos pela tonalidade de suas côres vivas. Convem assinalar aqui o tom das côres dessa fáuna que que é um dos maiores encantos da vida do homem que sabe vêr a imensidade do colorido desmaiado dos peixes amazônicos, como o acará assú (astronotus ocelatus), o acará comum (geophagos brasiliensis), a traíra (hoplias malabaricus) e tudo isso vive aos milhões, entre bilhões de peixinhos.

A piranha (pigocentros piraya), o jacundá corôa (crenicochla sexatilis), o cuiú-cuiú (oxydoras niger), o pirarucú (arapaima gigans), araunã (osteoglossum bicirrhosum), o tambaquí (myletes bidens), a tartaruga (podocnemis expansa), o peixe boi (trichechus manatus), mandí (sciades pictus), cascudo (plecostumus dommersoni), pi-

rahyba (bagrus reculatus), pirarára (pirarara bicolor). pintado (pseudoplatystoma corrunscans), jaraquí (prochilodus binotacus), puraquê (electrophorus electricus), pacamão (pseudopimelodus alexandri), matrinchão (charicinun amazônicus), pirapitinga (chalceus opalinus), pacú (myletes edulis) ou (miletes duriventris), bagrinho (glanidium albencens), mandi chorão (pimelodella brasiliensis), etc., infestam os rios como o bôto branco (inia geoffroyensis), o tucuxy (sotalia pallida), o jacaré da grande ordem dos emido-saurios, da familia dos crocodilideos,—todos se multiplicam em variedades multiplas.

No mundo das aves a riqueza é extraordinária. As "taniformes", as inhambús; os "colimbiformes", como os mergulhões, patos, marrecas, jaçanãs, maçaricos, etc.; os galliformes, as araucuans, mutuns, cujubins; os "opistocomiformes» como as ciganas; os "raliformes" como as saracuras, frangos dagua; os "podicipediformes" como os mergulhões; os "procelariformes" (andorinhões), os "lariformes" (gaivotas); os "caradriformes" (massaicos, teteus); os "ardeiformes" (guarás). "palamedeiformes" (unicorncs); os "catartidiformes" (urubús); os "acipitriformes" (gaviões); os "estrigiformes" (jacurutí, môchos, murucutútú, caboré, curuja); os "psitaciformes" (papagaios, periquitos, aráras); os "corociformes" (arirambas); os "trogo nes" (sarucuás); os "cociges" anús); os "escansores" (tucanos); os "piciformes" (beijaflôres); os "passariformes" como as chocas, formam uma infinidade de gêneros, de cada ordem.

As ordens que acima citei, com inúmeras famílias e gêneros, espécies, e variedades formam um enorme patrimônio animal dos mais ricos do mundo admirado por inúmeros sábios e pesquisadores.

Ofídios como a cobra cipó (chironius sexcarinatus), a sicurijú (cunectos marinus) gibóia, (constrictor constrictor), a caninana (spilotes pullatus) as coraes (erythrolampruus aesculapio), a jararáca (botrops jararaca) a surucucú (Lachesis muta), a jararacassú (Bothrops jararacassú) corais (Micrurus e a micrurus decoratus) habitam em toda a região.

O meio determinismo creado por essa geografia tropical,—não é esse extremo determinismo que cria de um detalhe particular um fato geral.

A terra, como meio físico, tropicali é o ambiente que já está preparado para a ação do homem. O homem aqui

não chegou cedo demais. A terra é antiquíssima, e o homem veio quando devia vir. A' inteligência, a vontade e a ciência transformarão esse mundo amazônico, em futuro próximo, na maior civilisação do planeta.

O Homem

A Amazônia, como zona tropical, é humida, ocupada por florestas virgens. Os rios, os lagos e os igarapés; os igapós, as vászeas e as terras firmes, são os traços dominantes da região tropical deste setentrião. Exuberância de água, calor, humidade, vegetação e de vida.

A população é dispersa. Não há densidade, propriamente dita. A grandesa do meio físico não poderia deixar de influir no meio social. Como não é possivel saber-se onde acaba o indivíduo e começa a sociedade, o mesmo talvez se possa dizer em relação ao meio físico e o meio social.

O homem amazônico é braquicéfalo. Isso é importante para quem conhece antropologia. Darwin, Verchow e Topinard achavam que a conformação do crâneo era oriunda dos exercícios dos músculos mastigadores e por conseguinte da alimentação.

Esse homem é baixo porque o seu maior trabalho é remar. Podemos dizer que as mulheres amazônicas são mais altas do que os homens, simplesmente por essas trabalharem em roças mais do que os homens. Na Amazônia o homem é remador, mariscador, pescador. A mulher é roceira. Dizem que, nos Estados Unidos, o aumento da estatura dos homens é devido aos progressos do maquinismo. Não é alimentação que ali fez crescer o homem.

O calor deu ao caboclo a calma e a passividade que o caraterisam.

Muitas são as hipóteses do aparecimento desse homem no ambiente amazônico. Uns acham que os primeiros homens vieram à Amazônia pelo estreito de Behring. Eram chinezes, ou melhor, mongóes. Outros, como Paul Rivet, acham que os primeiros povoadores da América vieram da Oceania, atravez do Pacífico. Outros acham que o homem aqui é autóctone. Apesar de ser esta uma hipótese muito combatida, eu a aceito porque considero a América, especialmente a do Sul, como uma das terras mais antigas do mundo.

Está provada, hoje, a longevidade da América, que atinge a uma ida de demais de 80.000 anos. Os hieroglifos aí estão provando esse fato, incontestável. A arqueologia e paleo-antropologia confirmam isso. A cultura pre-colombiana é autoctone. Converia até que se afirmasse, sem medo de errar, que a América foi o primeiro continente consolidado da Terra. Não viemos da Azia, pelo Alaska ou da Oceânia, pelo Pacífico. A bioquímica de nossos dias estudando os típos sanguíneos das raças, pode esclarecer bem o fato científico. Hoje já se verificou que os típos sanguíneos entre asiáticos e americanos são diferentes, provando a tese do autoctonismo americano. A Atlântica, o Poseidon não são míticos.

O estudo profundo da civilisação asteca, incáica, tolteca provará um dia o autoctonismo do homem americano.

O homem não é inferior a nenhum homem que habita o mundo. Gobineau tem aqui tambem suas teorias destruidas. O homem, na Amazônia, é um heroi tranquilo. Ainda há quem, de quando em vez, diga que o caboclo é um típo inferior. Mas, isso é devido à influnência dessa corrente que admite a inferioridade de raças. Os dolicicéfalos-louros hoje nada mais são superiores, porque já se sabe que os braquicéfalos são tambem típos notáveis. Lapouge errou quando viu o homem superior do dolicocéfalo louro. Raça, crâneo, cultura nada têm de afins. Spengler avançou extraordináriamente crendo mais no gesto, na atitude, no olhar do que uo osso de um crâneo.

Viola, Pende, Kretschemer avançaram muito no estudo da personalidade, como produto de hormonios creadores de biótipos.

O homem aqui, tem excelentes qualidades. Calmo, calado, persistente, resignado, resistente, baixo, entruncado, pernas grossas, filósofo, pacato, valente, nada teme. O ambiente geográfico creou-lhe esse carater, Não tem seduções. E' rotineiro. Pouco aspira, além da escola rural primária para os filhos. Como típo inteligente, é hábil para os trabalhos manuais, de marcenaria, entalhação, canoarias, vimarias, escultura, desenho. Sempre é ótimo carpinteiro, bom pescador, bom caçador, máu agricultor. Seus hábitos são: o madrugar, a seringa, o páo rosa, a castanha, a madeira, o caucho, a copaíba, a juta, a caça, o marisco, o café, o fumo, a cachaça, a festa, a mulher.

O caboclo e o nordestino formam os dois típos que

se fundem, se assemelham, se entrosam, se interpenetram com os mesmos hábitos, costumes, tradições, rotinas, etc.

A imensidade do vale e a pouco população, dão uma densidade de população muito baixo: 5 por kilômetros quadrados.

Fôra da pesca e caça e da indústria extratíva, o caboclo tem propensão pela a agricultura por força do ambiente rural, do deserto e da mulher que o acompanha como esposa ou como companheira.

A população aborígene está ainda na idade da pedra polida. Aí estão seus machados de pedra, suas mós, seus pilões, etc.

O caboclo tem tendência para a grande propriedade. Ele sempre começa por uma pequena propriedade quando se localisa na várzea ou na terra firme. Por ser forçado às contingências de trabalhador braçal, o terçado, o machado, as suas forças, a colaboração de sua família,—forçam a que seja um pequeno propritário. Sem linhagem, ele pratíca uma vida adventícia em terras que amanhã sempre lhe tomam o ambicioso protegido pelas leis de terras.

O homem e sua família vivem sempre isolados pelas grandes distâncias. Às vezes formam clans rurais dentro dos lagos, em enseadas, em igarapés. Disso às vezes nascem os distrítos policiais, as vilas e as cidades na Amazônia.

E' a mais rudimentar sociedade que surge nesses povoados cheios de águas e cortados de ubás, montarias, igarités e regatões.

O caboclo é meio nômade. As águas e o advena criam nele essa teatralidade de movimento de homem marginal. A profundeza da planície e sua imensidade, dificultaram um pouco a base agrícola da vida e a estabilidade dos grupos sociais. Uma população rarefeita, cujo índice de natalidade é grande, porém que é distruída pelas endemías e pelos nódulos sociais que são os regatões, os barracões dos seringais, a turbulência nordestina, a anarquía pela falta de justiça.

O latifúndio seringalista tambem tem prejudícado muito a concentração das massas sociais da população. As desgraças da sêca de 77, do Ceará, mudaram-se para as várzeas alagadas da Amazônia. O nordestino tomou a terra do caboclo, como a sêca tomou a planta e o gado do nordestino. A intensidade do afluxo imigratório, feito sem nenhuma técnica demográfica, gente carregada em ver-

dadeiros navios negreiros,—desarticulou a vida da Amazônia, ou melhor, desarticulou a vida de certos rios e deu em resultado certos fenômenos sociais graves, como o da incorporação Acre, que foi um aprofundamento dos sertões amazônicos para dentro da Bolívia, isso tudo ocorrido num deserto imenso, abandonado, esquecido, sem população.

Em vez de uma colonisação, se fez uma devastação em todos os sentidos. Um formidável assalto à floresta, aos rios, resultou a devastação de espécies imensas de vegetação, ictiológicas, quelônicas. O machado, o arrastão, o rifle, a espingarda, o terçado, cantando a riqueza da terra. destruía a vida e empobrecia a terra. E a avançada avançou de sertão a dentro, arrastada pela ambição do ouro dos caucheiros e dos seringueiros, embóra a área cultivada no Estado, segundo o censo de 1920, seja 4,3 por cento.

O caboclo é moral e materialmente vigoroso. Ninguem o julgue pelo exterior

Negamos a superioridade ou inferioridades de povos. Europeus não são superiores a americanos, nem brancos são superiores a negros, nem ameríndios do sul são inferiores aos ameríndios do Norte.

Quando Colombo ou Cabral aqui chegaram à América ou ao Brasil, encontraram o mais variado quadro de cultura, e povos precolombianos que possuiam a mais notavel das culturas artísticas como os toltecas, os astecas, os maias, os preincaicos, os incaicos, os diaguitos-clachaquis.

Os Jivaros do Equador, os Chiriguanos do Chaco, os Araucanos, os Fueguinos, os Tupís são criadores de alta cultura americana. Os Tupís dominaram a Amazônia, em grande parte. A antropologia social, a antropologia física não indicam inferioridade biológica, racial, ou cultural dos povos americanos.

O homem da Amazônia é um heroi, um forte, sob todos os pontos de vista. Na trama de seu biotípo, na amalgama de seu típo, na mestiçagem de seu todo, ele traz qualidades admiráveis de inteligência, de valor para construir uma grande civilisação no ambiente de que dispõe, desde que os homens de responsabilidades orientem, científicamente, as correntes emigratórias que vão afluir para o vale, e assistam o homem, educando-o, curando-o, protegendo-o.

A Cultura

Por qualquer aspecto que olhe a cultura humana, ela está sempre subordinada aos imperativos geográficos e individuais. Dretschmer, Ratzel e La Blache sentiram bem a simbiose entre o homem e a geografia: essa ecologia admirável que tanto os sociólogos vêm estudando. Não é que haja um determinismo infalível, irrevogavel como queriam certos doutores e mestres na matéria.

A Amazônia recebia os homens de todos os quadrantes. Orelana, Ursúa, Lopo de Aguirre penetram pelo oeste, enquanto outros subiram pelo leste, metendo para dentro dos Andes até linhas como a de Tordezilhas. Eram hespanhois, portuguêses, inglezes, nordestinos, ameríndios que desciam do norte e subiam do sul, vinham do Oeste e penetravam do Leste.

Toda essa gente trazia a alma de suas culturas e encontravam tambem uma cultura autoctone. Os tupinambás encontravam uma civilização com bastante traços aruaques.

Pedro Teixeira, Costa Favela, Maciel Parente e muitos outros metiam a ferro e fogo, a civilização que receberam dos europeus. Todos os rios foram assimilando essa gente que se adaptava ao meio geográfico. E em busca de tudo que podiam vender, os homens do povoamento foram semeando os centros de negócios, criando círculos de relação, grupos de família com hábitos próprios de cosinha, de relações sociais, de educação, de festas, de solidariedade nos sofrimentos, nas construções de casas, nos roçados de mandiocas, na indústria da pesca, nos grupos de caça, nas feitorias de peixe, nas estradas de seringueiras, no quebrar ouriço das castanheiras, etc.

A psicologia da sociedade que se formava era típicamente amazônica em tudo. O *habitat* creava uma sociedade nova. E só podia ser assim. A água impunha isso. Os animais, a floresta, os meios de condução, a casa de moradía, as habitações flutuantes, a humidade, as "pragas", o sol, a terra caída, as lendas, as tradições, a própria vida impunha uma nova vida ao que entrava, ao advena, ao que chegava em busca de ouro, de aventuras.

A barraca e a roça, o aldeiamento de índios deram em resultado todas as vilas e cidades que aí estão espalhadas pela *hinterlandia*, do Marajó ao Acre.

A cabanagem, os Gaiólas comandados por heróicos marinheiros, os regatões foram semeadores desse espírito

que está vivendo no subconsciente dessas cidades amazônicas, com as suas tradições religiosas, suas superstições, suas virtudes, seus defeitos, etc.

A aculturação se procedeu lentamente. A miscegenação transformou tanto o aborígene como o advena. A Igreja; os missionários, o trabalho imposto pela região com as suas florestas e zoologia, a terra, a água, tudo isso creou os típos próprios da região: a biotipologia do caboclo, a igarité, a montaria, o flutúante, o espinhal, a roça no meio da floresta; o barracão, o tapirí, a rêde de tucum, o tambor da festa do Divino, etc.

A área de cultura de cada um desses aspectos de nossa civilisação poderia ser determinada com certa facilidade. Alguns dêles tem o carater geral. Outros são modificados por força de certos detalhes ambientais e por força de certos imperatismo.

Os mítos, alguns são encontrados mais facilmente em certas zonas. Noutros vemos a mesma mitologia ameríndia acrescida de novos aspectos e encortados de alguns detalhes. As lendas, os contos, as histórias encantadas, certos típos de flexas, certas formas de machado de pedra polida, o muiraquitan, trabalhos em cuias, geitos de remos e de canôas, alguns traçados de palha, busões, etc. vemos que se aculturam, ora se modificando com acréscimos regionais, ora polidas de alguns aspectos inúteis.

Disso tudo podemos acentuar, com absoluta certesa, que se processa na Amazônia uma intensa aculturação de elementos novos que se entrosam com velhos elementos natos na região.

Hábitos, linguagem, tom de pronúncia, tudo está em plena modificação.

O caboclo amazônico com a sua maromba, sua moradia de palafita, sua montaria, vive sob o domínio absoluto da água do rio.

Os alagadiços, a várzea, o igapó, a canôa, o flutuante, a jangada, o remanso, a corredeira, a teia potamografica, o rendilhado fluvial, toda a terra impera com o seu determinismo líquido sobre o indivíduo.

O trabalho está em função no rio. E' por isso que a juta encontrou aqui o seu *habitat* ideal. A indústria extrativa foi e continúa a ser a principal preocupação do caboclo. Ainda a "droga" colonial é que dá vida á economia amazônica. A seringa, a castanha, o cacáo, a madeira,

caucho, a copaíba, o pau rosa, o guaraná, piassaba são a exuberância das grandes ilusões do homem.

As culturas que possuímos foram nascidas do esforço de uma gente livre, sem preconceitos escravocratas.

Incontestavelmente o homem amazônico teve uma das maiores culturas de todos os tempos, admitindo-se a civilisação como uma faze decadente da cultura, segundo o pensamento de Spengler. Etnologicamente encontramos na Amazônia uma vastíssima cultura, segundo os traços que a toda hora são verificados.

Traços de conhecimento, de ciência, de arte, moral, direito, costumes, tradições, lendas, estão espalhados pela imensa planície.

Quer olhemos a cultura sob o prisma de Kant que via em toda a cultura a idéa de moralidade; quer admitamos com Matthew Arnold o estudo da perfeição, do afan desinteressado pelo atrativo,—vê-se que na Amazônia, por qualquer dos modos que se observe a cultura da Planície, —chegamos à conclusão da existência de grandes culturas terem havido nessa região.

Mac Iver disse, genialmente, "nossa cultura é o que somos, nossa civilisação é o que usamos".

Essa síntese magnífica para uma compreensão social do homem amazônico, deixa claríssimamente o quanto de belesas profundas existem nas culturas que estão disseminadas pela *hinterlândia*, qualquer que seja o prisma por que se olhe o homem da Amazônia. Eis porque o grande Alfredo Weber distinguiu tres processos: o social, o civilisatorio e o cultural, fazendo distinção entre eles, assinalando suas diferenças e importânçias. Incontestavelmente a cultura é o mais sério e o mais profundo deles.

A roça, o remo, a canôa, o arco, a flecha, os utensílios de caça e pesca, a casa, o japá, o tipití, a cosinha, as festas, as tradições, música, dansas, instrumentos, a religião, os preceitos morais, todo esse material enorme de cerâmica, tecidos à palha ou cipó, tudo isso representa o maior conglomerado de cultura que se encontra na face da terra.

O homem como indivíduo, como pessôa, a família, a visinhança' o bairro, a vila, a cidade, a capital, o estado, o paiz, a humanidade podem ser vistos verticalmente ou horizontalmente. Verticalmente ê análise cultural, horizontalmente é o aspécto civilisatório.

Foi isso de certo que despertou tanto a curiosidade dos homens mais ilustres de todos os continentes e que visitaram a Amazônia desde André Pereira Themudo, de que nos dá notícia Arthur Metreaux, Pierre Gourou. Wallace, Agassis, Humboldt, Hart, Martins, são dos maiores estudiosos que perquiriram a Amazônia.

Na agrigultura e na indústria ainda estamos quási que em época colonial. Especialmente na agricultura, ainda temos a mesma fisionomia colonial. Só mudamos a preocupação da "droga", isto é, da salsa, urucú, puxurí cravo, canela, baunilha.

E talvez seja isso que tem contribuido para a permanência dos traços de cultura indígena, que domina toda a vida do homem na Amazônia.

A economia indígena, o mariscador, o seringueiro, a roça, a habitação, o vestido, a moda, o penteado, a tatuagem, o apontar os dentes, os instrumentos de pesca, de caça, de agricultura, a tecelagem, a cerâmica, as tacituras, as festas, os brinquedos infantís, as superstições, os costumes, os hábitos, as tradições, as embarcações, a música, os instrumentos musicais, as lendas, as canções, os animais dométicos, todo o grande mundo que forma a cultura dessa gente admirável, tudo isso, está no profundo do homem que habita a região.

E' nm aspécto da marcha do homem sobre a terra, falando a linguágem de Vidal de la Blache, sem a absoluta fatalidade geográfica pois se tal admitíssimos seria reconhecer falência da inteligência e consequentemente o desaparecimento da cultura.

No Amazonas a geografia inflúe num sentido geral. Num certo sentido relativo poderíamos até aceitar aquilo que Herodoto chamou de "Dom do Rio", transmitindo a opinião dos sacerdotes egípcios sobre a grandeza do Egito.

Mas tambem temos que pensar naquele rasgo de fôrça e audácia, inteligência e vontade que se chama presentemente de agricultura Polar, onde o homem dominou inteiramente a naturesa com os recursos da ciência.

A geografia, o clima, os fatores do meio sobre a sociedade em formação têm certa influência sobre o homem que é o fundamento da socidade. Ninguem pode negar uma certa relação entre o binomio — clima e civilisação. Não há dúvida que quanto mais primitivo fôr o meio, mais se fará sentir a influência dos fatôres geográficos sobre o homem e a sociedade em formação.

Ratzel, La Blache, Brunhes, Demadgeon, Febre, Huntington disseram que a influência do meio irá sendo perdida à proporsão que a técnica e civilisação avançaram pouco a pouco.

Quer se chame a isso uma geografia humana estática ou uma geografia dinâmica, como queria Otto Maull, o que será sempre uma geografia da paisagem cultural, — o que é certo é que na Amazônia os probléma científicos da geografia, da sociologia, da culturologia são os mesmos que se deparam nos paizes tropicais como asseverou o prof. Pierre Gourou, em conferência na Escola de Serviço Social de Manaus.

Não se pode compreender bem o homem e o meio, sem uma visão sobre a geografia botânica e geografia zoológica. A ecologia resulta dessa compreensão, porque o próprio homem é o fatôr geográfico de uma região.

A distribuição dos grupos humanos amazônicos pelas áreas de agrupamento, merece um sério estudo, ainda não feito sobre esse probléma social. Há grupos moleculares nos centros das regiões dependendo da própria natureza da planície. Daí o termos iniciado esse estudo estudando o mundo geográfico amazônico, o mundo vegetal e o mundo zoológico.

E no meio dessa vastíssima natureza imensa, onde estão encravados certos grupos moleculares, existem tambem os imensos grupos nomadisantes, nos quais dominam a preocupação do espaço.

A selva tropical em tudo inflúe nesse povo, cuja densidade ainda está no período da vida lacustre.

Os movimentos de outros povos, pouco contribuiram para a modificação do fenômeno social a que estamos, levemente, nos referindo. Hoje não mais admite, como antigamente, que cada zona terrestre tenha uma raça especial. A adaptação do homem ao meio é um fato incontestável por mais hostíl que seja o meio.

Todos esses aspéctos devem ser tomados em conta, para o estudo sobre a cultura do homem. Todas essas circunstâncias influenciam sobre os instrumentos e o material de cultura. Nas peças etnológicas e nas etnográficas estão gravadas tudo aquilo que ha pouco nos referíamos: a selva e a zoologia tropicais, o meio em geral, tudo está gravado nos instrumentos etnológicos.

Os instrumentos e o material, os machados de silex polido, mós, remos, arcos, flexas, cerâmica, ornamentos,

tatuagens, embarcações, habitações, máscaras religiosas, cantos, música, modos de alimentação incluindo cíclos como os do trigo, milho, feijão, cana, materiais de construção como madeiras, palhas, cipós, tecelagem de palha, encaibramentos, portas, janelas, pedra, barro telha, e outros meios que vão fazendo a complexidade da cultura, até o aparecimento das vilas, — registram a marca indelével da terra, da flóra, e da fáuna tropicais.

Os aspéctos geo-sociológicos da Amazônia interessam, presentemente, a toda a ciência da Terra. A Amazônia se levanta para a ciência, para os estudos dos sábios, pela antropologia, pela geologia, pela etnologia, pela sociologia.

Manaus, 15 de Julho de 1948.

André Vidal de Araújo

Climatologia da Juta

Por Admar Thury
do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

Zonas Geográficas

A juta vegeta bem na zona equatorial, nas tropicais e subtropicais, notadamente nas regiões quentes e úmidas, onde as abundantes chuvas e o sol causticante se alternam com frequência. A região de Bengala, produtora da maior quantidade e melhor qualidade da fibra indiana, está compreendida entre os paralelos de 23 e 26.º de latitude norte, por consequência, dentro da zona tropical, O Estado do Amazonas, estendendo-se de 5.º 16' de latitude norte a 9.º 54' de latitude sul (antes do desmembramento dos territórios do Rio Branco e Guaporé), está abrangido pela zona equatorial. Pode dizer-se que toda a região juteira do Estado está limitada pelos paralelos meridionais de 2 a 4º. Em que pese a diferença de latitude destas duas partes do globo, condições atmosféricas tornam semelhantes os seus climas.

Temperatura do Ar

A temperatura ideal para a cultura da juta, segundo observações de agrônomos ingleses, mencionados por Vivaldo Lima (1), varia entre 22 a 31º C, sendo média ótima a de 26º 5 C. Merece registrada a acentuada semelhança da temperatura da zona juteira do Estado—Município de Parintins—com aquela julgada ideal pelos têcnicos ingleses, segundo dados da Estação Meteorológica de Vila Amazônia. E assim, pelas observações de seis anos consecutvos (1933-38), verifica-se ter sido a média das mínimas 22º 1C, a média das máximas 30º 8C. e a média compensada 26º 3C. Também no Estado do Pará a temperatura do ar é muito semelhante à do Amazonas: média das mínimas 22º 5C, média das máximas 30º 9C e a compensada 25º 6C.

Os limites térmicos da cultura desta tiliácea indiana, a grosso modo, estão compreendidos entre o mínimo de 15° C e o máximo de 37° C, segundo autores indianos, como refere Navarro de Andrade (2). Pelas observações da Estação Meteorológica de Manaus, realizadas no decênio de 1931 a 1940, se constata que a mínima absoluta desceu a 18° 2C, no dia 21 de juuho de 1933; e a máxima absoluta subiu a 37° 8C, no dia 3 de outubro de 1935. No Pará, durante 22 anos, verificou-se que a mínima absoluta atingiu 18° 5C e a máxima absoluta 37° 1C. Daí, a excelência de nosso clima para o plantio da juta, cuja cultura encontrou na Amazônia novo *habitat.*

Precipitação das Chuvas

Além do calor abundante, a juta encontra na ambiência amazônica chuvas copiosas e frequentes, persistindo por período suficiente ao cíclo vegetativo (dezembro a maio), que se completa em 4 mêses. Por ocasião do plantío, embóra requeira bastante umidade no sólo, a capsulares não necessita de chuvas abundantes e pesadas, que se tornam prejudiciais nesse momento, o que só deve ocorrer quando ela já tenha atingido 70 cm. de altura, mais ou menos. Decorre daí, a necessidade do conhecimento climatológico da região e o cuidado que o agricultor deve ter na escolha da época da sementeira.

O ideal para a cultura desta tiliácea é o equilíbrio entre o calôr solar e a umidade pluvial, isto é, a alternância de dias soalheiros com dias chuvosos. O desiquilíbrio dêsses dois factores, ou seja, a persistência de um com a ausência de outro, é prejudicial ao produto. Em tempo sêco a juta fica "enfezada", crescendo pouco e produzindo fibra lenhosa, áspera e quebradiça. Por outro lado, o encharcamento do sólo pela excessiva precipitação pluvial, além de prejudicar o metabolismo da planta, predispõe-na ao acabamento.

Dos 16 principais distrítos produtores de juta da Província de Bengala, Berahmpore é o que apresenta menor precipitação pluviométrica, com 1.332m/m, nos oito mêses de cultura, que vão de março a outubro; de modo oposto, encontra-se Jalpaiguri com a maior precipitação, no mesmo período, medindo 3.032 m/m. No Amazonas, para a região de Parintins, segundo as observações de seis anos (1933-38) da Estação de Vila Amazônia, a média pluviométrica é de 2.446 m/m; ao passo que para a zona da Capital, conforme

os dados da Estação de Manaus, observados durante dez anos (1931-40), essa média é de 2.104 m/m. No Pará a média pluviométrica é de 1.969 m/m, segundo dados da Estação Meteorológica de Taperinha.

Umidade Relativa

Além dos fenômenos climatéricos estudados, a umidade do ar, também, é de grande influência na cultura da juta. Sem ela as fibras perdem a maciez e flexibilidade, que lhe dão alto valor industrial. A percentagem de umidade relativa da atmosféra varía, em Bengala, de 67 o/o em Dinajpur, Midnapore e Burdwan, no mês de março, a 92 o/o em Jalpaiguri, no mês de agôsto. Em nosso Estado, para a zona da Capital, consoante dados obtidos durante dez anos pela Estação de Manaus, a percentagem mais baixa registrada foi 70,7 o/o, em agôsto de 1939, e a mais alta 90,8 o/o, em fevereiro de 1938. Pena é que a Estação de Vila Amazônia não tenha registrado êsse fenômeno atmosférico, que será, possivelmente, mais acentuado do que o de Manaus, influênciado pela Cidade. Mas, em Santarém, no Estado do Pará a umidade relativa do ar chega a atingir 92 o/o, no mês de maio.

Classificação do Clima

Em recente trabalho intitulado "O Clima da Amazônia", da autoria de José Carlos Junqueira Schmidt (3), êsse autor, baseado na classificação de Koppen (que dividiu os diversos típos de clima em cinco grupos correspondendo a cinco das mais importantes associações vegetais), analisa o clíma da região em tela, notadamente das duas capitais, como transcrevemôs:

DADOS METEOROLÓGICOS DE PARINTINS REGISTRADOS PELO POSTO DE VILA AMAZÔNIA

TEMPERATURA DO AR — MÍNIMA, MÉDIA E MÁXIMA.

	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Mínima	22.60	22.68	22.70	22.32	22.20	20.38
Média	26.06	25.86	26.63	26.57	26.43	26.30
Máxima	30.05	29.66	30.98	31.02	30.88	32.44

TEMPERATURA DO SOLO — MÍNIMA, MÉDIA E MÁXIMA.

Profundidade		1935	1936	1937	1938
O, Om.	Mínima.	24.68 C°	23.57 C°	24.34 C°	23.88 Co
	Média...	30.91 C°	33.50 C°	30.39 C°	29.91 Co
	Máxima.	47.36 C°	45.70 C°	47.50 C°	46.80 Co
O, 1m.	Mínima.	26.51 Co	25.92 Co	25 95 C°	25.23 Co
	Média...	29.80 Co	29.18 Co	29 25 C°	29.37 Co
	Máxima.	34.19 C	32.23 Co	34.01 C°	37.06 Co
O, 3m.	Mínima.	27.28 Co	26.63 Co	27.09 Co	27 02 Co
	Média...	29.70 C°	29.58 Co	29.30 Co	29.05 Co
	Máxima.	32.01 Co	33.85 Co	34.23 Co	31.66 Co
O, 5m.	Mínima.	28.57 Co	27.97 C°	28.49 Co	28 08 C°
	Média...	29.44 Co	29.06 C°	29 58 Co	29 23 C°
	Máxima.	30.45 Co	29 86 C°	31.44 Co	30.81 C°
1, Om.	Mínima.	28.57 Co	28.70 Co	29.19 C°	28.40 C°
	Média...	29.15 Co	28.95 Co	29.39 C°	28 95 C°
	Máxima.	29.69 Co	29.50 Co	30.91 C°	29.73 C°

DIREÇÃO E VELOCIDADE DOS VENTOS

	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Direção média	S 84 o E	S 90 o E	N 89 o E	S 85 o E	N 71 o E	N 58 o E
VELOCIDADE:						
Mínima..	0	0	0	0	0	0
Média ...	1.56m/s	1.84m/s	1.91m/s	1.87m/s	1.87m/s	1.49m/s
Máxima..		8.80m/s	13.18m/s	9.92m/s	10.38m/s	12 08m/s

PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS EM MILIMETROS

	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Total das chuvas	m/m 2814.7	m/m 2773.9	m/m 1912.8	m/m 1888.1	m/m 2771.2	m/m 2516.6

"Analisando-se os dados meteorológicos relativos à estação de Belém, verifica-se que seu clíma é do mesmo típo do clíma *Afi*, encontrado para São Gabriel do Rio Negro. Nota-se, porém, a influência oceânica uo regime das temperaturas. Se, por um lado, a amplitude anual das temperaturas médias é quase a mesma 1º 5C, por outro, as amplitudes diárias são menores (as temperaturas máximas mantêm-se abaixo de 35ºC e as temperaturas mínimas acima de 18ºC). Embora a menor mínima 18º5C se verifique em julho, não se observa o fenômeno da friagem (13ºC para São Gabriel). E' interessante notar-sê a diminuição da amplitude diária das temperaturas durante a época chuvosa e aumento na estação menos úmida, As chuvas são abundantes em todos os mêses do ano, atingindo um total anual de 2.804,7 milímetros, pouco inferior ao de São Gabriel. A figura revela, todavia, uma época mais bem chuvosa nos meses de dezembro a maio, ocorrendo a altura máxima em março, e outra, menos chuvosa, que vai de janeiro a novembro. O mês mais sêco—novembro—apresenta uma altura de chuva superior a 60 milímetros. Em março o número de dias de chuva corresponde, em média, a 28, ao passo que em novembro se reduz a 13—o que vem provar a inexistência das chuvas diárias e a hora certa, a ponto de permitirem se marquem sempre os encontros da tarde para depois da chuva... A umidade relativa também demonstra um certo contraste: de 91°/o em março, cai a 82º/o em novembro. Verificamos, assim, que tanta São Gabriel do Rio Negro, como Belém, têm o mesmo típo de clíma *Afi*, isto é, constantemente quente, com chuvas abundantes e amplitude anual das temperaturas médias inferior a 5ºC.

«Os gráficos, com os dados meteorológicos das estações de Manaus e Taperinha, situadas entre São Gabriel do Rio Negro e Belém, mostram — fato curioso — que o clíma daquelas regiães é menos úmido. Na verdade, o total anual de chuva que em Belém e São Gabriel sobe a quase 3.000 milímetros fica abaixo de .... 2.000 em Manaus e Taperinha. O regime das chuvas apresenta uma estação relativamente sèca, pelo menos um mês possue uma altura de chuva inferior a 60 milímetros. Tais chuvas são, no entanto, do típo monção (m). Os valores médios da umidade relativa chegam a cair em alguns mêses abaixo de 80°/o. Nota-se, igual-

mente, nas chuvas das temperaturas uma oscilação que corresponde às épocas mais chuvosas e menos úmidas. As temperaturas são mais altas nestas últimas e caem um pouco na estação das chuvas. A amplitude anual das temperaturas médias é também um pouco maior: 1°7C para Manaus e 1°8C para Taperinha. Tal fenômeno, de ser menos úmida a região compreendida por essas estações; se explica pelo fato de estar ela próxima e ao sul do maciço das Guianas. E os alísios do NE, ao galgarem os flancos das Guianas, neles depositam parte de sua umidade e, quando descem as encostas voltadas para o sul, se aquecem e, assim aumentando o seu poder de absorção de umidade, roubam-nas das regiões por onde passam. Fato semelhante acontece com os alísios de SE, em relação ao maciço brasileiro. Os regimes de chuva de Manaus e Taperinha apresentam uma particularidade interessante. Embóra o total anual de chuva seja quase igual para essas duas estações, em Manaus, a distribuição das chuvas se aproxima do regime de São Gabriel do Rio Negro — de chuvas igualmente distribuidas — ao passo que, em Taperinha a distribuição das chuvas Já tem um aspecto bem diverso: ela apresenta uma época chuvosa bem definida, coincidindo a queda máxima com o equinóxio de março, e uma estação menos úmida bem pronunciada, coincidindo o mês mais sêco com o equinóxio de setembro, semelhante, portanto, ao regime de chuvas de Belém. Convem observar ainda que as temperaturas mínimas sofrem ligeira queda nos mèses de junho, julho e agosto, motivada pelo fenômeno da friagem, embora atenuada, e que os valôres de umidade relativa mostram que o clíma de Manaus é menos úmido ainda do que o de Taperinha. De acôrdo com as considerações que acabamos de fazer, os clímas de Manaus e Taperinha são do típo *Ami*, isto é: constantemente quente, com chuvas do típo monção e a amplitude das temperaturas médias inferior a 5°C.

«Os exemplos que acabamos de examinar são amplamente suficientes para demonstrar que, embóra o regime das temperaturas ou das chuvas apresentem aspectos vários, o fato é que, desde que as temperaturas médias mensais se mantenham acima de 18°C, a sua amplitude anual não ultrapasse 5°C e as chuvas, igualmente distribuidas ou com períedos sêcos e chuvosos,

sejam no seu conjunto suficientes para alimentar uma vegetação exuberante, encontraremos sempre o típo de clíma fundamental: de *florestas tropicais*".

Opiniões Abonadoras

O clíma da Amazônia, a-pesar-de equatorial, não é tão rigoroso como tem sido julgado apressadamente por alguns autores, inclusivè o grande Euclides da Cunha: «O calor úmido das paragens amazônicas deprime e exhaure».

MÉDIA DAS OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS DE MANAUS PELOS MESES DURANTE O DECÊNIO DE 1931 — 1940

MESES	TEMPERATURA DO AR			Humidade relativa	CHUVA	
	Média	Máxima absoluta	Mínima absoluta		Altura em m/m	Numero de dias
Janeiro	26,0	34,7	20,7	81,1	277,1	23
Fevereiro	26,1	34,1	20,9	87,5	251,2	22
Março	26,1	34,2	19,4	88,6	318,6	25
Abril	26,0	34,3	20,8	88,7	284,3	22
Maio	26,4	33,7	20,8	86,9	221,2	19
Junho	26,9	34,3	18,2	82,4	94,5	13
Julho	27,2	35,2	19,4	79,8	52,3	8
Agôsto	27,9	36,7	19,5	76,3	47,7	7
Setembro	28,1	36,7	20,2	78,1	64,4	9
Outubro	27,9	37,8	20,8	80,3	111,6	13
Novembro	27,8	37,2	20,5	81,6	163,3	13
Dezembro	27,0	35,6	19,6	85,0	217,8	17
Decênio	26,9	37,8	18,2	83,7	2.104,1	191

OBSERVAÇÃO: — A temperatura máxima absoluta (37o8C) ocorreu no dia 3 de Outubro de 1935; e a mínima absoluta (18o2C) verificou-se no dia 21 de Junho de 1933.

NOTA — Organizado com os dados da Estação Climatológica de Manaus.

MÉDIA DAS OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS DE TAPERINHA ESTADO DO PARÁ

MESES	TEMPERATURA DO AR			Humidade relativa	CHUVA	
	Média	Máxima absoluta	Mínima absoluta		Altura em m/m	Numero de dias
Janeiro	25,5	35,4	19,8	86	173,3	21
Fevereiro	25,1	33,5	20,1	89	275,9	23
Março	25,2	33,1	20,3	89	335,2	26
Abril	25,2	32,8	20,6	91	327,8	26
Maio	25,1	34,3	20,4	92	286,5	26
Junho	24,9	34,2	19,5	90	175,5	22
Julho	25,0	34,8	18,5	88	102,7	15
Agosto	25,7	35,7	19,0	85	42,9	10
Setembro	26,4	37,1	20,2	81	37,7	8
Outubro	26,7	36,6	20,4	79	49,3	7
Novembro	26,7	36,0	20,6	80	58,1	8
Dezembro	26,1	35,6	19,9	23	104,6	13
Ano	25,6	37,1	18,5	86,1	1.969,5	205

NOTA — Os elementos acima foram tirados dentro dos seguintes periodos: Temperatura do Ar de 1914—1935. Temperatura máxima de 1917—1935. Temperatura mínima de 1914—1935. Precipitação de 1914—1935.

Hermenegildo de Campos, (5) abona: «O Estado do Amazonas, como é sabido, está situado sob o Equador: muitos, por êste fato, crêm que os habitantes devem experimentar *calor excessivo, ardente, fulminante,* análogo ao do Saára ou da Abissínia, porque (dizem) os raios soloares incidem perpendicularmente sôbre a zona. Erram os que assim pensam. Não é sob o Equador geográfico onde há mais intensidade de calor. Há outros pontos do globo nos quais as médias de temperatura são mais elevadas. O astrônomo Cruls diz o seguinte:—«vem aqui a propósito memorar uma circunstância que explica como o calor se torna não só excessivo, como mais deprimente para o orgânismo, em lugares que no entanto se acham mais afastados do Equador, do que outros: referimo-noe ao período durante o qual o sól permanece no Zênite. Tomemos como exemplo o Rio de Janeiro e Manaus, cujas latitu-

des são aproximadamente de 23° e 3°S. Alí a distância zenital meridiana do sól é inferior a um grau, durante o período de 50 dias, de 2 de dezembro a 21 de janeiro, ao passo que aqui só tem lugar de 10 a 15 de março e 21 de setembro a 3 de outubro, isto é, durante dez dias (?), apenas, divididos porém em dois períodos de 5 dias; dez vezes menor que no Rio de Janeiro, e afastados um do outro cerca de seis mêses. Esta circunstância, pouco lembrada, é entretanto de uma importância extrema para explicar certas particularidades climatéricas, que à primeira vista poderiam passar por anomalías paradoxais. » A configuração do terreno, a ventilação, as florestas, a abundância das águas, o regime das chuvas, tudo concorre para modificar beneficamente o clíma do Amazonas».

« As noites são sempre toleráveis,—escreve Araújo Lima (6)—mesmo nas épocas mais cálidas, e geralmente amenas. À medida que se chega aos pontos mais elevados dos altos-rios, atingindo-se altitudes sensivelmente maiores, a benignidade da temperatura se patenteia e se acentúa. A impressão dos mais afamados exploradores do Amazonas é literalmente favoravel ao seu clíma, que, para Wallace. é o mais ameno do mundo. Humboldt, apregoando-lhe a excelência, profetizou para a *hyloea* o destino de abrigar a supercivilização do futuro. Agassiz e Reclus abonam-lhe o crédito de um clíma suportável e compatível com a vida. Os progressos da ciência e da civilização modernas não alteraram a visão dos grandes sábios e dos observadores O estudo mais completo, mais complexo, mais cientifico e mais moderno sôbre a Amazônia, devemo-lo-a â Missão Americana chefiada por William Schurs (1923-24). E' o mais fundamentado documento sôbre o vale amazônico, produzido por técnicos e especialistas que, com recursos experimentais estritamente científicos, estudaram demoradamente a região. Eis a síntese do seu juizo sôbre o clíma do Amazonas, vasado no relatório do referido chefe: «O vale do Amazonas não justifica a reputação que se criou de um clíma especialmente quente, úmido e insalubre. Goza, muito ao contrário, para uma região equatorial, de clíma relativamente agradável e de forma nenhuma mortífera ao colono ou viajante que procure paizes tropicais. De uma forma geral deve considerar se o clíma de toda a bacia hidrográfica muito

uniforme e regular». E continúa no mesmo tom rehabilitador: — « A bacia amazônica possue menor umidade atmosférica do que as regiões do Oriente, produtoras de borracha, sendo o ar distintamente mais sêco. Conseguintemente o europeu é capaz de maior trabalho e esforço mais demoradamente no Amazonas. Em qualquer parte do vale o europeu pode sair de dia ou à noite, a qualquer tempo, de ligeiro chapeu de palha ou até mesmo descoberto sem o perigo da insolação. Durante nove mêses de nossa viagem naquelas paragens, nunca a umidade atmosférica provocou *the depressing muggy falling*, tão frequentes nas terras baixas da Malásia e Índia Neerlandeza. O vale do Amazonas não é sujeito aos ventos violentos, que atuam de maneira destruidora nos trópicos orientais e nas zonas temperadas. Não se observam alí as ventanias que varrem a Malásia ou Sumátra.

« De um modo geral,—refere ainda J. C. Junqueira Schmidt (o. c.)—o clíma da Amazônia caracteriza-se pela constância da temperatura elevada e pela abundância das chuvas, donde a exuberância da vegetação verdadeiramente equatorial que lá se desdobra, formando a maior extensão de floresta fechada do mundo. Inexata seria, porém, a conclusão que, tendo-se em vista essas duas principais características, se viesse a tirar, mesmo a *grosso modo,* da influência nociva do clíma amazônico sôbre o homem. Graças aos ventos alísios que sopram regularmente das bandas do mar e penetram pelo continente, e à relativamente queda da temperatura à noite, bôas são na Amazônia as condições do meio assim amenizado. E' certo que as enchentes periódicas muito prejudicam a atividade econômica de toda a região na estação chuvosa. Em todo caso, o que êste estudo nos permite afirmar é que o clíma da Amazônia não oferece maior obstáculo ao desenvolvimento do seu progresso. Aliás, a riqueza potencial da mal conhecida região, a cujo respeito tanto divergem por vezes os conceitos, compensaria todos os esforços que na sua exploração tivesse o homem de despender pelo bem do Brasil e da Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

1)—Vivaldo L'ma
A JUTA COMO RIQUEZA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA — 1938.

2) —Navarro de Andrade
CAFÉ, JUTA E BORRAÇHA—1923.

3)—José Carlos Junqueira Schmidt
AMAZÔNIA BRASILEIRA—1944.

4)—Euclides da Cunha
OS SERTÕES.

5)—Hermenegildo de Campos
CLIMATOLOGIA MÉDICA DO ESTADO DO AMAZONAS — 1910.

(6—Araújo Lima
AMAZÔNIA;— A TERRA E O HOMEM — 1933.

(Capitulo de um livro em publicação).

MANAUS

Sua Origem e Desenvolvimento

Uma cidade não surge, nem cresce a êsmo. Um ou mais motivos podem determinar sua gênese, mas o desenvolvimento do núcleo inicial condiciona-se quase sempre a um impulso econômico. Em nosso país, ocorrem vários exemplos. Ora, a descoberta e exploração de minas e de fontes virtuosas, ora o aproveitamento de encruzilhadas de caminhos e de pontos accessíveis nas costas, rios e lagos, ora lugares tidos como estratégicos, sobretudo nas fronteiteiras, ora antigos estabelecimentos da catequese — em quase todos os casos o crescimento e o progresso dependeram ou dependem da manutenção de motivações econômicas.

O comerciante e o agricultor reforçam a ação dos semeadores de cidades. São tambem, por isso, pioneiros da conquista e da civilização, no comêço praticando o escambo, depois empregando a moeda.

Em qual dêsses cadinhos podemos colocar a origem da cidade de Manaus? E' bom examinar o espírito de expansão, que caracterizava as atividades da política de Portugal, ao determinar o esquadrinhamento dos mares e dos continentes, na ânsia de alargar indefinidamente os seus domínios.

A viagem de Pedro Teixeira, em plêno govêrno espanhol, subindo o rio Amazonas e colocando um marco à foz do rio Napo, foi uma das muitas provas da mentalidade imperialista dos lusitanos. Estava implícito, na sua política de além-mar, indo muito para o ocidente do meridiano de Tordesilhas, anteceder-se e contrapor-se ao expansionismo avassalador de Castela. Não fôsse a energia indômita da gente da Lusitânia, as pretensões e avanços espanhóis vindos das ribas orientais dos Andes, pela solerte atuação do Pe. Samuel de Fritz e outros, uma grande parte do atual Estado do Amazonas, possivelmente até ao Rio Negro, não seria nossa.

Portugal fazia-se respeitar. As suas Fortalezas falavam em nome do seu direito de conquista e domínio. Para garantir a jurisdição, a boca dos canhões.

Fundação da Fortaleza da Barra

Viu o govêrno português que o Rio Negro era um excelente caminho para a penetração de holandeses e espanhóis. Fazia-se mister barrá-los.

Corria o ano de 1669. E, logo se fundou a Fortaleza de S. José do Rio Negro, chave militar e econômica, senão política, da imensa região que ía aos campos do Rio Branco e às montanhas do Orinoco.

Local magnífico, à margem esquerda, alguns quilômetros acima da foz, onde, habitavam as tribos dos banibas, barés e passés.

Foi encarregado de fundar êsse posto militar Francisco da Motta Falcão, por ordem do governador geral Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, sendo seu primeiro comandante Angélico de Barros, conforme nos contam o Ouvidor Ribeiro de Sampaio e o Capitão Tenente Araujo Amazonas. Juntaram-se depois às referidas tríbos os famosos manaus, descidos da zona de Mariuá. Novos indígenas atraídos por Tinôco Valente, outro comandante de Fortaleza, e pelos missionários, engrossaram a população local e desenvolveram a prosperidade com o seu trabalho no plantio de roças, na caça, na pesca e na extração de «drogas». Como era natural, o comércio apareceu para tirar proveito dêsse nucleo incipiente, que as necessidades do Reino teriam de fomentar, como uma das forças avançadas do seu vastissimo domínio na América.

A Fortaleza jamais ficara desguarnecida e continuava a atrair quer novos indígenas, quer civilizados. Muitos dêstes vieram como soldados. servindo por oito anos, mesclando-se com a gente da terra. Como porta de entrada para o rio, a Fortaleza tornou-se realmente a dominadora das incursões, como a mantenedora da submissão dos aborígenas.

A 23 de Agosto de 1743 visitou-a La Condamine. Aludindo à Fortaleza diz: «Há ali sempre um destacamento da guarnição do Pará, para manter o respeito das nações indígenas que lá habitam, e. para favorecer o comércio de escravos nos limites prescriptos pelas leis de Portugal, e todos os anos êste acampamento ámbulante, a que se dá

o nome de «tropa de resgate», penetra para diante das terras. O Capitão comandante do Forte do Rio Negro estava ausente, quando alí aportamos: não me demorei aí mais que vinte e quatro horas» (1).

O Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio lá esteve em 1774, numa viagem de correição. E registrou que a população do arraial crescido em torno do forte chegava a 250 pessoas, incluindo 10 mulheres maiores de 90 anos (2).

Apezar de sua excelente situação geográfica, o Lugar da Barra, como passou a ser chamado o sítio da Fortaleza, ao findar o sêculo XVII e por todo o século XVIII, ainda não passava de um logarejo sem maior importância, sobretudo por causa da concentração de ádvenas e de recursos em Mariuá (Barcélos), por ocasião dos trabalhos da Quarta Partida de Demarcação luso-espanhola. Pereira Caldas, chefe dos serviços por parte da Corôa de Portugal, achava que o local da Fortaleza da Barra era mais apropriado para a séde do govêrno da Capitania instituída por Mendonça Furtado. E foi, sem dúvida, essa opinião que estimulou o Coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada, 3.º Governador dessa Capitania, a transferir a séde do seu govêrno para o Lugar da Barra, em Março de 1792. A Capitania do Rio Negro encontrava-se sob a jurisdição de Francisco de Souza Coutinho, Capitão General do Grão Pará, que continuamente mostrava desaprovar os atos do governador Lobo d'Almada, entre os quais o da mudança da Capital. Em ofícios a Souza Coutinho, Lobo d'Almada defendeu com calor a idéa: «...que o lugar mais central da Capitania (que o é certamente éste Forte) é tambem o mais acomodado e adequado para a dirigir», adiante informando sobre a sua relativa abundância de generos, «como peixe e farinha, os quais nunca faltam nêste Forte, pois das vizinhanças dêle é que sempre foi provida Barcélos, uma das Povoações mais famintas desta Capitania» (3).

---

1)—Ch.—M. de La Condamine, "Viagem na América Meridional"—Trad. de Candido Mota (filho)—Rio, 1944—Pag. 88.

2)—"Appendice ao Diario da Viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma"—In "Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará", vol. VI.

3)—Offcio de Lobo D'Almada a Souza Coutinho, em 4 de abril

Uma determinação régia de 3 de Agosto de 1798, reclamada por Souza Coutinho, fez regressar a Barcélos a séde da Capitania, o que causou profundo desgosto a Lobo d'Almada.

A Vila da Barra

Como estivesse implícito, na sua função administrativa, o predicamento de *vila*, dado à séde da Capitania, ou de Lugar da Barra foi sendo substituido nos papéis oficiais, como no uso popular. Não obstante a transferência, o lugarejo não mais perdeu a denominação da sua perdida hierarquia.

A 1.º de Março de 1787 foi a Barra visitada pelo naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira a serviço do govêrno da metrópole. Dela, nos dá o seguinte relato: «Está a Fortaleza em frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos, a qual se divide em dois bairros ao longo da margem boreal: ambos êles ocupam uma porção da barreira entre os dois igarapés da Tapera dos índios Maués (sic) e dito Manaus. Porém, a porção da barra que serve de base ao primeiro bairro, onde estão situados a matriz e ambas as residências do Reverendo Viigário e do Comandante, é mais alta e avançada para o rio do que a do segundo bairro, onde há 8 casas».

A êsse tempo a Barra tinha a seguinte população: —

Moradores brancos	47	
Indios	243	
Pretos escravos	11	Fogos — 40
	301	

Apenas três ruas ou melhor caminhos traçavam a povoação. Na principal viam-se 8 casas. As demais ficavam esparsas. Quase todas cobertas de palha inclusive a matriz consagrada à N. S. da Conceição e a residência do Vigário.

A Fortaleza era o centro da vida militar, civil e comercial da região, pois tudo girava em torno de sua guarnição. Barcélos ficava muito longe. De 1754 ao ano em que lá estivéra o infatigavel naturalista, segundo suas informações, ali serviram os seguintes comandantes: o Alfe-

---

de 1793—In Arthur Cezar Ferreira Reis, «Lobo D'Almada—um estadista colonial»—Manaus, 1940—Pag. 212.

res Alexandre Thomaz, o Cabo de Esquadra José Ferreira Tortollo, o Tenente Theodoro da Frota, o Capião de Granadeiros José da Silva Delgado, o Alferes Crispim Lobo de Souza, o Alferes Luiz da Cunha Eça, o Alferes Francisco Alves Caheiro, o Tenente Bernardo Toscano de Vasconcellos, o Alferes Crispim Lobo de Souza (pela 2.ª vez), o Tenente Francisco Victorino José de Oliveira, o então Tenente Crispim Lobo de Souza (pela 3.ª vez), o Tenente Manoel Lobo de Almeida, o Alferes Manoel Alves Romeiro Bello, o Ajudante-auxiliar Custodio de Mattos Pimpim, o Tenente Victorino José de Oliveira (pela 2.ª vez), o soldado Francisco Serrão de Oliveira e o Cadete promovido a Alferes José da Costa Souto Maior (4).

Apezar dos sensiveis melhoramentos que a Vila usufruiu, com a presença e a ação administrativa de Lobo d'Almada, muito longe ainda estava de apresentar casaria e confôrto condígnos de uma séde de govêrno. As telhas de barro para as primeiras casas foram fabricadas em Belém (Pará). Depois fundou-se uma olaria. A matéria-prima era trazida da outra margem do Rio Negro e bastante concorreu para melhorar a construção dos prédios. Uma Ribeira (estaleiro) para o fabríco de canoas e igarités funcionava nas proximidades da Fortaleza. Nessas pequenas embarcações efetuavam-se as «diligencias», ou fôssem as expedições oficiais que conduziam as ordens do govêrno as tropas, as autoridades. Essas diligências, tambem usadas no Pará, gastavam costumeiramente de 3 a 4 mêses, de Belém à Barra.

Atestam a morosidade da viagem C. F. P. von Martius e I. B. von Spix quando dizem: «Haviamos feito a navegação de Belém à Barra do Rio Negro em três meses e meio quando se pode, com embarcações menores e com maior pressa, fazer o percurso em um mês» (5).

Êsses ilustres naturalistas chegaram à antiga Fortaleda Barra em outubro de 1819. Ficaram embevecidos pela paisagem, que descrevem com deslumbramento, exclamando: «A todos êsses encantos junte-se a magestosa tran-

---

4)—Alexandre Rodrigues Ferreira, «Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de S. José do Rio Negro»—In «Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro»—Tomo 50, 2.ª parte, 1887.

5)—J. B. von Spix e C. F. P. von Martius, «Viagem pelo Brasil»—Trad. de D. Lucia Lahmeyer—3.º vol. pag. 198.

quilidade do clima equatorial, que proporciona manhãs frescas e noites serenas em alternância regular. Foi esta a primeira impressão que enfeitiçou a nossa estada por alguns dias em Barra do Rio Negro, e, quanto mais aqui demoramos, tanto mais se afigurava em nós o conceito de que esta região fôra para doces saudades, contemplações filosóficas, sagrada paz, profundo fervor.

Foi-nos citado o número da população em 3.000 habitantes; entretanto não se acha toda no lugar, pois uma parte das famílias mora em fazendas ou pesqueiros e só vêm aqui por ocasião das festas das igrejas. Na época de nossa estada em Barra do Rio Negro, oficialmente chamada Fortaleza, esta ainda não era *vila*, mas simples *lugar*. Está situada na margem setentrional do Rio Negro a cerca de uma milha alemã de sua confluência com o Amazonas, num terreno desigual, cortado por diversos regos e consta, como todas as vilas do Estado, quase exclusivamente de um só pavimento, cujas paredes são construidas de pau-à-pique barro, cobertas geralmente de folhas de palmeiras».

E, mais adiante, os ilustres viajantes acrescentam profèticamente: «Ainda faltam aqui médico, boticário e professor. A Barra do Rio Negro, com o crescimento da populàção, torna-se-á praça muito importante para todo o comércio com o «hinterland» do Brasil. A sua situação, em aprazivel altitude, dominando todo o Rio Negro, nas proximidades do Amazonos e não distante da foz do Madeira, não poderia ter sido mais felizmente escolhida. Scrá a chave da parte ocidental da região» (6)

Um fato pitoresco ocorrera no interreguo da permanência de Martius da Barra. É êle mesmo quem nô-lo conta. Diz que um dia lhe aparecera um vizinho, reclamando contra os furtos de que estava sendo vítima, o que atribuia á gente da expedição ali acantonada. Afirmara o reclamante que seus objetos de uso doméstico, como roupas estendidas nas cordds do quintal e, até, panelas com alimentos, desapareciam. O sábio ficou surpreendido, assegurando que sua gente não seria capaz de tamanha desonestidade, até porque nada lhe faltava. Mas, continuávam os furtos. O prejudicado põe-se de atalaia, escondido. E então vê que o ladrão era um graude macaco coatá, muito manso, que pertencia ao dr. Martius. O animal, bas-

---

6)—Idem, pag. 212.

tante sagaz, aproveitando-se do momento em que os donos da casa saiam, conduzia para o mato próximo os referidos objetos, comia os acèpipes e lá deixava as panelas e tudo o mais... Em resumo: o larápio foi acorrentado, para tranquilidade do vizinho... (7).

Como se acaba de vêr, pelo testemunho insuspeito de dois estrangeiros de grande projeção científica, a posterior cidade de Manaus, no comêço do século XIX, não passava de uma *aldeia de palha*, mas na qual já se pressentia o surto de progresso, quer pela sua situação-chave, do comércio e da administração pública, quer pelo aspecto encantador de suas terras.

Em 3 de dezembro de 1825 a Camara Municipal, que funcionava em Barcelos, instalou-se, na Barra, por determinação do govêrno do Pará.

Inquietação e Decadência

E' interessante referir a visita que fez ao Lugar da Barra o oficial da marinha inglêsa Henry Lister Maw, em março de 1828. Descreve a pobreza dêsse núcleo incipiente, avaliando-lhe a população em 3.000 pessoas inclusive índios, população acrescida eventualmente por ocasião das festas de São João, Páscoa e Natal. Conta que ninguém podia subir o Rio Negro sem que primeiro exibisse seus papéis às autoridades da Barra. Fala-nos de Ricardo Zany, comandante da milícia, homem prestimoso, natural da Corsega, de onde se afastara para não se submeter ao dominio de Napoleão (8).

Maw refere que era costume, na Barra, não aparecerem as mulheres das principais famílias aos visitantes, mesmo ao serem oferecidos a êstes jantares ou outras homenagens.

A êsse tempo a Barra vivia uma fase de decadência, cessado o surto de prosperidade que usufruiu sob a gestão empreendedora e esclarecimenda de Lobo d'Almada, surto que tão breve não seria repetida.

E nem sempre reinou a paz no seio da bôa gente de Barra. Houve momentos de exaltação cívica, protestos

---

7)—Idem, pag. 213.

8)—Henry Lister Maw, «Narrativa da passagem do Pacifico ao Atlântico atravez dos Andes nas Províncias do Norte do Perú, e des-

contra a injustiça de não ter a Capitania de S. José do Rio Negro entrado para o rol das Províncias do Império, como era letra da Constituição e consequência dos fatos decorrentes da emancipação política do país. O mais notavel dêsses movimentos foi, sem dúvida, a quartelada de 12 de abril de 1832: os soldados amotinados mataram seu comandante, Coronel Felippe dos Reis, que não gozava das simpatias gerais, quer devido ao rigor de sua disciplina, quer pela maneira pouco delicada com que tratava as figuras mais reprensentativas da sociedade local. Foi nomeado para substituí-lo o Coronel Ricardo Zany, que há muito se achava radicado à terra e aos seus interêsses.

O caráter autonomista do movimento torna-se evidente com a designação do Ouvidor Manuel Bernardino de Souza Figueiredo como Presidente da «Província». Frei José Inocentes é enviado à Côrte, via Mato Grosso, afim de conseguir a homologação da efêmera vitória autonomista. Mas tudo se desfez com a chegada à Barra de uma expedição militar vinda de Belém.

Em 1833, com a execução do novo Código de Processo Criminal, quatro termos judiciários são criados na que se chamou Comarca do Alto Amazonas, com as sédes em Barra (com o nome de Vila de Manaus), em Luzéia (com o nome de Maués), Barcelos e Ega (com o nome de Tefé). Barra pôde possuir assim sua própria Câmara Municipal, adquirindo crescente ascendência política sôbre as demais Vilas.

Em 1835, a onda de inquietação revolucionária da Cabanagem alastra-se pelo interior. A 6 de março de 1836, Manaus cai em poder dos Cabanos. Seus chefes, Apolinario Maparajuba e Bernardo de Sena, instituem um govêrno cuja dominação se prolongaria em Manaus por seis mêses, até 31 de agosto.

A êsse tempo, a Vila havia alcançado um pequeno desenvolvimento. Ouçamos, a respeito, a informação de Ladisláo Monteiro Baena, no seu "Ensaio Chorographico sobre a Província do Pará", publicado em 1839:

"Das casas que êste lugar tem no seu âmbito, a maior parte tem cobertura tecida de ramagem: e com a mesma se acham telhados o Palácio dos antigos governa-

---

cendo pelo Rio Amazonas até ao Pará»—Trad. portuguêsa—Liverpool, 1831.

nadores, a Provedoria, o Quartel e os edifícios de uma pequena Ribeira de construção de canôas e batelões. São cobertos de telhas a Olaria, o Hospital Militar; os Armazens da Provedoria, e os dos meios de guerra como Armas e pólvora e algumas casas de moradores. Tudo isto forma pequena ruas e uma praça. Há duas igrejas, uma pequenina e outra é a Matriz, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição. Ela foi levantada em 1695 pelos Missionários Carmelitas que então começavam a instruir nas disciplinas da piedade católica os selvícolas do Rio Negro; o Governador Manoel da Gama Lobo d'Almada a reedificou e ampliou.

"A população consta de 347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 mamelucos, 450 mamelucas, 397 homens baços, 1020 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 225 mestiços e 206 mulheres desta cata: todos os números de gente livre assomam a 2.809 e os de escravos 379. Número de fogos 232" (9).

Em 1840 caiu o último reduto cabano da Mundurucânia. Com a fadiga e a lição dessa longa luta, entrou o Alto Amazonas num período de sossêgo em que pôde refazer-se lentamente dos prejuízos materiais e humanos que dela decorreram. Manaus desenvolveu-se.

A lei n. 147, de 24 de outubro de 1848, da Assembléia da Província do Pará, elevou Manaus a novo predicamento, com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Tinha apenas 4.0000 habitantes.

O nome de Manaus, posteriormente recuperado, foi substituído por êsse até 1856. Nêsse ano, em virtude da Lei n. 68, de 4 de setembro, e cujo projeto fôra da autoria do deputado João Ignacio Ribeiro do Carmo, o antigo arraial tornou-se a Cidade de Manaus.

Manaus, séde da Comarca do Alio Amazonas, ia crescendo mofinamente e sofrendo as consequências da injustiça de não ter sido contemplada em 1822 com o predicamento, que lhe cabia, de capital de uma das unidades políticas do Império. Sua vez chegaria, como chegou, com a execução da Lei de 5 de setembro de 1850, que criou a Província do Amazonas.

---

9)—Apud Barão de Marajó, «As Regiões Amazônicas» — 1895 —Pag. 392.

Em 1848 há um fato ainda a destacar: a fundação do Seminário, onde se ensinavam gramática latina, francês, música e canto.

Manaus. Capital da Província

Quando foi instalada a nova Província a 1.º de Janeiro de 1852, Manaus possuía um pouco mais de........ 6.000 habitantes, e todo o Amazonas uns 40.000 civilizados, com 7 escolas primárias, na capital. As rendas provinciais, nêsse ano, atingiram Rs $ 19:000$000.

Para compreendermos melhor quanto era insignificante a cidade de Manaus, a essa época, leia-se o Relatório do seu primeiro Presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Esclarece-nos que não existia um edifício público, condigno para o escôpo de sua serventia, a começar pela Câmara Municipal, e a respeito nos diz: — "Não há uma casa própria para a Câmara Municipal celebrar suas sessões; e a em que funciona é alugada, insuficiente e pouco decente a uma corporação respeitavel". Sôbre a Cadeia, esclarece o Presidente: "Serve de cadeia um pequeno quarto no Quartel Militar, que, pelo seu âmbito estreito, escuro e insalubre, parece mais um ergástulo tormentoso, que casa de detenção". Tratando da Igreja Matriz: "A falta de Igre[a Matriz, que ficou reduzida a ruínas por um incendio acidental, é por demais sentida. Serve de Matriz a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, distante do centro da cidade a quase um quarto de légua, para onde, no tempo da cheia, em razão dos rios que entram pela Cidade, não há passagem, a não ser em pequenas canôas com eminente risco de perda de vida; ou vindo por uma estrada ainda mal preparada, por onde se rodeía e faz maior distância e com demorada passágem".

Tenreiro Aranha registra, no seu referido Relatório, não haver edifício próprio para servir de Palácio do Govêrno, que funcionava em casa particular, pequena e inadeqüada para as altas funções da administração pública. Fala de duas pontes de madeira, ambas já bem arruinadas, ligando os bairros de São Vicente ao da Matriz, e êsto ao dos Remédios.

Da antiga Fortaleza fundada em 1669 por Motta Falcão, diz: "O Forte da Capital tem apenas as ruinas das muralhas. O local é o mais impróprio e, ainda que depen-

dessem consideráveis somas para sua reedificação, de utilidade alguma poderia servir" (10).

Uma planta cadastral, levantada em 1852, que aqui juntamos, dá uma idéia do que era Manaus, quando investida dos fóros de Capital da mais vasta Província do Império.

Referem-se a essa época as preciosas indicações de Lourenço da Silva Araujo Amazonas, oficial da armada que serviu vários anos na região, estudando-a com minúcia e carinho:

"Consta a cidade de uma praça e 16 ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e iluminar. As casas são cobertas de telha e poucas de sólida fundação; porém são comodas, espaçosas e desafogadas. Os sobrados são ainda em diminuto número. As lojas carecem de mais gôsto em sua pecular ostentação. Possui a Cidade duas Igrejas, a saber: a Matriz de N. S. da Conceição e a Capela de N. S. dos Remédios, ambas de fundação à imitação da dos Jesuítas no país, isto é, frágil e destituida de arquitetura; o que compensa o povo com um trato e asseio que lhe fazem honra. Possui mais um quartel em uma bela praça, um armazém da arrecadação da Fazenda Nacional, uma olaria pertencente à mesma Fazenda Nacional, algumas casas para habitação dos empregos. Já se não apercebem os vestígios do palacio dos Governadores (porque sua fundação era a mesma das igrejas jesuíticas), da fábrica de tecidos de algodão e de alguns edifícios de propriedade nacional. Avultam ainda as ruínas da Fortaleza de São José do Rio Negro e do Hospital de São Vicente; entre tudo o que faltou sempre um cais ou rampa para desembarque".

Sôbre a população e seus costumes:

"São em número de 900 brancos e 2.500 mamelucos, 4.080 indígenas, 640 mestiços e 380 escravos, tudo em 900 fogos assáz dispersos. Vestem à moda, séria e asseiadamenfe; as mulheres com gôsto e luxo, realçadas por natural e superior graça. Falam muito bem o português, conquanto tambem usem muito da língua geral. Passandp parte do dia em banhos, torna-se-lhes o asseio uma qnalidade inata". Durante a enchente, enquanto estão na Cidade, os seus habitantes dedicam-se a "festas de igreja, bailes, janta-

10)—Tenreiro Aranha, "Relatório"—Manaus, 1852.

res e passeios"; no verão espalham-se em trabalhos pelas praias e lagos. "Dão-se a empregos eclesiásticos, civís e militares; e mui assìduamente ao comércio quanto escassamente à agricultura, que não excede de algum algodão e café, além de substâncias alimentares. No que se chama comércio se compreende a pesca do pirarucú, a manipulação de manteigas de tartaruga e peixe boi e a extração de drogas preciosas. Seu principal sustento é tartaruga, peixe e aves, do que tudo há abundância; e carne de gado só aos domingos, e com mais frequência no tempo da enchente, quando abunda o gado, descido do Rio Branco" (11).

Entre dezembro de 1850 a novembro de 1851, portanto durante 11 meses, o grande botânico Richard Spruce residiu em Manaus. Entre os episódios que narra dessa estada, valerá colher um, como testemunho de um dos aspectos da vida de então: cinco escravos do mesmo proprietário fugiram para o Purús mas foram alcançados e regressaram. Um dêles mostrou-se de tal modo indócil que "se julgou necessário encadeá-lo por uma perna a um poste, no páteo". À noite, atravessando o seu senhor o páteo, o escravo tentou assassina-lo com uma faca. Frustrada a sua tentativa, encostou o cabo da faca no poste e rasgou o seu próprio ventre. "Na manhã seguinte—conta Spruce—quando eu ia para o banho, seus companheiros do jugo o estavam conduzindo, morto, cozido num saco, para uma canôa, afim de lançá-lo ao meio do rio. Êles estavam rindo e gracejando como se carregassem um cão morto; e o acontecimento não parecia produzir a menor impressão nos vizinhos. Tais são as "belezas" do sistema escravagista!..." (12).

Na mesma ocasião em que Manaus acolheu Spruce, tambem acolheu outro famoso naturalista, Alfred Wallace, a quem devemos algumas preciosas páginas acerca de suas instituições e costumes. Fala-nos das casas, das coisas, dos homens.

Dêstes, por exemplo:

"Os habitantes mais civilizados da Barra dedicam-se todos ao comércio não havendo alí qualquer outra diversão,

---

11)—Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, "Diccionário Topographico, Historico e Descriptivo da Comarca do Amazonas" — Recife, 1852 - Pag. 190.

12—Richard Spruce, "Notes of a Botanist on the Amazon and Andes"—Edição de Alfred Russel Wallace—Londres, 1908 — Vol. I — Pag. 241.

se assim podemos considerar, que não seja a de beber e jogar em pequena escala.

A maior parte nunca abre um livro ou trata de empregar o seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual.

Por conseguinte, o que disso se poderá inferir, é que se atende mais ao luxo; aos domingos, principalmente, todos trajam as suas melhores roupas.

As mulheres vestem-se elegantemente, exibindo lindos vestidos, confeccionados com gazes e musselinas francesas".

"Os homens, que passam a semana inteira em mangas de camisa e de chinelos, nos imundos armázens, trajam nesse dia bonitos ternos escuros, chapeu de castor, gravata de setim e finíssimos sapâtos de pelica.

Então, conforme é moda ali, é a ocasião própria para fazer visitas, indo uns às casas dos outros, para palestrar, tendo como assunto principal da conversação os escandalos, que se acumularam durante a semana".

Acrescenta que se ouviam na Barra, "diàriamente, falatórios a respeito das mais respeitaveis famílias do lugar, os quais dificilmente seriam acreditados pelos habitantes dos peores bairros suspeitos de Londres" (13).

Wallace testemunhou os primeiros dias de vida de Manaus como capital de uma província. Registra a luta para obter uma casa, "o que naquela ocasião era muito difícil de conseguir, pois estavam quase todas ocupadas, e os aluguéis de numerosas eram caríssimos". "Isso tinha como principal causa o afluxo de numerosos adventícios e comerciantes, ali chegados em consequência da instalação do novo govêrno na cidade".

Quando Wallace assinalou tais fatos, Manaus atravessava um período de dificuldades. "Desde 5 meses, ali não chegava navio algum, procedente de Belém do Pará, e havia absoluta falta de quase todos os gêneros de primeira necessidade. A farinha de trigo há muito tempo que se havia acabado e, conseqüentemente, não havia pão". "Esta falta de gêneros, explica o cientista inglês, era devida a ter-se perdido, um mês antes, perto da Barra, um navio que vinha de Belem, carregado de provisões". (14)

---

13)—A. R. Wallace, "Viagens pelo Amazonas e Rio Negro" — Trad. de Orlando Torres—Edição "Brasiliana"—Pag. 201.

14)—Idem, pag. 483.

Por essas referências, é possivel imaginar o que fôsse a vida em Manaus, acrescendo aos seus problemas anteriores o do ajustamento à nova condição de capital de uma província do Império.

Quando o Presidente da Província, Conselheiro Herculano Ferreira Pena, tomou posse, em 1853, de 243 casas no centro urbano, 122 eram cobertas de palha. "Pelas peiores casas—informa o Conselheiro—paga-se ordinàriamente o aluguel mensal de 4$000 a 6$000; pelas melhores, 15$000 a 25$000, havendo algumas de 30$000: nenhuma delas se acha desocupada" (15).

Constituiu-se, então, a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, incorporada por Mauá, e que larga influência iria ter para a prosperidade da região. Com o tráfego estabelecido pelos vapores "Marajó", "Monarca" e "Rio Negro", abertas as linhas do Madeira e do Solimões, assegurada a ligação regular com Belém, Manaus começou a usufruir das vantagens de sua posição.

Em 1860, Manaus recebeu a visita de Belmar, um viajante francês cujas informações sôbre a cidade pouco mais fazem do que repetir os dados constantes do "Dicionário" de Araujo Amazonas. E Belmar escreveu, por sua vez, estas palavras de confiança no futuro do pequeno burgo: "A posição de Manaus determinar-lhe-á ser um dia uma das mais importantes cidades do Alto Amazonas. Ela já é o entreposto de todo o comércio de importação e exportação que se faz na imensa bacia do Rio Negro, comércio que não se pode deixar de adquirir cada dia mais extensão e atividade, à medida que o país se povoe de trabalhadores" (16).

Em 1865, Louiz Agassiz e sua luzida comitiva estiveram em Manaus. A narrativa dessa viagem, em grande parte escrita por Madame Elizabeth Cary Agassiz, diz-nos largamente da cidade e dos seus arredôres, bem como dos habitantes e seus usos.

«Que poderei dizer de Manaus?—indaga. E' uma pequena reunião de casas, a metade das quais prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao vê-las oscilantes decoradas com o nome de edifícios públicos: Te-

15)—Apud Agnello Bittencourt, «Chorographia do Estado do Amazonas»—Manaus, 1925—Pag. 273.

16)—A. Belmar, "Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazones"—Londres, 1861—Pag. 175.

souraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação» (17).

Madame Agassiz, com a autoridade de ser o seu um depoimento feminino, confirma a observação de Maw, há cerca de quarenta anos antes, quanto à vida semi-claustral das senhoras amazonenses. Muitas senhoras, constatou, "passam mêses e mêses sem sair de suas quatro paredes, sem se mostrar, sinão raramente. à porta ou à janela; pois, a menos que esperem alguém, estão sempre tão pouco vestidas que vão além da negligência". "A mulher, nessa porção do Império. se embota no torpôr de uma existência inteiramente vazia e sem objetivo, ou se se revolta contra suas cadeias, a sua infelicidade só é comparável à nulidade de sua vida" (18).

Não obstante tal recolhimento, davam-se bailes e o casal Agassiz teve oportunidade de assistir um em homenagem a Aureliano Cândido Tavares Bastos, campeão de abertura dos portos do Amazonas às bandeiras das nações amigas. Não havia carruagens: os convivas, ataviados para a festa, atravessavam as ruas enlameadas, a pé, às carreiras, alumiando o caminho com lanternas de mão. Na noite dêsse baile chegou a notícia da rendição de Uruguaiana. E um outro foi organizado por êsse motivo para a noite seguinte. Agassiz registra o que foi a comoção pública diante de tão desusadas comemorações.

Em 1867 o engenheiro Franz Keller-Leuzinger foi comissionado pelo govêrno imperial para realizar estudos sobre problemas de transporte no Rio Madeira. No livro que escreveu descrevendo a sua exploração. tambem presta o seu depoimento sobre Manaus. Diz-nos, por exemplo, da dificuldade e desconforto do desembarque e depois, como todos os outros, expande a sua exaltação e deslumbramento.

"As ruínas do pequeno forte português, São José da Barra do Rio Negro, — registra — são vistas à esquerda. Mas elas despertam muito menos interesse que um velho

---

17)—Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, "Viagem ao Brasil" —Trad. de Edgar Sussekind de Mendonça—Edição "Brasiliana"—Pag. 247

18)—Idem, pag. 336.

cemitério indígena, recentemente descoberto ao nivelar-se o terreno na vizinhança de suas muralhas. Centenas daquelas urnas de argíla vermelha (igaçabas), que os aborígenes usam para enterrar seus mortos, são vistas em longas fileiras, e a não grande profundidade da terra. Em várias delas os restos de ossadas humanas têm sido encontrados e o seu estado de decomposição mostra que elas são de data bem antiga (19).

"A despeito de seu pomposo título, Capital da Província do Amazonas, Manaus é uma cidadezinha insignificante de uns 3.000 habitantes. Ruas sem calçamento e pessimamente niveladas, casas baixas e cabanas de construção a mais primitiva, sem nenhum cuidado da beleza arquitetônica, numerosas vendas de portuguêses,—onde qualquer coisa pode ser conseguida, do vinho de Lisboa e tecidos estampados inglêses ao queijo brasileiro e ao pirarucú sêco; de cosméticos e sabonetes de Paris ao caucho e ao cacau, de espingardas belgas a pontas importadas de arpão—certamente negam-se em compor um imponente *ensemble;* enquanto a população, exibindo amostras de todas as possiveis misturas de sangue branco, negro e indígena, tambem nos lembra vigorosamente que estamos no coração do continente sul americano, no verdadeiro centro do Vale Amazônico, aberto apenas recentemente à civilização e ao comércio". Franz Keller remata a notícia que nos dá de Manaus, falando de como o impressionam de um lado o ceu, a vegetação e as aguas, e de outro a cordialidade da gente. Tais coisas, diz êle, "tendem a fazer-nos esquecer o desejo de luxos e ter como muito agradável a nossa primeira impressão de Manaus" (20).

Durante o largo interregno que vai daí à proclamação da República pouco se fez pela Princesa do Rio Negro. Os mais notaveis edifícios construidos nêsse período foram a Matriz e o do atual Colégio Estadual do Amazonas, instalado em 1884, pelo Presidente Ernesto de Vasconcellos Chaves. A Santa Casa de Misericórdia fôra instalada a 16 de maio de 1880, pelo Presidente Tenente

---

19)—Tal cemitério estava localizado, provavelmente, no terreno ao lado do atual Palácio Rio Branco.

20)—Franz Keller, «The Amazon And Madeira Rivers—Londres 1874—Pag. 34.

Coronel José Clarindo de Queiroz. Ainda não era o edifício que é hoje, remodelado e ampliado recentemente pelo saudoso arquiteto Aloisio Araujo (21).

Um dos poucos melhoramentos integrados naquele período do regime monárquico, não deve ser esquecido o "Asilo Elysa Souto", mais tarde "Instituto Benjamin Constant", instalado no dia 10 de julho de 1884, em que a Província do Amazonas festejava a entrega das últimas cartas de alforria ao reduzido número de seus escravos. Não tinha a amplidão, e o confôrto que recebeu já no período republicano.

Mais outros edifícios tinham sido levantados, como o Paço Municipal, o Mercado de Ferro, o Quartel de Artilharia, a Cadeia Pública, a Assembléia Legislativa (comprada ao capitalista Custodio Pires Garcia). Nenhum grupo escolar.

Manaus, Capital do Estado

Manaus havia progredido morosamente. Ao evento do novo regime possuia cerca de 20.000 habitantes, sem telégrafo, sem telefones, sem bondes, sem água canalizada, sem luz elétrica. Suas rendas eram mesquinhas. Mas o Amazonas teve a felicidade de ver, no comêço do novo regime, valorizada a sua produção de Borracha. Suas receitas se duplicavam anualmente. Era mistér aplicar êsse dinheiro, satisfazendo os reclamos dos serviços públicos.

Eduardo Gonçalves Ribeiro, o "Pensador", quando governou o Estado pela segunda vez (de 1892 a 1905), foi o grande construtor de Manaus. "A maior parte dos melhoramentos que se realizaram nesta capital e no interior—já escreveu o signatário destas linhas — datam dêsse quatriênio. São justas as palavras daquele governador, a respeito desta capital: "Encontrei uma grande aldêia e fiz dela uma cidade moderna" (22).

O "Pensador" remodelou a cidade. Fez aterros e desaterros importantes, edifícios escolares, canalização dagua aparelhada de um enorme reservatório, pontes de pedra e de ferro, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça e outros

---

21) - Julio Uchoa, «Santa Casa de Misericórdia» — Divulgação do Centro Teixeira de Freitas—Manaus, 1917,

22)—Agnello Bittencourt, ob. cit.—Pag. 290.

melhoramentos que foram inaugurados mais tarde. Seus sucessores seguiram-lhe o programa, embora menos intensamente.

Até a gestão Eduardo Ribeiro o abastecimento de água para a população se fazia por meio de carros-pipas, puxados a boi ou cavalo, e quase sempre de propriedade de portuguêses, os "aguadeiros", que iam buscar o líquido no Igarapé de Manaus, em certa altura, a montante da qual era proibído utilizar as suas águas para banhos ou outras serventías que as pudessem poluir (23).

Entre os grandes aterros então executados figura o que deu origem à atual Avenida Eduardo Ribeiro, a principal da cidade, e que está situada, na sua maior extensão, onde era um enorme pantanal pelo centro do qual corria o Igarapé do Espírito Santo. As avenidas Floriano Peixoto e Getulio Vargas (anteriormente 13 de maio) ocupam o antigo Igarapé do Aterro, assim chamado por causa de um aterro sôbre arcada que o govêrno provincial mandára construir, em frente ao atual Cine "Politeama", no Caminho da Cachoeirinha hoje Avenída 7 de Setembro.

Quem escreve estas linhas, conhecêu o centro urbano de Manaus limitado à área que tem pela parte Norte à rua Monsenhor Coutinho, pelo Sul o Rio Negro, por Este à Avenida Joaquim Nabuco, por Oeste o Igarapé de São Vicente. Fóra daí ficavam os subúrbios, considerados lugares distantes, como os bairros dos Educandos (hoje Constantinópolis), a Cachoeirinha (arruada pelo Prefeito Manoel Uchôa Rodrigues), Campinas, São Raimundo.

A Vila Municipal (hoje Adrianópolis) é recente. Data de 1906. Está situada no antigo terreno pertencente aos herdeiros do Capitão de Mar e Guerra Nuno Alvares de Mello Cardoso, terreno êsse que foi, em parte, desapropriado, traçando-se nele os lineamentos do bairro, sob o govêrno municipal do Capitão Guilherme de Miranda Lisbôa.

Com os trabalhos de planificação da parte central da cidade, muito alterada ficou a sua topografia, como ainda

23)—Quando Agassiz esteve em Manaus, em 1865, os aguadeiros ainda não utilizavam carros e o seu ofício não era, como após, costumeiramente exercido por portuguêses. «Um dos meus grandes prazeres em Manaus— conta o sábio — é, à tarde, ao cair do dia, dirigir os meus passeios para a floresta vizinha e ver desfilarem os «aguadeiros», índios ou negros, que passam de volta por um estreito caminho, trazendo na cabeça um grande jarro vermelho de barro, cheio dagua.

o atestam certos pontos (Igreja da Matriz e Remedios, Teatro Amazonas, Palácio da Justiça).

Os primitivos cemitérios de Manaus, inclusive o dos índios, desapareceram. O de Nossa Senhora dos Remédios, que se extendia lateralmente e pelos fundos da igreja dêsse nome, possuia, ainda, em 1884, o seu grande "cruzeiro" de madeira, em frente ao atual templo da Loja Maçônica "Amazonas", e na parte Sul da rua que aí foi aberta, recebendo o nome de Rua da Cruz, mais tarde Leovegildo Coelho. Essa necrópole fôra fechada em 1856, por ordem do Presidente Herculano Ferreira Pena, quando assolou a cidade uma epidemia de cólera.

O cemitério de São José, situado no limite sul da Praça da Saudade, e aberto nesse ano de 1856, foi fechado ao ser aberto o de S. Raimundo, no bairro dêsse nome, e criado para atender aos óbitos oriundos de um surto de varíola que então grassou. O cemitério de São José foi demolido, já em nossos dias, e, no local, que se irrigara de tantas lágrimas, construiu-se a béla séde do Atlético Rio Negro Clube...

A atual necrópole, de São João Baptista, foi aberta na gestão Lisbôa, tendo sido o primeiro enterramento nele realizado o do grande médico e jornalista Aprigio de Menezes.

Sucesor de Eduardo Ribeiro, o governador Fileto Pires Ferreira teve oportunidade de concluir e inaugurar muitos melhoramentos notaveis. O ano de 1896 foi excepcionalmente feliz a êsse respeito.

Em 1896, a 10 de fevereiro, verificou-se a inauguração da linha telegráfica sub-fluvial. A 1.º de março, davase a instalação do Instituto Benjamin Constant, em seu novo prédio. A 5 de julho eram inauguradas as pontes de alvenaria sobre os igarapés Manaus e Bittencourt. A 22 de julho, iniciou o tráfego a linha de viação urbana, partindo da praça Tamandaré ao Reservatório do Mocó. A 22 de julho, inauguração do serviço de abastecimento dágua. A

E' como uma procissão, de tarde e de manhã; a agua do rio passa por não ser bôa para se beber, e, de preferência, a cidade se fornece das pequenas lagóas e riachos da mata». (Ob. cit., pag. 249). O polígrafo e amazonista Mario Ypiranga Monteiro dedicou ao estudo dos aguadeiros um valioso ensaio.

15 de outubro (24), inauguração do serviço de iluminação elétrica: ressalvada a prioridade de Campos, Manaus pode orgulhar-se de ser no país a precursora de tal melhoramento. E para terminar condignamente êsse ano, a 31 de dezembro, a inauguração do Teatro Amazonas.

O porto de Manaus, com seus flutuantes, únicos no genero em tais proporções, foi inaugurado em 1902, na gestão Silvério Nery.

A administração Constantino Nery deu-nos dois bélos edifícios: a Bibliotéca Pública e a Penitenciária, além de vários melhoramentos realizados sob a jurisdição municipal,

Entre as aquisições com que posteriormente foi enriquecido o patrimônio da cidade, cumpre destacar a do palacete Scholz, o atual Palácio Rio Negro, que custou apenas Cr $ 200.000,00, em 30 de junho de 1918, no governo Alcantara Bacelar (25).

E, recentemente, no govêrno Alvaro Maia, vários edifícios foram construidos e outros comprados e remodelados para os serviços públicos. Entre os construidos e os rematados convém registrar o Instituto de Educação, o Palácio Rio Branco, o Palácio das Municipalidades, a Inspetoria de Tráfego. E não houve Grupo Escolar que não fôsse ampliado.

Com seus jardins vicejantes e ruas calçadas, com seus bélos edifícios, Manaus transformou-se do que era no tempo de Agassiz para ser o que ele predisse: um grande centro de comércio e navegação, com suas instituições científicas e literárias, seus cursos técnicos, com seus jornais e revistas bem colaborados, suas casas de diversão e, sobretudo, seu espírito de brasilidade, cordialidade e progresso.

Rio, agosto de 1948.

Agnello Bittencourt

---

24)—Julio Uchôa, "Apontamentos para a história da iluminação em Manaus"—Divulgação do Centro Teixeira de Freitas—Manaus, 1947.

25)—Julio Uchôa, «Palácio Rio Negro»—Divulgação do Centro Teixeira de Freitas—Manaus, 1947.

Cincoentenário do Teatro Amazonas

(Notas à Margem)

Agnello Bittencourt

Acrescidas de outras, vamos aproveitar algumas linhas que escrevemos na "A Selva", desta Capital, de Setembro de 1937, sobre a nossa mais importante casa de diversões, cujo cinquentenario de instalação hoje se comemora. Trata-se de um edificio notavel, quer por sua grandeza suntuosa, quer por sua linda ornamentação. E' uma jóia de arquitetura, decantada por quantos estrangeiros ilustres têm visitado a nossa urbs.

ESCOLHA DO LOCAL. — Antes de 1896 não tinhamos um teatro digno dêsse nome. Conhecemos um barracão construido de madeira, propriedade da Sciedade Beneficente Portuguêsa, onde hoje se acha o Colégio Dom Bosco, designado, pomposamente com o nome de Teatro, no qual se exibiam os amadores locais. Mais tarde, no antigo "Hotel do Comercio", onde se acha agora a praça lateral ao Palacio Rio Branco, encontrava-se o "Eden Teatro" casarão inadequado para o fim a que o destinaram.

Em Junho de 1881, abalou-se a Assembléia Legislativa da Provincia com as discussões provocadas pelo aparecimento de um projeto de lei determinando a construção de um teatro. Cogitou-se de votar a principio 60 contos. Julgada insuficiente essa quantia e após largo debate, aprovou-se uma emenda fixando em 120 contos a verba respectiva.

O deputado Fernandes Junior justificando a emenda lembrava, em sessão, que no ano anterior "houve até brigas por cadeiras e camarotes", o que tambem prova o gôsto da população pelos espetáculos.

O projeto concretizou-se na lei número 546, de 14 de Junho de 1881.

Apareceram em 1882 várias propostas de projetos para a construção do Teatro, à vista dos editais do govêrno provincial, autorizados por essa lei. Surgiram, a principio, quatro propostas que não fôram aceitas, em virtude de duas padecerem de defeitos técnicos e duas orçarem obra superior à verba disponivel. Duas novas propostas fôram apresentadas, já a 23 de Novembro dêsse ano: uma de Celeste Saccardi, outra de Bernardo Antonio de Oliveira Braga. Examinadas, foi aceita esta última, organizada pelo Gabinete de Arquitetura Civíl de Lisbôa.

Pela lei número 593, de 29 de Maio de 1882, ficára autorizado o Presidente da Provincia a abrir concorrência para a apresentação de plantas, estabelecendo que na sua exceção não se poderia exceder a importancia de Cr$ 250.000,00. Para o exercicio 1882-83 fixou-se o crédito de Cr$ 30.000,00 para início das obras.

Na forma da legislação provincial foi pago a Oliveira Braga, proponente da planta aprovada, o prêmio de Cr$ 1.100,00.

Segundo os desenhos adotados orçou-se, já em 1883, em Cr$ 433.353,48 a despesa para a execução dos mesmos, sendo aceita a proposta de Manoel de Oliveira Palmeira de Menezes para construir o teatro por essa quantia. A 23 de Agosto era assinado o têrmo do respectivo contrato. Mas, o contratante transferiu suas obrigações a Alexandre Dantas, que, por sua vez passou-as a Rossi & Irmão, a 23 de Janeiro de 1884.

O local escolhido para lançamento da pedra fundamental situava-se em terras que faziam frente para a antiga praça Paisandú e fundos para a rua Henrique Martins, mais ou menos onde se acham hoje a Farmacia Studart e a Livraria "Palacio Real". Viu-se, porém, ser desaconselhavel que as fundações de um grande edificio, como sería o do Teatro, se fixassem num terreno considerado frouxo, atendendo à passagem próxima de um igarapé. Procurou-se outro sítio e desta vez, foi escolhido um terreno, situado na parte ocidental da praça de São Sebas-

tião, de propriedade do Tenente-Coronel Antonio Lopes de Oliveira Braga. A Provincia determinou a desapropriação e a Diretoria de Obras Públicas ordenou a 10 de Janeiro de 1884 que alí se erguesse o Teatro.

O nivelamento daquele terreno, despesa que não estava no contrato, custou ao Govêrno Cr- 6.889,24.

CONSTRUÇÃO — Em Dezembro de 84 já estavam iniciados os trabalhos de colocação dos alicerces, importando numa despesa, até êsse mês, de Cr- 54,000,00.

Morosa a construção durante o ano de 1885..

A Assembléia Provincial resolveu modificar o contrato, no sentido de alterar as obras em andamento. O fato causou perturbação, pois o contratante não concordou com as modificações impostas e recebeu ordem de suspender os trabalhos, até que se chegasse a um entendimento. Não se chegando a êsse ajuste, foi rescindido o contrato, por deliberação de 12 de Janeiro de 1886, pagando o govêrso amazonense a Rossi & Irmão a quantia de Cr$ 39.821,43 de materiais que se destinavam às obras. Durante cêrca de seis anos estiveram estacionadas, ficando as paredes do predio numa altura de uns dois metros. Conhecemo-las enegrecidas pelo tempo e já envoltas pelo matagal.

Na administração Eduardo Ribeiro, prosseguiu-se a construção, sendo novamente chamada a firma Rossi & Irmão. Nova rescisão autorizada pela Assembléia Legislativa, segundo a Lei número 28, de Outubro de 1882, indenizando àquela firma na improtancia de Cr$ 60.000,00. A 31 de Maio de 1893, Manoel Coêlho de Castro assinou contrato de continuação e conclusão das referidas obras, contrato que,, logo, foi declarado sem efeito, sendo realizados os trabalhos, ora por empreitada, ora por administração.

A 31 de Maio de 1895 contratou-se por Cr$ 100.000,00 com Henrique Dazzaloni a ornamentação externa do edificio.

A 3 de Março de 1896, a instalação da luz elétrica, por ...... 45.584 dollares, foi ajustada com o engenheiro eletricista Vicente Miranda.

A 28 de Maio do mesmo ano (1896) fôram contratadas as obras de estucador, com Manoel Gomes da Rocha, por Cr$ ...... 270.793,80.

As ruas laterais do Teatro, após sua construção, fôram niveladas, ficando o edificio na eminencia primitiva do terreno.

O Teatro vejo a ser concluído no govêrno Ramalho Junior.

DECORAÇÃO — A 23 de Fevereiro de 1894, havia sido contratada a decoração, fornecimento de mobiliario, mecanismos, etc. com Chrispim do Amaral, pela quantia de Cr$ 220.000,00. Êsse notavel pintor mandou buscar na Italia o grande artista decorador Domenico de Angelis, que contratou as pinturas que alí se encontram, todas sobre motivos nacionais. Afirma o Snr. Giulio Roberti, ex-consul da Italia entre nós, que por mais de 40 anos viveu nesta Capital, ora residente no Rio de Janeiro, que aqueles belissimos quadros não são da autoria de De Angelis, e sim do seu sócio Professor Capranesi, então com atelier de pintura em Roma.

A respeito de sua afirmativa escreveu o sr. Giuldio Roberti que êsses quadros "fôram executados, em Roma, do Estudio da firma De Angelis & Capranesi, sendo o renomado professor Capranesi quem realmente os pintou, de acôrdo com o croquis que lhe fornecera o sócio De Angelis. Eu estou em condições de fazer tal afirmativa, pois que, tendo seguido para a Italia, em 1899, fui portador de uma carta de apresentação de De Angelis para o sócio Capranesi a quem a entreguei no próprio atelier, num quinto andar da Cidade Eterna, onde tive a ventura de apreciar os referidos painés, que estavam sendo preparados pelo eximio professor Capranesi, nome assáz conhecido nos meios artisticos da Italia, e que o próprio De Angelis julgava superior a si. De exclusiva autoria de De Angelis é o magdifico quadro representando a glorificação das Belas Artes, que enfeita o "plafond" do rico salão nobre do nosso Teatro, e bem assim toda a decoração do mesmo salão, feita em conjunto com o seu predileto discipulo sr. Silvio Centofanti...". ("A Tarde", de 22|VIII|1938).

O "plafond" da sala de espetáculos foi executado em Paris pela Casa Capezot. Desdobra-se em alegorias à Musica, à Dansa, à Tragedia, e uma glorificação a Carlos Gomes, onde figuram as principais persodagens de cinco de suas operas: "Salvator Rosa", "O Escravo", "O Guarany", "Condor" e "Fosca".

INSTALAÇÃO — Foi o Teatro inaugurado solenemente a 31 de Dezembro de 1896, com a denominação de "Amazonas". Suas obras não estavam concluidas. Era governador do Estado o Capitão Fileto Pires Ferreira e Vice-governador o Coronel José Cardoso Ramalho Junior. Além dêstes, assinaram a ata de instalação, dentre muitas pessôas, as seguintes: Dr. Eduardo Ribeiro, Raul de Azevedo, Pedro Henrique Cordeiro Junior, Afonso de Carvalho, Raimundo de Vasconcelos, Arthur Cezar M. de Araujo, Pedro Vidal de Negreiros, Sergio Pessôa, Alberto Joaquim de Albuquerque Serejo, Severino Corrêa da Silva, Vicente Reis e Joaquim Belmont. Esse documento encontra-se no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

No dia da inauguração houve uma audição para as autoridades, proporcionada pela grande companhia italiana empresada e dirigida pelo Maestro Joaquim Franco e que veio especialmente para inaugurar a primeira estação lirica no nosso Teatro, fazendo-o exatamente a 7 de Janeiro de 1897, estreiando com "Gioconda", de Ponchieli.

Essa companhia foi subvencionada pelo Govêrno do Estado. Levou à cena, pela primeira vez, o "Guarany", de Carlos Gomes, a 18 de Fevereiro, com enorme êxito, o que determinou representá-la outras vêzes, sempre com sucesso.

Faziam parte da orquestra, regida pelo Maestro Enrico Bernardi, além de vários professores italianos, alguns artistas nossos, contratados aqui ou em Belem: Aristides Bayma, Euclides Nazaré, Pedro Belfort, Marcelino Maia, Gentil Bittencourt, Alexandre Oliveira e Ildefonso Pereira, êste talvez o único sobrevivente. Aos seusapontamentos sobre a história do Teatro Amazonas, que vie-

mos a conhecer por intermedio e gentileza do Professor João Donizetti, muito ficam devendo estas linhas.

MODIFICAÇÕES NO PRÉDIO — No govêrno Ephigenio de Salles, em 1929, o predio sofreu alterações na sua parte interna, sob a inspiração do Professor Olimpio de Menezes. Trabalhou nessas modificaçges o atual Diretor do Teatro, Professor Branco Silva. Fôram retirados os 7 camarotes frontais de 2.ª ordem. E aí se contruiu uma arquibancada, encimada por uma enorme concha estilizada. Outra alteração foi a retirada de paredes internas, que separavam dois corredores longitudinais contíguos às frisas e camarotes de 1.ª ordem. Ampliou-se o local da orquestra. Fizeram-se obras de estuque e pintura no vestibulo e nos corredores.

Na opinião de alguns técnicos, o Teatro sofreu na sua acústica e estética, embora tivesse ganho em comodidade. Deixamos isso aos competentes.

Não sabemos quanto custaram as respectivas obras. Não é exagero pensar que o Teatro não tem custado menos de Cr$ .... 10.000.000,00, inclusivé várias instalações elétricas, depois que a notavel casa de espetáculo deixou de possuir fornecimento próprio de luz.

A respeito do assunto encontramos o seguinte no "Jornal do Norte", de Manaus, de 27 de Julho de 1906: "Tem o Estado dispendido até 31 de Dezembro de 1903, com a construção do nosso Teatro, a quantia de 5.170:269$871. Essa obra levantada na praça de São Sebastião, por ser obra do Amazonas, onde tudo é exorbitante, poderia ser executada por 2.000:000$000. O tanque de ferro que alí colocaram somente custou a ninharia de 231:144$001. A fração de um real que figura nessa conta, é a nota pândega da traficancia daquele monstruosa obra. Por 12:000$000 ainda compraram para o Teatro mais 4 tanques".

A principio, dispunha o Teatro de iluminação própria, fornecida pela sua usina, instalada à Rua 10 de Julho. Na gestão Alfredo Sá, passou a receber energia da Manaus Tramways, sendo

os trabalhos de adaptação confiados ao Engenheiro Deodoro Freire.

O grande lustre de bronze, que vemos suspenso ao této da sala de espetáculos foi colocado anos depois da instalação. Acreditava-se que o travejamento não resistiria o grande pêso dessa obra de arte. Um travejamento especial, de sólidas barras de ferro, garantiu alí a sua sustentação.

Esse candelabro, certa feita, depois de um espetáculo, desabou ruidosamente. Olimpico de Menezes soube reconstituí-lo, reconduzindo-o para a posição onde ainda se encontra, no centro do "plafond".

Uma grandiosa estatua de bronze, figurando um índio rompendo grilhões, veiu para ser colocada no frontespicio do Teatro. Considerando as suas proproções e o seu pêso, abandonou-se a idéia de erguê-la, ficando por muitos anos jogada a um canto da praça de São Sebastião, donde foi retirada pelo Govêrno, sendo oferecida ao Ceará, onde hoje se encontra.

O plano do salão nobre, de maravilhosa concepção, com seus belissimos lustres venezianos, suas télas, seu mobiliário austero; suas cantoneiras de linhas caprichosas, incluia colunas e portais em mármore, o que daria um esplêndido efeito. Essas colunas e portais, no entanto, tiveram de ser trabalhos em ferro e massa, como hoje se vêem, quebrando um pouco a harmonia do conjunto.

O "plafond" do salão nobre representa uma glorificação às Artes: Arquitetura, Escultura, Poesia, Música, Eloquencia, Dansa e Pintura. E' a única téla assinada. Traz o nome de De Angegelis.

Os paineis laterais que, como já vimos, são de Capranesi, figuram sucessivamente: dois aspectos da vida na selva, um aspecdo Rio Amazonas, a cena final do "Guarany" (Perí salvando Cecí do incendio do solar do Paquequer), um igapó, uma madrugada amazônica, um aspecto de Manaus, uma cena de pesca no Rio Negro.

Larapios visitaram o Teatro, na sua fase de quase abandono,

e dêle fizeram retirar objetos de subido valôr, dentre muitos outros lindos candelabros de cristal, que se achavam no salão nobre. O Coronel Nelsonde Mello, quando interventor, fê-los vóltar aos seus lugares.

No govêrno Alvaro Maia fizeram-se as atuais instalações eletricas do edificio, dirigindo o serviço o Engenheiro Deodoro Freire.

EXIBIÇÕES — Não é facil encontrar a história do Teatro no seu Arquivo. E' lamentavel o desfalque em que se encontra a sua documentação interna. Alguns livros de ponto, de registro das folhas de pagamento do pessoal, de protocolo, renda de espetáculos, uma coleção incompleta de volantes, prospectos e cartazes — eis tudo. Mas o mal vem de longe. Obtivemos os dados presentes principalmente nos relatórios dos Governadores e seus auxiliares, nos velhos jornais de Manaus e no testemunho dos contelporâneos.

Em 1897 visitou-nos a Companhia de Operetas de Rafael Tomba, destacando-se no seu elenco a figura excepcional de Lambiasi. Era Diretor da Orquestra o Maestro Coniglio. Ildefonso Pereira, que trabalhou sob sua direção, refere que Coniglio regía de memória: não se utilisava das partituras.

Em 1899, entre Maio e Junho, aquí esteve Giovanni Emanuel, grande trágico italiano, notável intérprete das creações mais soberbas de Shakespeare. Trouxe em sua Companhia a atriz Nella Montagna, a quem Coêlho Netto, que a viu por essa época, dirigiu uma página cheia de calôr e exaltação, num elogío à sua beleza. (Laffayette Silva, "Historia do Teatro Brasileiro", pag. 380). Emanuel deu 29 espetáculos em Manaus, obtendo uma renda líquida de Cr$ 61.307,00.

Ainda em 1899, o Teatro acolheu a Companria Portuguêsa de Thomaz Del Negro. No mesmo ano, em suas arcadas ressoou a voz de Coêlho Neto, que aqui prounciou uma conferência.

Em 1900 tivemos a Companhia de Operas de Calil & Aprea, estreando com "Fan-fan la Tulipe". Nêsse mesmo ano tivemos

mais duas grandes equipes: Alves da Silva e Dias Braga. A primeira realizou 50 e a segunda 55 espetáculos. O 3 de Maio, quarto centenário do Descobrimento, foi comemorado com um espetáculo de gala, em que o conjunto luso-brasileiro de Alves da Silva representou "Vida de um rapaz pobre".

Em 1901, uma companhia lírica italiana proporcionou ao público amazonense a representação de várias óperas famosas.,

Em 1904, a sensação da cidade foi o cinematografo.A empresa E. Hervet armou a téla em frente ao pano de bôca, montando o aparelho de projeção no Camarote do Governador. Ao terminar a passagem de uma fila, o público ovacionava.

Em 1904, a Empresa Dramática Portuguêsa, dirigida por Christiano de Souza, trouxe-nos a magnifica Lucinda Simões, estreiando com "Demi Monde" de Alexandre Dumas. A Christiano de Souza fôram tributadas grandes homenagens pelo público amazonense.

Em 1905, uma Companhia Espanhola de Zarzuellas e Operetas efetuou 34 representações.

1906 foi um ano esplêndido: tivemos novamente a grande Companhia de Rafael Tomba que realizou 31 espetáculos, estreiando com a deliciosa e inesquecivel "Gueisha". Tivemos Silva Pinto, cuja equipe representou aquí 36 espetáculos, sendo Medina de Souza a estrêla e Nicolino Milano o regente. E tivemos, finalmente, a Comanhia Francêsa de Operetas, que o saudoso Maestro Joaquim Franco fôra contratar na Europe, e cuja estadia entre nós teve larga repercussão. Durante essa temporada circulou entre os frequentadores um jornalzinho intitulado "O Teatro", lançado em bôa apresentação gráfica e feito com muita inteligencia. Trazia reportagens sôbre os espetáculos, resumos dos enrêdos das peças, crítica teatral e pequenas irreverencias. Saíram do mesmo 13 números. "O Teatro" promoveu um plebiscito entre as senhoras que frequentavam a casa para saber qual a artista de sua preferencia: foi eleita Madame D'Angeville, com 93 votos, seguida de Mesdamas Armel e Ricordeau, com 81 votos cada uma.

Em 1907 o empresário Juca de Carvalho trouxe-nos a Companhia protuguêsa do Teatro "Aguia de Ouro", do Pôrto.

Em 1908 tivemos dois vigorosos conjuntos: o de Francisco de Souza que realizou 46 representações, e o de Alves da Silva, iêste pela segunda vez, tendo estreado com "Noiva e martir".

No ano seguinte, vimos Angela Pinto, com 37 espetáculos. Ainda em 1909, esteve no Teatro a Companhia de Marionettes e Fantoches empresada pelo Maestro Enrico Salica.

Em 1910, tivemos a Companhia de Francisco Santos, a de Lucilia Péres (com 42 espetáculos) e o grande transformista Aldo.

Em 1911, dois ótimos conjuntos: Fries-Rentini e Miranda. Dolores Rentini deixaram uma impresbo indelevel no nosso pùblico. Ainda hoje é rememorada com carinho a figura da grande artista, falecida em Pernambuco, logo após sua estada em Manaus, vítima da febre amarela, quí adquirida.

Em 1912 tivemos o transformista Fredolini e a Companhia Alves da Silva, pela terceira vez entre nós, atingindo dessa feita 54 espetáculos.

A partir de 1913 como expressão da crise que avassalou o Amazonas por espaço de vinte anos, o nosso Teatro raras vezes abriu suas portas. Quase que somente funcionava para festas cívicas, conferencias literárias ou políticas, raros espetáculos de amadores e entrega de diplomas escolares.

Em 1913, tivemos a Companhia Portuguêsa "Aguia de Ouro", do Pôrto, empresada por Sá Ribeiro. Estreiou com "Casta Suzana".

Em 1916, vimos a Companhia de Lucilia Péres, em 1917 a de Antonio de Souza. Quase todas essas equipes, anos seguidos, eram contratadas pelo empresário Juca de Carvalho.

Mais ou menos por êsse tempo aquí esteve a prodigiosa transformista Fátima Mires.

Em 1917 fez-se ouvir, no Teatro Amazonas, a notavel violinista Josefina Robledo. Em 1923, a pianista Tatá Level e o contrabaixo Maestro Guido Gallignani. No mesmo ano, qui esteve o

contrabaixo Maestro Guido Gallignani. No mesmo ano, aquí representou a Companhia Maria Lino.

Em 1924, ouvimos o violino de Yvan Tcherkossoff. No ano seguinte, tivemos a Companhia Maria Castro.

Ao tempo do govêrno Ephygenio de Salles, esteve entre nós Vicente Celestino com sua Companhia de Operetas.

De 1930 para cá teem representado no palco do Teatro Amazonas as Companhias de Jaime Costa, Lyson Gaster, Renato Vianna, Teixeira Pinto, Raul Roulien, Alma Flora e Mary Lincoln — Pedro Celestino.

Em épocas diversas vários conjuntos de amadores se teem apresentado com sucesso: o Grupo "El Dorado", o Grupo "Gil Vicente", o Grupo "Tiradentes".

Ultimamente, a veneranda casa reanimou-se com os moços do Teatro Escola, conduzidos pela experiência de João Braga. A vitoriosa iniciativa de Gebes Medeiros estreiou com extraordinário sucesso apresentando "Yayá Boneca", peça de Ernani Fornari.

Além de tantos famosos conjuntos, o Teatro Amazonas acolheu solistas célebres, nacionais e estrangeiros. Lembramo-nos, além dos já mencionados, Lucinda Soeiro, Bidú Sayão, Guiomar Novais, Oscar Nicastro, Pery Machado, Larangeiras, Helena Coêlho, Helena Nobre, Ana Carolina, Blanca Antony, Reis e Silva. Entre as declamadoras, recordemos Maria Sabina, Nenê Barukel, Leticia Figueiredo (tambem compositora e cantora) e, maior do que todas, Margarida Lopes de Almeida.

Não faz muito tempo já assistimos as apresentações, todas felizes, dêsse benemérito movimento que foi a Instrução Artística do Brasil. E, ultimamente, lá ouvimos dois magos do piano, dois Arnaldos: Arnaldo Rebelo, nosso conterrâneo, e Arnaldo Estrêla, artista admiravel, completo. O maior dos nossos músicos, Maestro Villa Lôbos, no começo de sua carreira artística, quando ainda violoncelista da orquestra da Companhia Miranda, apresentou-se a 7 de Setembro de 1912. No programa do festival que então organizou, figuravam números de violino pelo Profes-

sor Tancredo Furtado, uma conferencia sobre "O Namoro" de Renato Vianna, piano a quetro mãos pelas meninas Clelia Chaves e Milburges Bezerra, hoje Senhora André Araujo, piano pela Senhorita Sylvia Jardim e Maria Valente do Couto, violino pela Senhorita Celeste Maia, hoje Senhora Clicerio Vieiraa.

Dos festivais memoraveis, lembraremos, entre outros, o do Professor Joaquim Gonzaga, a 7 de Maio de 1916, com a colaboração do regente João Donizzeti, da soprano Senhorita Pátria Ramos, do Dezembargador Paulino de Mello e do Dr. Gentil Bittencourt ao violino, do barítono capitão-tenente Paulo Emilio, do coupletista Roberto Roldan e do maestro Sobreira Lima.

Recordaremos, ainda, o festival promovido por Sobreira Lima em 2 de Abril de 1917, em que figuravam uma palestra sobre "A influencia benefica de Satan" pelo Dr. Jorge Severiano Ribeiro, números de canto pela Senhorita Heloisa Miranda Leão, violino pelo Sr. Raul Antony e flauta pelo próprio Sobreira Lima.

.Não temos elemento para fazê-lo e sería fastidioso referir todas as festas de arte desenvolvidas no palco do Teatro Amazonas. O Maestro João Donizzeti foi o ensaiador e diretor de alguns espetáculos inesqueciveis. Evocaremos, entre outros, o que o nosso Amigo organizou em homenagem ao Interventor Alfredo Sá, em 1925; um, promovido em homenagem ao presidente Washington Luiz, em que um grupo de valorosas artistas amazonenses representou seleções de "A Gueisha", "A Mascote" e da "Cavalaria Rusticana"; e em 1936, o magnifico espetáculo comemorativo do centenário de Carlos Gomes.

DIRETORES — Deve haver, aquí, uma referência para os diretores do Teatro.

paravelmente ligada à crônica do Teatro, onde ensaiou e regeu

João Donizzeti Gondin, artista veterano, cuja vida está inse-
e a que tambem dirigiu por muitos anos, vale por um arquivo andante dos seus fastos, em muitos dos quais participou como grande animador da arte que sempre foi entre nós.

O historiógrafo Bento Aranha, minucioso pesquizador do nosso passado, filho do grande João Baptista de Figueiredo Tenreiro

Aranha, primeiro Presidente da Província do Amazonas, foi diretor do Teatro no govêrno Antonio Bittencourt.

Fôram diretores, tambem, o sr. José da Silva Gayoso na gestão Constantino Nery, e o poeta Th. Vaz na gestão Jonathas Pedrosa. O velho Joaquim Teixeira de Moraes foi, durante muito tempo zeloso e dedicado administrador ,

Olympio de Menezes, inspirado artista, foi seu diretor na gestão Ephygesio de Salles, orientando as reformas que então sofreu a casa, auxiliado por Branco Silva, pintor conterrâneo, que o dirige atualmente. ,

O TEATRO E A POLITICA — Nestas notas desordenadas que aqui estamos lançando às pressas, recordemos a famosa "Canção de Fé e Esperança", que Alvaro Maia recitou no seu palco, a 23 de Novembro de 1923, quando se comemorava a passagem do centenario de adesão do Amazonas à Independencia.

Em campanha politica, lá se fizeram ouvir Nilo Peçanha e J. J. Seabra, então candidatos respectivamente à Presidencia e à Vice-Presidencia da República. ,

Recordemos o grande banquete oferecido a Washington Luiz, quando da sua visita em 1926, como Presidente da República.

Outro ágape memoravel foi o efetuado no Salão Nobre, em homenagem a Juarez Távora, um dos próceres do govêrno revolucionário de 1930. ,

Nos nossos dias, a respeitavel casa tem vivido horas de intenso entusiasmo cívico, nas oportunidades das grandes convenções partidarias que lá se teem realizado. (*)

(*) Publicado em "O Jornal", de Manaus, de 31|12|1946.

Crônicas da Cidade Velha

Mario Ypiranga Monteiro

O Arruador (1)

Entre os vários tipos singulares encontrados pela Província na Comarca de São José da Barra do Rio Negro, em 1850, figura o Arruador. Era um elemento da engrenagem da velha máquina administrativa reinol, para cá transferido. Até hoje ninguem procurou realizar uma demorada investigação derredor dessas curiosas personalidades, nem sôbre a formação do Município de Manaus, descrevendo a entrosagem emperrada de há século e

---

1— Arruador — que arruava a cidade, isto é, dispunha as ruas em alinhamento. Lemos em "Vida e Morte do Bandeirante", de Alcântara Machado (39, São Paulo, 1943): "E fá-lo nestes têrmos: mande V. mercê... os medidores desta vila com qualquer oficial de justiça me não meter de posse dos chãos e **arruar-me**". (grifo do autor).

Era propósito do autor escrever uma série de crônicas, reconstituindo tipos e aspectos da Província. Esta série começou com **O Aguadeiro**, mas em virtude da abundância de material coletado, aquilo que eu julgava dever constituir uma simples cronação histórica, saiu uma monografia. O Arruador, entretanto, não deu mais que as referências aqui transcritas, apezar das buscas realizadas nos arquivos. Constitui um documentário idôneo, apezar dos elementos subsidiários rarearem. No portentoso Dicionário de Frei Domingos Vieira vem o têrmo "arruar" com várias acepções, por exemplo: "abrir ruas, dispor em ruas uma cidade, um jardim, etc. Rondar, revistar as

meio, quando servir à administração constituia um dever irretribuivel e não uma sinecura (2).

De fato, a todos os cidadãos, sorteados por escrutínio, cabia a indefectivel obrigação de constituir essa admiravel conjunção de fôrças que orientava a economia e a sociedade de antanho. E não seriam poucas as vezes que vereadores impugnavam atos atrabiliários partidos de cima, escudando-se naquêle famoso Código de Vereadores promulgado por D. Pedro I, a 1º de outubro de 1828, e que lhes dava absoluta garantia no exercicio das funções.

O Arruador, de que nos vamos ocupar, era um dêsses apagados engenhos cuja ausência tornaria impossível a marcha do mecanismo social do Municipio. Quando a capital da futura Província do Amazonas foi transferida de Barcelos para o Lugar da Barra (São José da Barra do Rio Negro), já existia o Arruador. Com a mudança, mudaram-se também os servidores. E o Arruador com êles.

Compulsando os volumosos "in-fólios" no Arquivo da Prefeitura Municipal de Manaus, relativos aos primeiros anos do século passado, deparamos com várias notícias sôbre a personalidade obscura do Arruador. A primeira é de 1830 (3). Sete anos depois aparecenos outra. Na sessão da Câmara Municipal, realizada no dia 7 de julho de 1837, o vereador Estanislau Joaquim dos Santos apresentou uma indicação sôbre a propriedade dos chãos

---

ruas. Distribur certos oficios em ruas determinadas". E esta citação do Canconeiro Geral:

Arruando bem as ruas,
Alimpando freguesias".

(2) — Nem o Arruador, nem os Fiscais, e muito menos os Vereadores, recebiam proventos pelos serviços prestados à Comuna. Sorteados, não podiam fugir à obrigação, a menos que impedimentos reconhecidos satisfizessem as exigências dos imperatvos.

(3) — "Posturas Policiais da Câmara Municipal que se devem observar nesta Vila de Manaus e seu têrmo, até que sejam modificadas ou aprovadas pela Assembléia Provincial.

"Art. 1.º — Toda e qualquer pessoa que levantar edifícios na vila, ainda mesmo com licença da Câmara, sem

e edificações, afim de que se não permitissem os bêcos que afeiavam a cidade, ficando responsavel por essa determinação o Arruador. Cabia-lhe, portanto, zelar pela estética urbanística, observando com rigor as medidas que o Código dos Vereadores ou o Código de Posturas Municipais incluissem. Assim, com a criação do Município, aparece no Lugar da Barra o precursor dos nossos Engenherios ou técnicos, em urbanística. Apezar da forma primária da nossa sociedade em nascença, a entrosagem administrativa já apresntava em seu molde uma ligeira modificação (4).

Ao Arruador estavam afetas as atribuições dos engenheiros. Era êle quem assinalava os limites dos bairros e marcava o alinhamento às ruas. Procedia com o fiscal no que se referisse à limpeza das artérias e respectiva construção das casas, nem sempre levantadas dentro das normas previstas, daí a existência de bêcos e passagens es-

---

que para isso consulte o Arruador para conhecer do alinhamento, será condenada e pagará de multa mil réis".

Lê-se no livro dos Vereadores, comentado pelo dr. Augusto Teixeira de Freitas:

VII

VISTORIAS MUNICIPAIS

Designado o dia para a vistoria, apresentar-se-ão ao lugar em que ela tiver de ser feita — o Fiscal, o Arruador da Câmara, o Engenheiro, o Procurador e a parte interessada".

(4) — A parte municipal brasileira foi dada pela lei imperial de 1.° de outubro de 1828. Então a organização municpal diferia do velho modelo português. De acôrdo com o Código do Processo Criminal, outorgado em 1832, que continha as instruções sôbre a organização dos Municípios, o de Manaus fôra instalado a 21 da dezembro de 1833. Era então governador da Província do Grão-Pará, de que o Amazonas dependia como Comarca, o dr. José Joaquim Machado de Oliveira. Destarte, o Município de Manaus começou pela simples Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Tarumã, depois o Povoado da Barra, mais tarde o Lugar da Barra e por fim à Vila, com a criação da Câmara. Veio a seguir a Cidade. Só começou a

treitas e escuras. O Arruador também colocava os célebres "marcos" e os "postes", que indicavam o alinhamento preciso das travessas, ruas e praças. Os "marcos" eram a princípio de madeira e ficavam nas esquinas. Eram chamados "frades", talvez que em alusão à sua forma oblonga. Mais tarde passaram a ser construídos de granito e chegaram até ao nosso século (5). Os "postes" sustentavam no alto duas taboletas entre-cruzadas, onde estavam escritos os nomes das ruas, travessas ou praças. A nomenclatura das ruas era pintada em negro sôbre fundo verde.

A primeira nomeação para Arruador, já quando Manaus capital da Comarca de São José da Barra do Rio Negro, aparece no ano de 1845. Na sessão da Câmara Municipal, referente a êsse ano, notamos uma deliberação sôbre a nomeação, que recai na pessoa de Antonio José da Silva Guimarães na vaga do cidadão António Pedro de Leão, que se demissionára em 17 de abril. No dia 24, o Arruador nomeado prestava o juramento do estilo, sôbre os Evangelhos, segundo a forma processual.

Em 1846, a 6 de maio, era nomeado Luciano Ferreira, por ter pedido demissão do cargo o antecessor(6). Êste último havia prestado seu concurso à Câmara até o ano de 1850, quando parece haver sido substituído, consoante se depreende do texto das atas, referente ao dia 12 de abril,

---

existir verdadeiramente o Município, séde do Têrmo, com a elevação do Lugar à predicação de Vila. E de acôrdo com as instruções baixadas a 14 de agosto de 1834, o Têrmo foi dividido em três distritos municipais, compreendidos pelos da: Vila, Saracá e Serpa. Cada região distrital compuna-se de 75 casas, com um Juiz de Paz, Escrivão, Inspetores de Quarteirões e Oficiais de Justiça. A Constituição de 1891 deu plena autonomia aos Municípios.

(5) — A designação de "frades" não é regional. Assim eram chamados na Europa os mesmos marcos, portanto o sistema é velho e veio com a colonização portuguêsa.

(6) — O Arruador, como aliás qualquer funcionário da Câmara, não era remunerado, pelo menos nos primeiros anos da instalação da Câmara. Cobrava "emo-

por proposta do vereador Paulo Luiz Ferreira, o qual indicava a necessidade de "haver um Arruador, não só para o bem público como particular, julgava portanto que a Câmara, tomando em consideração, houvesse de nomear para isso pessoa habilitada à (sic) Luciano Ferreira". A indicação terminava propondo a nomeação de António José da Silva Guimarães para Arruador, isto é, aquêle mesmo cidadão que se demissionára em 1845.

Na ata da sessão relativa ao dia 21 de julho de 1879, aparece um ofício do engenheiro João Mamede Junior, pedindo o lugar de Agrimensor da Câmara. Da ata do dia 25, do mesmo mês e ano, transcrevemos a referência "ao engnheiro civil que serve de arruador João Mamede Junior, para dar o devido alinhamento no prédio que pretende o suplicante (Silva & Cia.) levantar".

Vê-se, pois, que o Arruador não era um qualquer, a quem se confiava a estética da cidade. Êsse engenheiro João Mamede Junior fez uma planta de Manaus, que não encontrei nos Arquivos, por mais que me empenhasse (7). Requereu demissão, como consta da ata do dia 1° de abril de 1856, mas a Câmara declarou que só poderia considerar-se demitido, de acôrdo com o contrato firmado, art. 5.°, no dia 22 de maio. Foi demitido no dia 1° de abril, reza a ata do dia 11 do mesmo mês.

Já agora aquela primitiva figura colonial estava perdendo a sua característica pitoresca. Passou a chamar-se

---

lumentos" e instituia multas. Não podia demissionarse até que se arranjasse um substituto. Alguns solicitavam o lugar, empenhando-se mesmo junto às autoridades para obtê-lo. A demissão era dada pela Câmara, quando bem entendesse, dentro do tempo marcado para a prestação do serviço. Assim, o despacho da douta Câmara de Manaus, no pedido de demissão do Arruador António de Souza Guimarães, é drástico e caracteriza perfeitamente os costumes da época:

"... não tem lugar o pedido do suplicante enquanto não aja (sic) outro para substituir em seu lugar".

(7) — A planta da cidade, levantada pelo Arruador engenheiro João Mamede Junior, por solicitação do Presidente da Província, João Batista de Figueiredo Tenrei-

Agrimensor, e para exercer êsse mistér só eram nomeadas pessoas graduadas em engenharia. E firmavam contratos por tempo determinado. Em 1856 deliberou a Câmara arruar a cidade. Existe na ata do dia 18 de março, essa disposição que ressalto aqui para desfazer uma dúvida que paira sôbre a identidade do igarapé do Espírito Santo (8): "que se comunicasse ao respectivo agrestansor (sic) para que alinhasse as ruas, travessas e praças desta Cidade, conforme oferecesse e se acomodasse o terreno dos três bairros — Matriz, Espírito Santo e Remédios; devendo neste último tomar por base a rua que desce (sic) da Igreja daquêle nome para baixo, visto que não convém basear-se para aquéle fim pelas ruas que partem do Espírito Santo e findam no Igarapé denominado — dos Remédios".

Na ata da sessão do dia 23 de dezembro de 1857 há uma indicação do vereador Wilkens de Matos para que "o agrimensor não desse alinhamento a edificação, enquanto a Câmara não resolvesse sôbre os melhoramentos requeridos pela cidade, concernentes às novas ruas, alargamento e direção das existentes".

---

ro Aranha, consoante faz crer a ata da Câmara, referente ao dia 27 de junho de 1860, teria ligação, remota que fôsse, com a planta da cidade organizada pelo mesmo Presidente em 1852. Possuimos um belo exemplar, a côres, dessa planta, impressa em 1897 e desenhada por J. Bernet, na escala de 1 | 10.0000.

(8) — Querem algumas pessoas, que o igarapé conhecido por Espírito Santo, hoje aterrado, seja o mesmo igarapé dos Remédios ou do Atêrro. E' um engano que se desfaz com a documentação excelente rebuscada nos arquivos. A própria planta a que me referí, assinala a existência de dois igarapés: o do Espírito Santo, onde é a atual Avenida Eduardo Ribeiro e o dos Remédios ou do Atêrro, que descia pelo trecho compreendido pelas Avenidas Getúlio Vargas, Floriano Peixoto e praça Tenreiro Aranha.

Planta da Cidade de Manáos, de 1852

A Cidade Velha

Dissemos alhures que no Lugar da Barra "os arruamentos faziam-se pela necessidade urgente das comunicações", não obedecendo a nenhum plano urbanístico, não seguindo nenhuma disposição oficial os alinhamentos das ruas e as construções residenciais. A distribuição das ruas do antigo lugar era semelhante, com efeito, ao que notamos numa aldeia de povos mais ou menos bafejados pela civilização. A Barra, São José da Barra do Rio Negro, possuia, em 1832, nada menos que onze ruas e uma única praça e o perímetro urbano era limitado, ao norte, pelo igarapé de São Vicente e bairro da Campina, ao sul pelo rio Negro, a éste pelos igarapés da Ribeira (depois do Seminário) e a léste pelo rio Negro e ilha de São Vicente de Fora. Foi dentro desse acanhado perímetro que a Barra viu os luminosos e agitadíssimos dias da Independência brasileira e conquanto Bento Aranha nos dê um âmbito muito maior, ficamos com a documentação qu nos guiou, mesmo porque Bento Aranha cometeu sérios erros ao descrever Manaus de outrora. Só com êsse número limitado de ruas e com a única praça existente, a futura urbs começava o seu progresso lento. A planta da cidade dá-nos ainda hoje a visão real do que podia ter sido a Barra. Olhe-se para aquêle trecho apertado entre a avenida Eduardo Ribeiro (antigo igarapé do Espírito Santo) e o igarapé de São Vicente; alí está a cidade colonial com todos os caraterísticos essenciais: ruelas tortuosas, quarteirões pequenos, quêlhas estreitíssimas, mal niveladas, casas estilo colonial. O nivelamento da cidade só foi iniciado depois de 1870. Antes a cidade ou a vila, para falarmos mais cronologicamente, estava construida ao sabor do acidente físico, entre uma série de pequenas colinas, arrazadas para o conveniente atêrro dos igarapés. Mas não completamente nivelada. O curioso da cidade de Manaus está naquêle trecho referido que constituiu o ponto inicial de sua evolução e onde estiveram chantados o pelourinho, o forte de São José da Barra, a primitiva igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o palacete dos governadores, o depósito de material bélico, a olaria, a fábrica, etc. Dêsse âmbito para fora a cidade tem sêde de espaço, atira os tentácu-

los para os pontos da rosa, penetra a mata, elimina-a. Vão aparecendo primeiramente os caminhos. Caminho da Cachoeira Grande. Caminho da Cachoeirinha. Caminho dos Remédios. Depois êsses caminhos converteram-se em estradas. A expressão estrada para aquêle tempo é muito diferente dos nossos dias. Aparece a estrada do Cumã. A estrada de São José, que é a mesma da Cachoera Grande. A estrada da Cachoerinha, a dos Remédios, etc. A cidade salta sôbre os cursos dágua. São transpostos os igarapés do Espirito Santo para o quarteirão dos Remédios e bairro da Cachoeirinaa. Aparecem as pontes tôscas, simples pontilhões. Ponte dos Remédios, Ponte Barca (1). Um progresso lento mas seguro, um progresso que ainda vai escandalizar Madame Agassiz, mais tarde, e outros viajantes. Há então a necessidade de dar-se nivelamento às casas cuja construção era típica: escadas de pedra vinham dar para a rua e muitas vezes "cercados" na frente delas impediam o tráfego. Os documentos que compulsamos estão cheios de reclamações contra o abuso de fechar-se as ruas com cêrca de pau a pique. Ainda em 1880 um personagem de influência em Manaus é chamado à ordem por abusar dêssa prática. (2) O feio, o acanhado, está naquele trecho que vai do litoral (beira mar), onde esteve a fortaleza, ao largo do Quartel e da ilha (hoje península) de São Vicente de Fóra (local do antigo cemitério e lazareto, depois que foi fechado o cemitério da praça da Trincheira) ao igarapé do Espírito Santo. Já m 1850 a vila de Manaus está crescida. Possui o quarteirão dos Remédios (quarteirão tinha o significado de bairro), com algumas ruas; rua Larga dos Remédios, rua Direita dos Remédios, rua de Francisco Careiro, etc.; o quarteirão da Campina, além do igarapé de São Vicente e da Cachoeirinha. As ruas, porém, continuavam as mesmas no perímetro citadino,

(1) Descobrí, em um manuscrito antigo, que essa Ponte Barca era de vai-e-vem, navegada por cabos presos às duas margens do igarapé do Espirito Santo, no local entre o estabelecimento comercial "A Cosmopolita", ou mais além, para o lado dos Remédios, retirada quando do atêrro do igarapé do mesmo nome.

(2) Dr. Jonatas Padrosa.

só havendo notícia de algumas praças mais: o largo da Matriz, o do Qualtel ou do Pelourinho, da Pólvora, da Alegria. Êsse aspecto urbanístico não melhorara ainda em 1865, pois as ruas, sem calçamento, empoçavam a água, obrigando as mulheres, no dizer de Madame Agassiz, a saltar sôbre elas com os vestidos sungados. Também não possuiam nomenclaturas oficiais. Os personagens mais influentes, ou apenas caracteristicas singulares, davam-lhe nomes; rua de Henrique Antony ou rua da Estrela, travessa das Gaivotas, rua de Bacury, rua dos Armazens, bêco do Pelourinho, bêco de José Casemiro, rua do Sol, rua da Ponte, etc. Algumas dessas ruas antigas foi impossivel localizar, mas ainda não perdi a esperança de desencantar o mistério em que jazem há mais de um século; só sabemos que de fato existiram pelos pedidos de "chões" circunscritos às suas áreas. Dessas ruas ainda existem tal qual em 1800 algumas caracteristicas que nos dão a certeza de sua posição, tal a rua do Trem, a do Sol, a da Lua e a da Estrela. Assim como não havia nomenclaturas oficiais, também não havia placas e numeração. Só muito mais tarde foi reconhecida a necessidade de se colocar dísticos nas esquinas, quando a cidade cresceu. Em compensação a Barra possuia tipos curiosos, responsaveis pelo seu embelezamento: o aruador e o fiscal, de que proximamente falamos.

A primeira numeração das casas foi feita em 1834, havendo gasto a edilidade a fabulosa soma de 4$800. Quando presidente da Província, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, oficiou à Câmara, lembrando a conveniência e necessidade de com urgência mandar designar as ruas, travessas e praças dos três bairros (São Vicente, Espírito Santo e Remédios), bem como mandar "desembaraçar as ruas e travessas que se encontravam impedidas por cercados". Isto se lê na ata da sessão da Câmara do dia 5 de maio de 1852. Consta de uma resolução número 46, de 15 de junho de 1855, da autoria do então presidente da Província, em exercício, bacharel Manuel Gomes Correia de Miranda, haver "mandado inscrever novamente os letreiros das ruas, travessas e praças desta Cidade", e a proceder a numeração das casas, "devendo em cada rua ou travessa se começar sempre do nº 1 em diante", incorrendo a Câmara Muni-

cipal em multa de 30$000 "por falta de cumprimento dos deveres dos Artigos", etc. Dispendeu-se com êsse melhoramento a quantia de 45$000. A lei número 29, de 31 de julho de 1893, da autoria do presidente da Intendência, António Gonçalves Pereira Sá Peixoto, autorizou a Superintendência, "a contratar mediante concurrência pública, o serviço de colocação de placas de denominação de ruas e numeração de casas", sendo as placas "de ferro esmaltado de ambos os lados, tendo letras brancas sôbre fundo azul". O contratante dêsses serviços foi o cidadão José Batista Pereira, que de acôrdo com a lei número 57 de 25 de outubro de 1894 o transferio a Augusto Pires, tendo aquêle sido multado pelo não cumprimento do estipulado no contrato e relevada a multa pela lei número 59, de 27 de outubro do mesmo ano. A lei número 118, de 8 de fevereiro de 1898, autorizou o Superintendente a mandar colocar as placas de numeração de casas e designação de ruas e praças, ficando estensivo êsse beneficiamento aos bairros de São Raimundo e Colônia Oliveira Machado. Nos nossos dias, novo sistema de numeração foi posto em usança, na administração municipal do doutor Pedro Severiano Nunes, de acôrdo com o estabelecido na lei número 1.059 de 22 de outubro de 1920. Fez êsse serviço o industrial Henrique Martins. As placas de numeração e de nomenclatura das ruas e praças, continuam obedecendo ao modêlo azul com caractéres brancos, não sendo, porém, uniforme, pois existem numerações de metal e placas de mármore branco, sendo êsse tipo adotado pelo superintendente doutor Basílio Torreão Franco de Sá, em 1920.

Os Atravessadores

Como o regatão, o atravessador constitui um tipo curioso pela sua sobrevivência e que já aparece no cronicon provinciano com a característica singular de ser o interferente entre o agricultor e o consumidor de gêneros alimentícios. Mas o regatão é um tipo estranho à paisagem amazônica, ao passo que o atravessador é originário dela, é um produto da própria situação crítica em que se encontra o povo para a aquisição dos gêneros de primeira necessidade. Com efeito, o regatão transportou o seu

original sistema de venda a escambo da metrópole, onde o vamos surpreender, no reinado de dom Afonso IV. O regatão era o tipo do vendedor ambulante, que negociava a retalho, e êsse mistér somente era cometido aos indivíduos das classes mediana e baixa, que pagavam, para exercê-la, um imposto denominado siza. E' portanto um tipo importado, que se adaptou ao meio. Na Amazônia não havia, como não há, estradas que possibilitassem o desenvolvimento econômico. Os chamados "caminhos que andam" foram utilizados pelo regatão, que trocou aqui a mula pela galeota. E o travessador? Desconhecemos a origem dêsse tipo que se elege por responsável pelo encarecimnto da vida, interferindo desastrosamente, na economia citadina.

Vamos encontrar as primeiras referências oficiais ao atravesador em 1868, mas arreditamos que elas se estendam a épocas mais distantes. O mal que êsses sonegadores de impostos e encarecedores da vida nos causa hoje é orgânico. Naquele ano eram pedidas providências severas para coibir a interferência desabusada dos negociantes. Na sessão da Câmara Municipal do dia 9 de março daquêle ano, o vereador José Coelho de Miranda Leão indicava que a Câmara pedisse ao Presidente da Província auxilio "no sentido da extinção dos atravessadores das praias, dos gêneros alimentícios, visto não ser possivel à mesma Câmara providenciar por uma maneira completa sôbre êste assunto e o estado de penúria em que se achava a população da cidade pela carestia e falta dêstes gêneros.

Singular paralelismo econômico. A mesma tragédia a que nós assistimos indiferentemente hoje. Nós e as autoridades, para quem o impagável doutor Pangloss criou a sua mística filosofia de carneiro. Não há diferenciação nenhuma. E o atravessador só fez multiplicar os processos de assalto à escarcela do povo. A bandalheira continua, ativa de um lado e passiva do outro lado. E os atravessadores amealham hoje com a mesma facilidade com que enriqueceram ontem à custa da miséria popular.

Em 1877 a situação ainda era a mesma, sem que providências enérgicas tivessem sido tomadas pelas autoridades. A 1 de setembro do mesmo ano o vereador Sebastião de Lima Bacury propunha, para pôr cobro áquela situação, uma medida drástica que viesse sustar o abuso de pes-

soas que se entregam ao comércio de pôrto em pôrto, pelos rios próximos à cidade, sem que paguem o imposto de regatão." Propunha mais que "pela chefatura de polícia se solicite sérias providências em ordem a que os inspetores de quarteirões exijam a competente licença dêsses indivíduos que se empregam em tal comércio, com o qual não só lezam os direitos provinciais e muni- somo ainda fazem que no mercado se compre os gêneros por preços exorbitantes ao que podem ser vendidos pelos lavradores."

Infere-se daí que as duas personalidades, a do regatão e a do atravessador confundiam-se numa só, o que hoje não acontece, pois ambos encarnam tipos diferentes com características de comércio lícito tambem diferentes. A ata da sesão do dia 8 de junho de 1879 reza o seguinte: "Parte da ronda feita pelo guarda Urbano Lino José da Silva, expondo que alguns negociantes se empregão no negócio d'atravecia (sic) fóra do pôrto da cidade, com os lavradores que trazem gêneros para venderem no mercado." Deliberou-se que seriam tomadas severas providências.

A situação permaneceu inalteravel até os nossos dias. Em 1882, na ata da sessão ordinária (1.° trimestre), referente ao dia 11 de janeiro, encontramos um pedido de providências do fiscal do primeiro distrito para a ação pertinaz dos atravessadores, em virtude de não existir no Código de Posturas disposição alguma que proibisse aquela atividade. A Câmara resolveu "que os fiscais à vista do artigo 112 do código de posturas" podiam "usar da disposição do artigo 19 do Regulamento do Mercado, que contém em si uma postura sôbre travessia de gêneros alimentícios, convindo que se recomende ao Administrador do mercado, que preste todo auxilio e coadjuvação aos ditos fiscais, no cumprimento da referida postura."

Ficou tudo na mesma. O fiscal do 1.° distrito, em 12 de junho daquêle ano, dirigia-se à respeitavel Câmara de Manaus e esta resolveu solicitar ao "delegado encarregado do expediente da polícia", que fizesse colocar "diariamente das 6 da manhã às 9 do dia e das 3 às 6 da tarde duas praças de polícia para auxiliarem os fiscais do 1.° e 2.° distritos no cumprimento das posturas municipais."

A situação continuou e cada vez mais se desenvolvia a ação dos atravessadores e regatões, confundidos numa mesma profissão. Em 1883 o vereador Pará, em sessão realizada no dia 10 de abril, propõe que a Câmara solicite ao Presidente da Província entre outras causas, patrulhas para as rondas diurnas e noturnas do litoral, afim de evitar que a farinha que chegasse com destino ao mercado fôsse desviada pelos atravessadores.

Ainda hoje os atravessadores constituem uma organização que deveria possuir um sindicato ou uma diretoria, porque ela é tradicional em nossa terra e tem feito tanto mal à nossa economia como os marreteiros e açambarcadores, que tambem hão de passar à história.

As Festas do Espírito Santo

Manaus está perdendo aos poucos aquêle aspecto de cidadezinha burguesa de há cinquenta anos atrás, quando das próprias condiçõs do ambiente e da sua vida humana dependiam as sobrevivências religiosas que ainda hoje surpreendemos ao vagar nas indagações levadas a efeito.

Determinados usos e costumes ainda sobrevivem, em resquícios, mas sem aquêle característico que os tornaram interessantes aos olhos deslumbrados dos cientistas que no século passado nos visitaram. Um dêsses costumes era festejar-se , com grande pompa, o Divino Espírito Santo, e êsses festejos duravam de 15 a 30 de maio. Acreditamos, aliás baseados em informações mais ou menos concretas, que o costume dessa comemoração procedesse diretamente da metrópole, possivelmente estivesse ela arraigada entre os negros, pois certos traços condizem bem con a influência africana.

Há uma ligação psicológica entre o nome do igarapé central da cidade,. chamado Espírito Santo, e as festas comemoradas na segunda quinzena de junho, com uma procissão triunfal cujo itinerário obedecia invariavelmente à mesma rotina. A atual avenida Eduardo Ribeiro, ex-igarapé do Espírito Santo, era o caminho seguido pelo imponente cortejo que atraía grande massa popular, autoridades civis e militares, a Câmara, o Presidente da Província e elevado número de escravos e índios remeiros. Com respeito a essa parte dos festejos, a própria Câmara

Municipal se encaregava de fazer dizer uma missa oficial, sendo celebrante o Vigário. Encontramos um documento que nos elucida bastante sôbre essa parte, embora dêle não se possa concluir grande cousa. Sabemos entretanto que em 1855 a Câmara preocupava-se com as festas em honra ao Divino. Construiam-se, então, no arraial (1) em frente ao adro da capela Matriz (2), tal como ainda hoje, as barraquinhas onde se vendiam gulodices, e se disputavam jogos como o das argolinhas, etc. Bebia-se muita aguardente de beijú, produto de uma fábrica montada no ano de 1841.

As animadíssimas festas realizadas em honra do Divino Espírito Santo há uns noventa anos atraz, falavam mais eloquentemente dos nossos bons costumes cristãos do que as pouquíssimas que hoje vemos comemoradas pela Igreja romana. E si tú és mais velho quarenta anos do que eu, leitor amigo, ainda podes guardar boas recordações do passado e dizer como elas se efetuavam num ambiente de plena satisfação e de misticismo. O festeiro era um cidadão que morava, segundo as informações mais certas, no sítio do Curarí, próximo à cidade, e dalí partia a procissão fluvial. O Retiro Cantagalo era uma casinha rústica, estilo colonial, de telha vã escorrida e janelas de guilhotina. Demorava na esquina da rua da Palma (atual rua Saldanha Marinho) e a casa de residência ficava distante da rua cêrca de uns bons trinta metros.

---

(1) O arraial, que ainda hoje se usa fazer frente às igrejas e até por particulares, não é mais do que uma sobrevivência feudal. Veio da idade média, com tôda a sua galhardice. Atualmente estão perdidas certas particularidades, como o levantamento do mastro (revivescência dos Cruzados), o jôgo das argolhinhas, as cavalhadas, as sortes, etc. Num dêsses arraiais em frente à igreja de Nossa Senhora da Conceição foi que apareceu pela primeira vez em Manaus a "máquina falante", o gramofone, ou a vitrola de hoje.

(2) A matriz a que nos referimos aqui é a velha, da praça da Trincheira, incendiada na noite de 2 de julho de 1850. Depois é que se construiu a atual.

Ladeavam-na árvores frondosas e um renque de arbustos marginava o caminho que ia ter à frente da moradia. Residia nessa casa um respeitavel senhor que fôra administrador das oficinas do Diário Oficial, no tempo em que aquêla órgão do governo ainda funcionava na rua Barroso. Mas nem sempre o festeiro era o proprietário do Retiro Cantagalo pois que os padres da Igreja Matriz encarregavam-se das celebrações oficiais. Entretanto, a procissão solene e o novenário realizavam-se na casa adrede escolhida, onde ficava em exposição permanente o estandarte.

Essa procissão fluvial era realizada à noite, entre luminarias e espoucar de rojões. Na galeota principal, vinha o Imperador da festa, com o Divino e os padrinhos ou noitários, que eram sempre as pessoas mais influentes do Jatuarana. Na cidade tomavam parte nas festividades religiosas o presidente da Província, Vereadores, etc. Seguia-se após a longa, a interminavel fila de canoas, enfeitadas de palmas, tripuladas por moradores de outras localidades próximas à capital e de residentes. As possantes canoas de itauba, festivas singravam a corrente. As tripulações entusiasmadas pelo sopro vivificador da mística religiosa e pela forte aguardente de beijú, largamente distribuida, manejavam com vigor os remos, acompanhando a ladainha que o imperador puxava. Enquanto a procissão fluvial subia o igarapé do Espírito Santo na fôrça do remo, os da cidade, pelas margens, soltavam as rouqueiras, não menos entusiasmados. As vigorosas mulatas, enxutas como soiam ser as filhas do cruzamento do português com a preta, de servilhas (os calçados de então) e mantas berrantes, vestidos de cambraia endurecidos à goma de tapioca, entregavam-se aos responsos com unção, antes da pândega final.

Longos paus breados iluminavam as canoas e o cortejo, asim, parecia mais estranho, mais bárbaro, refletido nas águas murmurantes do igarapé. E pela corrente abaixo, em deriva, bubuiando, como nenufares estranhos, as lâmpadas improvisadas, de cáscaras de laranja da terra. Para se obter essas lâmpadas, estraia-se o gomo das laranjas e enchiam-se de azeite de peixe-boi, fixando-lhes uma mecha de algodão. Soltas assim às dezenas na água, essas luminárias davam um toque esplêndido ao ritual pagão

onde as cantigas dos negros escravos soavam ao alarido dos trocanos indios.

Desembarcando o pavilhão do Espírito Santo, era recolhido à casa de um festeiro qualquer, enquanto duravam as cerimônias religiosas na Igreja. (3) E começava o bródio. O arraial em frente à casa, no terreiro ou quintal, era iluminado feericamente quasi pelo mesmo sistema: as cascas de laranjas eram substitutidas por vasos de barro cheios de azeite, presos a forquilhas fincadas no chão. Êsse sistema de iluminação surtia mais efeito que as velas de hoje. Vigorou até ser substituido pelas lamparinas a nafta. As festas terminavam sempre de sábado para domingo e aí dansava-se a desfeiteira, o cotilon, e cantava-se, entre outras modinhas a célebre na época, a "Tapuya", cuja letra e música incluiremos no seu lugar.

---

(3) Era de sêda branca com uma pomba azul e o mastro encimado pelo símbolo do Espírito Santo.

A Conferência da Hiléia Amazônica

A 12 de Março do corrente ano chegavam a Manaus, vindos de Iquitos, os delegados do Brasil e de outros países interessados na Conferência do Instituto da Hiléia Amazonica, realizada naquela cidade do Baixo Amazonas peruano, onde foram discutidos vários assuntos, e outros deixados para serem resolvidos na Conferência de Manaus.

Acharam-se na capital amazonense os Srs. Basiles Malanus, E. G. H. Corner, Luiz Hertzag, Lineu de Albuquerque Melo, D. Heloisa Alberto Torres, Henrique Perez Albelaez, Luiz Alaysa y Paz Soldan, Savelberg, Tobias Laser, consul Murillo Molina, e os Srs. J. Parkinson, Emilio Arenalles.

Como assistentes à reunião estavam presentes os Srs. Anisio Jobim, Pericles Moraes, João Leda, Djalma Batista e Leoncio de Salignac e Souza, comissão estadual representativa do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura, junto à Unesco, no Rio de Janeiro. Como observador por parte do Estado do Pará achava-se o Sr. Mauricio Coelho de Souza..

Na qualidade de intérpretes contavam-se, nomeados pelo Governo do Estado os senhores Manoel Bastos Lira, Carlos Mesquita, Hildebrando Jana e Paulo Resende.

Como é sabido, o Instituto da Hiléia Amazonica foi criado por proposta do Dr. Paulo Carneiro, como representante do govêrno brasileiro junto à Unesco, em Londres, numa das sessões daquela grande e ilustre organização internacional, em 1946.

Tem o Instituto da Hiléia Amazônica por objectivo, em resumo, o estudo da baixada amazônica em todos os seus aspectos cientifico, cultural e educacional.

Presentes os distintos delegados acima mencionados dos vários países que se fizeram representar — Brasil, Bolivia, Colombia, Perú, Paises-Baixos, Inglaterra, Ve-

nezuela, Estados Unidos e de representantes da Unesco, teve lugar a instalação dos trabalhos da conferência, a 12, no majestoso edifício do Teatro Amazonas, previamente decorado para este fim, com uma assistência numerosíssima.

Presidiu à sessão o Sr. Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, Governador do Estado, que declarou inaugurados os trabalhos, depois de uma incisiva e eloquente oração, falando a seguir o Sr. Prefeito Municipal Dr. Chaves Ribeiro e logo depois o delegado da visinha República do Perú, Dr. Luiz Alaysa y Paz Soldan que proferiu um primoroso discurso, pelos conceitos e pela impecavel dição castelhana.

Passou então, no dia seguinte, a Conferência a funcionar num dos amplos salões do Palácio da Associação Comercial, mantendo em todas as sessões uma estreita cordialidade entre os representantes das nações amigas que compareceram ao congresso.

Vários assuntos foram discutidos e aprovados sob a presidência de D. Heloisa Torres, etnógrafa e escritora de raros méritos e representante do Brasil, com o Sr. Dr. Irineu de Albuquerque Melo. Ao ser escolhida por aclamação a cidade de Manaus para sede dos trabalhos e pesquisas da Conferência, filiada à Unesco (Organização Científica, Cultural e Educacional das Nações Unidas), ouviu-se uma longa e estrepitosa salva de palmas.

Usaram da palavra para agradecer a alta distinção que acabava de ser feita ao Brasil, em termos entusiastas, o Dr. Lineu de Albuquerque Melo, a escritora D. Heloisa Alberto Torres, o Dr. Leoncio de Salignac e Souza, pelo Governo do Estado, e o desembargador Anisio Jobim em nome do Instituto Brasileiro de Ciência, Educação e Cultura (IBECC), representado no Estado pela comissão acima apontada.

Trabalhando em duas sessões durante o dia, e despendendo enorme esforço, os referidos delegados encerraram os debates poucos dias depois.

Foi essa conspícua reunião uma das mais notáveis aqui realizadas.

A idéia do Instituto da Hiléia Amazônia representa por sem dúvida, um dos objetivos mais gigantescos que se tem levantado estes últimos tempos.

A terra que forma o grande e fecundo vale setentrional interessa muitos países americanos que confinam com o nosso e a outros que, na vanguarda da civilização, querem concorrer para a maior prosperidade e conforto das nações do mundo.

O espaço que se oferece à curiosidade científica em todos os sentidos, pode dizer-se ainda possuir áreas invioladas, onde a natureza permanece virgem na ostentação das suas rudes arestas.

O sábio entra no recinto para proporcionar aos estudiosos os frutos opimos de suas indagações, em torno aos diferentes aspectos por que se mostra, da contextura do solo, de riqueza da flora e da fauna, do ambiente climático sobre que se vai fazendo luz e despresando, por inexatos e injustos, os conceitos anteriores pessimistas, de seu sistema hidrográfico, tão complicado e difícil de compreender, do habitante descendente de antigas tribos, das quais algumas restam ainda bravias na interlandia, e de toda a sua população.

A floresta é o monumental pórtico verde da planície, os seus inúmeros rios — "estradas que andam" — levam a esses recessos das matas equatoriais.

O pesquisador tem muito que ver, observar, analisar, tem defronte de si quadros magníficos e suntuosos. Em tudo a curiosidade do homem de ciência há que esbarrar, deter-se, para melhor compreender e assimilar os dramas da terra, as forças criadoras do cosmo amazônico.

Em todos os domínios científicos acharão elementos e coisas que requerem atenção do especialista, dos que se dedicam ao estudo dos fenômenos que se operam nos céus, nas águas, e no solo, prodigiosamente exuberante, rebentando ao poder das forças que o animam numa maravilhosa fecundidade.

Este trabalho difícil e complexo vai ser feito por comissões especiais da Unesco, de que são representantes na Conferência da Hiléia Amazônica os Snrs. E. J. H. Corner, Basilio Malanus e Emilio Arrenales. O primeiro foi que apresentou o projeto de organização do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e chefe de Oficina para a Corporação Cientifica da Unesco, para a América Latina; o segundo, grego de nascimento, educado em Paris e na Alemanha, médico conhecido universalmente,

e o Dr. Emilio Arrenales, de Guatemala, é professor de Direito e ilustre advogado e diplomata.

Os outros representantes vêm ao vale do Amazonas trazidos pelo seu idealismo construtor.

Estamos no coração da Hiléia, sentindo as suas grandes pulsações, a trepidação da ssuas energias colossais no meio do sistema arterial, dos seus caudais volumosos, à beira deste extraordinário rio Negro, de renomadas tradições, ao longo do qual se fez primeiro o tumulto da conquista e da exploração da terra estranha.

Nutrimos a esperança de ver em breve o colosso que é o Amazonas, ou melhor a Amazônia, estudada e esquadrinhada em todos os seus angulos, em todas as suas particularidades, e desta larga provisão de conhecimentos possam resultar benefícios ao Estado e ao país e maiores aquisições para a cultura.

São todos eles especialistas em vários assuntos, em sociologia, geografia, ciências naturais, etnografia, direito, enfim em todos os ramos culturais, que fazem a dignidade e a glória de um povo.

Na última sessão da Conferência chegou do Haití, o Sr. Dr. Alfredo Metraux, conhecido antropologista e etnógrafo, de reputação universal pelos seus trabalhos e sua profunda cultura.

A Visita de SS. AA. Imperiais, Dom Pedro de Orleans e Bragança e Dona Esperanza

Ao Instituto Geografíco e Historico do Amazonas

Constituiu impressionante prova de simpatia, a manifestação realizada pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ás pessoas de SS. AA. os principes brasileiros Dom Pedro de Orleans e Bragança e sua nobre esposa Dona Esperanza, que entre nós estiveram em visita durante o mês de outubro do ano passado. Em sessão especial, o Instituto promoveu a recepção oficial aos dignos visitantes, tendo comparecido a ela a família amazonense pelos seus mais seletos representantes autoridades consulares, civis, militares e eclesiásticas.

Aniversário do Instituto

No dia 25 de Março de 1947 completou o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 30 anos de existência, tendo festejado o grato acontecimento com uma sessão solene, a que compareceu um auditório selecto.

Fundado a 25 de Março de 1917, vem resistindo as dificuldades com que lutou para sobreviver, desenvolver os seus objetivos, a sua finalidade, que vai realizando sempre com feliz exito.

Um punhado de homens idealistas, concientes de seus propósitos, fundou a instituição, de cuja falta se ressentia o Estado do Amazonas e que vinha preencher uma das modalidades de seu clima cultural. Idéia generosa e boa, foi de logo aceita por passados construtores do Instituto, uns já falecidos, outros que têm a felicidade de ver crescer e expandir-se o sodalicio, que guarda as tradições do Amazonas, a que hoje reune uma enorme coleção de objetos preciosos e artísticos, do pretérito e do presente.

Tivemos já aqui uma instituição que honrou sobremodo o nosso glorioso Estado — o Museu Botanico, graças ao fervor patriótico do insigne botânico J. Barbosa Rodrigues, sob a inspiração da Serenissima Princesa Isabel, mas, infelizmente não pôde subsistir o Museu que teve uma vida efêmera de poucos anos. Ficou um acervo notavel que se perdeu por incompreensão do valor do arsenal de ricos artefactos indígenas e mil outras coisas, laboriosamente arrecadadas.

Os trinta anos vividos representam uma vitória dos seus membros, perseverantes e firmes, no animar-lhe as atividades, aumentar-lhe o merecimnto e o prestigio no Amazonas, pelo estudo de sua geografia, história, paleontologia, botânica, etnografia, geologia e outras faces porque se apresenta a terra virginal e boa, hospitaleira e

luzente de sol e de glórias que muitas há adquirido na sua evolução política e social.

Foi esta ocasião propícia de o Instituto, segundo deliberação tomada em sessão, empossar a sua nova Diretoria, e tambem conferir os diplomas de sócios beneméritos a dois de seus ilustres sócios fundadores com grande folha de serviços — o Dr. Vivaldo Palma Lima, deputado federal, e o professor Agnelo Bittencourt, ausente, a tratamento de saude, no Rio de Janeiro. Ambos merecedores dessa excepcional homenagem pelos relevantes serviços prestados e valor pessoal.

O professor Agnelo Bittencourt é uma glória do nosso Estado, e um elemento precioso para a instituição, que ele vem guiando com clarevidência e descortino. Membro da Academia Amazonense de Letras e de outras sociedades culturais, fez um grande nome no magistério a que dedicou a sua vida probidosa. Geógrafo, publicista e homem de letras, é um dos valores intelectuais no Estado, tendo publicado a "Corografia do Estado do Amazonas" e outros trabalhos em que se refletem a sua luzida inteligência e ilustração.

O outro homenageado foi o Dr. Vivaldo Palma Lima, tambem historiador, médico e publicista de tradições no Estado para onde veio há longos anos, afeiçoando-se à terra de tal maneira que a ela devotou suas energias e sua inteligência de escol.

A Posse do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves

A Revista do Instituto consigna com especial agrado a posse nos seus quadros de sócio efetivo, do Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, Governador do Estado do Amazonas.

A sessão solene, que se realizou no dia 25 de Março do corrente ano, teve o comparecimento de uma sociedade escolhida, a presença de todas as autoridades, classes sociais e pessoas do povo, assim como foi abrilhantada pela afinada Banda de Musica da Força Policial do Estado.

Abriu a sessão, pronunciando breve discurso, o desembargador Anisio Jobim, presidente do sodalicio, e logo que deu posse à nova diretoria, eleita para o triênio 1947-1950, e ao novo sócio Dr. Leopoldo Neves, passou-lhe a presidência.

Fez o discurso oficial o Dr. Vivaldo Palma Lima, deputado federal pelo Amazonas e orador perpétuo do Instituto.

Decorridos os trabalhos, S. Exc. num feliz improviso, respondeu o discurso do orador oficial, e encerrou a sessão.

A Visita dos Príncipes

Com a presença do senhor governador do Estado, teve inicio a sessão, falando o presidente daquela casa de cultura, desembargador dr. Anísio Jobim, o qual, em vibrante discurso, expoz o significado histórico daquela visita dos ilustres principes, representantes da casa imperial brasileira, sendo bastante aplaudido. Em seguida, o orador oficial, professor dr. Mario Ypiranga Monteiro, pronunciou um discurso simbólico, característicamente regional, que Sua Alteza o principe Dom Pedro de Orleans e Bragança, agradeceu em brilhante e curto improviso, declarando-se, ele e sua esposa, profundamente sensibilisados com a manifestação de carinho. Sua Excelencia o senhor governador Leopoldo Amorim da Silva Neves encerrou a magna sessão, improvisando palavras alusivas à visita dos príncipes, num discurso que recomendou o Estado ás simpatias eternas dos nobres visitantes.

DISCURSOS

Discurso pronunciado pelo Desembargador Anisio Jobim, Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, por ocasião da recepção feita aos Principes imperiais D. Pedro de Orleans e Princesa Esperanza, ao abrir a sessão:

Snr. Governador do Estado.

Altesa

Sereníssimos príncipes.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

O Instituto abre os seus modestos salões para receber a honrosa visita dos principes imperiais do Brasil, o Snr. D. Pedro de Alcantara, filho do principe do Grão-Pará, e sua digna e nobre consorte, a princesa Esperanza de Bourbom.

E' uma homenagem respeitosa que o Instituto presta aos nobres dignitários.

Desde que se anunciou a vinda à Manaus de tão excelsas personalidades, o meio amazonense se movimentou no sentido de manifestar a sua altesa e a serenissima princesa o seu júblico, a sua satisfação por vê-los entre nós. E as expressões de alegria que vêm se suceedndo cada dia, naturalmente, espontaneamente, desde que pisaram o solo baré, são revelações marcantes do respeito, admiração e acatamento que merecem os egrégios representantes da familia real brasileira.

Não podia ficar alheio a estas demonstrações o Instituto Geográfico e Histórico, desde que compartilha do sentimento geral da nossa população.

Apenas com trinta anos de fundação, no curto ciclo de sua existência consagrada à Geografia, à História e ciências que lhe são correlatas, o Instituto póde dizer sem jactancia e sem falsa modéstia, que vai realizando os seus objectivos, os ideais de seus fundadores naquele memoravel dia 25 de Março de 1917. E a prova do que afirmo está consubstanciada na nossa biblioteca, nas

coleções que possuimos de valor inestimavel, na soma de documentos, mapas, roteiros, e preciosidades outras que enriquecem os nossos armários e estantes, como tambem na colaboração eficiente que há prestado ao governo, sempre que o Instituto é chamado, ou ouvido, como órgão consultivo na esfera de suas atribuições culturais.

A nssa revista sofreu interrupção na sua publicação por causas que não foi possivel remover sobrevindas principalmente com as dificuldades da guerra, cujos efeitos ainda hoje sentem todas as nações empenhadas nesse trágico e doloroso conflito.

Dentre as reliquias que conservamos nos nossos arquivos encontram-se variados retratos da família imperial, principalmente do velho monarca D. Pedro II, da Imperatriz, seus ilustres descendentes. Avulta entre eles a figura imaculada do segundo imperador do Brasil que governou com serenidade e animo forte o nosso país durante quarenta e nove anos.

E' hoje um fato assente pelos historiadores imparciais e pelos mais agudos sociólogos que a implantação da República não foi obra pensada, amadurecida, arquitectada propositadamente contra a pessôa veneranda do Imperador, e não estava mesmo nos planos da revolução pacifica de 15 de Novembro de 1889. A proclamação da República foi uma surpreza que o povo assistiu no Rio de Janeiro sem transportes de entusiasmo e aclamações aos seus promotores, conforme os depoimentos do tempo. Mas como a deposição estava feita e o encanecido monarca a caminho do exilio, recebeu-se o novo sistema de governo republicano como um fato consumado.

Não tenho em vista descrever os fatos históricos do Império, desde a Independência até os dias, em que o velho Bourbon teve que deixar o Passo imperial.

Quero aqui apenas salientar que o Brasil muito deve aos nossos principes e monarcas, à D. João VI, à D. Pedro I, ao Snr. Conde d'Eu, à princesa Isabel que o povo crismou de Redentora, à Imperatriz e à este impoluto e sábio D. Pedro II, que foi sempre um grande brasileiro, amando ardentemente o seu país. Era realmente D. Pedro II, bisavô dos nossos caros e excelsos principes aqui presentes, uma figura de veras notavel na ciência,

nas virtudes varonis, no seu alto senso de equilibrio, no seu amor à liberdade e nos sentimntos democráticos.

Por isso mesmo exerceu sobre as massas e mesmo entre as grandes figuras representativas da nação um verdadeiro fascinio pessoal e um inviolavel respeito.

Poliglota, astrônomo, botânico, sabedor de vários ramos de ciência, amigo das artes que incentivou o quanto pôde, realizou D. Pedro de Alcantara uma politica cultural a mais extensiva possivel, principalmente no gabinete do visconde do Rio Branco. Seu nome era acatado no estrangeiro entre os maiores e mais reputados escritores e filósofos. Era amigo particular de Vitor Hugo e Pasteur, como amado e estimado por todos os cultores da ciência.

E' sabido o amor e o interesse que lhe despertava o Instituto Histórico Brasileiro, a cujas sessões assistia e presidira à muitas delas, bem como o apoio que deu a outras sociedades literárias e científicas.

Os brasileiros fazem justiça aos seus imperantes, vendo neles elementos impulsionadores do nosso progresso em todos os departamentos da atividade humana, e da nossa unidade nacional inteligentemente e luminosamente mantida pelos nossos estadistas e pelo prestigio pessoal enorme que gosava Sua Majestade D. Pedro II.

O Imperador era um homem justo, profundamente justiceiro, equidoso, ponderado, altamente visionador das condições dos partidos politicos e da nação. Dotado de espirito retilineo e de uma grande e imensa bondade, sua ambição era ver o desenvolvimento da nação, velar pela sua grandeza e projeção no concerto das outras nações. Em verdade era um alto espirito despido de vaidades mundanas sem artificios incompativeis com a pureza dos seus sentimentos.

Quero destacar tambem nestas breves palavras o o vulto glorioso da senhora Condessa D'Eu e do seu bravo e fidalgo esposo o Snr. Conde D'Eu. A princesa Isabel, além de outros titulos, fala-nos muito de perto ao coração. Foi ela quem primeiro concebeu a idéia de dotar o Amazonas com um museu, incumbindo J. Barbosa Rodrigues de traçar o plano. De fato o eminente geógrafo e botanico conseguiu à custa de esforços fundar o Museu Botanico do Amazonas, sob os auspicios da

princesa imperial. Foi ele o dirigente deste centro de estudos a que emprestou o calor de seu genio e toda a sua capacidade de trabalho. Por infortunio nosso a admiravel instituição só durou sete anos. A malfadada politicalha e as intrigas palacianas levaram menos ponderadamente o governo de então a suprimir uma obra que seria hoje um padrão glorioso de nossa capacidade e espelharia a riqueza fitológica do nosso Estado.

Muitos anos depois veio substituir ao Museu Botânico o atual Instituto Geográfico e Histórico que, do mesmo passo vinha suprir uma grande lacuna no nosso meio.

Em 1917, graças ao apoio que deu o Dr. Pedro de Alcantara Bacelar, então Governador do Estado, um conjunto de homens amantes do Amazonas, fundava esta casa que, a despeito de todas as vissicitudes, vem se mantendo e levando por diante o peso de sua tarefa cívica sem perder aquele alevantado ideal dos seus fundadores.

Temos colaborado com o Estado em tudo o que diz respeito às atribuições que os nossos Estatutos prescrevem.

Neste breve resumo não estão enumeradas, sem dúvida, as nossas iniciativas. Quero apenas significar os nossos propósitos de bem servir a gloriosa terra de Ajuricaba, ardendo no esplendor de suas matas, na alegria ruidosa de suas devesas, na nevrose torturante de suas cachoeiras, caindo sobre bancos de diabasnas tremulinas do ar, no arrepio formidavel de suas correntes.

A gentil visita que nos fazem suas altesas imperiais é por demais tocante à nossa sensibilidade e marca uma etapa nos nossos anais.

O Instituto, querendo dar mais significação honrosa à presença dos dignos e ilustres príncipes, resolveu conferir ao Snr. D. Pedro de Alcantara e Orleans o titulo de sócio honorário, e ao sr. Dr. Euler o de sócio correspondente. Estes titulos serão oportunamente enviados aos seus destinos.

Agradecendo a delicada atenção do Snr. Governador do Estado, das autoridades, das senhoras e senhores, apresento aos nobres visitantes os nossos calorosos cumprimentos pela sua chegada a esta capital, fazendo votos para que suas altesas levem de nossa terra, que tambem é sua, as mais gratas e duradouras recordações.

Damos, em seguida, o discurso proferido pelo professor Mario Ypiranga Monteiro, na memoravel tarde do dia 5 de Outubro de 1947:

Altezas,

Os índios generosos e hospitaleiros, quando recebem os visitantes á porta aberta da maloca, ou no ucára, quebram as armas nos joelhos em sinal de boas vindas. As mulheres da tribo, as carpideiras, sentam-se no chão, ao redor da rede onde o visitante foi convidado a acostar-se e choram convulsivamente, repetindo um estribilho suave: — Ere? Vieste? .

Ás portas da taba-grande, altíssimos príncipes, não encontrastes mais os generosos caboclos. Uma civilização chantada nesta ubérrima pátria que fora dos Manáo guerreiros, vos recebe de braços abertos e de coração transbordante de alegria e de entusiasmo. Vindes ao nosso gremio na certeza de que encontrarieis, ó Príncipes! uma população culta e uma cidade esplendida. Não aquela cidade que havia encontrado, no século passado, vosso avo, o ilustre Conde d'EU, porém uma capital que se pode orgulhar de possuir todas as características essenciais às grandes concentrações humanas. Manaus vos recebeu com as mais vivas demonstrações de apreço e de estima. As manifestações — de que esta solenidade é um simples reflexo — e o apreço que foram prestados — são a solene confidência que a alma cósmica dos ancestrais morenos, do passado distante, através a força hereditária da simpatia, ás vossas altíssimas pessoas, soam, neste momento eterno para a história, para a nossa história, as inúbias langurosas e os trocanos festivos. Há rumores de cânticos guerreiros e rumores de passos apressados que vem ao terreiro encontrar o viajante. Toda a selva acorda e ao aceiro cru acorrem os curiosos índios para uma festa deslumbrante. Paus longos e breados, simulando tocheiros, se erguem dentro da treva.

Manaus havia recepcionado, em tempos que lá vão, o vosso ilustre antepassado, don Luís Felipe Maria Ferdinando Gastão, Conde d'Eu, aquele qoe assistiria, na guerra do Paraguai, a vários atos públicos de renoição do inimigo. Manaus, com a mesma alma vibrátil, o mesmo sentimento, a mesma simpatia, o mesmo gene-

roso acolhimento, receberia vosso ilustre pai, dom Pedro d'Alcantara, Príncipe do Grão Pará, quando nos deu a honra de sua visita. Agora vós, príncipes do Brasil, descendentes de nobres casas da Europa, pisais a verde Amazonia, a mais nobre terra do mundo, onde todas as cousas são grandes: desde o rio majestoso, ás árvores que desafiam os temporais; desde o espaço físico á alma cósmica do nativo. Vistes, generosos príncipes, a magestática beleza deste rincão; vistes e sondastes as perspectivas naturais e os remansos da configuração psicológica do homem. Tendes diante de vós, patrícios, o coração da terra; um coração vastíssimo, capaz de abrigar nos seus recessos toda a simpatia que irradia da alma dos que nos querem. E nesta casa de cultura ides encontrar fragmentos dessa simpatia que exprime o nôsso reconhecimento pela simpatia de um grande príncipe e de uma grande alma. Refiro-me a Dom Pedro Segundo, o Imperador Magnánimo. Refiro-me à Princesa Isabel — a Mãe dos brasileiros. Nas velhas estantes deste museu de história e de etnografia podereis encontrar não certamente a história amargurada de uma renúncia. Não a história de uma consumação política. Mas a história de um imperador que foi grande até na morte, porque repousou a cabeça encanecida e inerte num travesseiro que, em vez painas suaves continha apenas terras do Brasil, terra de sua pátria, terra da terra que o expugnou. A mão forte de uma princesa — dizem os sociólogos, alterou de fundo a história econômica do Brasil, com a emancipação do escravo. Alteraria tambem a política, com a proclamação da república. Que importa? Senhores Príncipes, ainda podemos ouvir o estálido dos chicotes e o rascar degradante dos grilhões. O passado ainda está bem perto, oscilando entre as fronteiras fugitivas do tempo. O mal que uma princeza fez à economia de uma nação, não pode ser trocado pelo bem que causou a uma raça degradada, a quem Deus, na sua sublime manifestação, fizera livre e independente. Vindes aqui para ouvir dos brasileiros vossos patrícios a rehabilitação dos vossos avós. Vindes aqui, nesta casa de cultura, onde o espírito apenas se volta para as cousas do passado e as verdades brotam como lírios em maio, puras e sinceras, vindes aqui, dizia, para receberdes na concha da alma a enfloração das nos-

sas amizades e das nossas manifestações de amizade e simpatia.

Podeis ficar certos, altezas, que os amazonenses somos, por índole e por educação, um povo que sabe prestar o culto à justiça e homenagem àqueles que, de qualquer forma, são merecedores do nosso amor e do nosso reconhecimento. De uma simplicidade sem renome, sem afetações, sem recalques, o amazonense tem, por isso mesmo, sido mal compreendido e sua psicologia mal interpretada. No fundo dessa paisagem introspectiva, porém, há aquilo que encantaria qualquer pintor ou emocionaria qualquer poeta: o espírito crédulo, a paciência ilimitada, a generosidade, a fora do sentimento predominando sobre o sentimento da força. Tendes certamente verificado, em vossas andanças e em vosso contacto direto com o meio, esse simplório retrato da terra e da gente. Pois não fora outra a impressão que o sr. Conde d'Eu tivera, quando de sua passagem por esta Manaus.

Não seria outra a impressão verificada por Sua Alteza o Príncipe dom Pedro de Alcantara. E assim, no intercurso de quase um século, tres gerações de príncipes dessas casas ilustres pisam a planície verde em amavel visita, que muito nos honra. Não poderiamos, evidentemente, deixar de consignar aqui esse fato, porque ele significa muito para a nossa história e demais para os nossos sentimentos particulares. Vós, generosos dignitários, ao ao serdes recebidos nesta casa onde se aprende a zelar e cultuar a memória dos grandes vultos de nossa pátria e a historiar os fatos encadeados, encontrareis, dispersos, os fragmentos de uma biografia das mais caras aos nossos sentimentos cristãos e patrióticos. Dom Pedro I e Dom Pedro II, Dona Izabel — Redentora e o Conde d'Eu, estão aqui, vivos entre nós, nos documentos de uma longa tragédia política que culminou com a transformação do regime. Entretanto, capacitai-vos de que essa transformação política não afetou a nossa moral democrática. E a prova substantiva do que afirmo é a repeção de que estais sendo alvo neste momento inesquecivel. Não somos e nunca fomos um povo dirijido por afetações de complexos e de recalques. Mesmo naquele crepúsculo triste da monarquia brasileira, quando o vosso antepassado ilustre marchava, com as lágrimas nos olhos, para o exílio, o

povo, a soldadesca entusiasmada manifestava o seu carinhoso espírito de solidariedade humana ao encanecido Imperador. Houve, mesmo, um momento de indecisão partida dos republicanos. Não fosse o temor aos estudantes — e tão somente aos estudantes — e o velho marechal Deodoro teria cancelado o decreto que bania do solo pátrio a um Imperador que em toda a sua vida fora o mais vivo e o mais enérgico exemplo de virtude e de lealdade. Mas os desígnios da providência são intangiveis. Deus quiz que o velho "neto de Marco Aurélio" morresse longe da terra onde nascera. E para rehabilitar a família, a República, em 1922, chama ás festas do Centenário de nossa Independencia o Conde d'Eu. Ainda a fatalidade se interpõe e o príncipe morre a bordo do vapor "Massilia", a 28 de agosto daquele ano.

Altezas;

O Amazonas, — região mais caluniada do mundo inteiro — a Sibéria do Brasil, sente-se rejubilado com as vossas presenças. E esta casa, que guarda o passado de vossos ancestrais com carinho, pela palavra do mais humilde dos seus membros, saúda-vos e agradece a vossa visita. Esta hora que estamos vivendo será eterna para a nossa história. E vamos nós, cada um em particular, eternizá-la no coração. Sede benvindos á taba grande dos Manaus. Quebrai comigo as flechas da paz.

* * *

Sessão Solene do dia 7 de Setembro de 1946

Discurso proferido pelo desembargador Anisio Jobim no dia 7 de Setembro de 1946, no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas:

Exmo. Snr. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Exmas. Senhoras.

Meus senhores.

Convidado gentilmente pelo professor Agnelo Bitencourt, nosso venerando presidente, para dizer duas palavras sobre a festa de hoje, acolhi o convite com a maior

satisfação, certo de que o Instituto tudo merece de nós, como uma das mais belas e primorosas instituições que que conta o Amazonas. E o pensamento leva-me àquela outra instituição, em que pôs o seu cuidado de sábio, o grande botanico e etnógrafo J. Barbosa Rodrigues, dotando-nos com o Museu Botanico do Amazonas. Digo mal, o autor, o criadr do Museu Botanico, que viveu sete anos, foi, como escreveu o insigne Barbosa Rodrigues, a Serenissima Princesa Isabel, em 1882, sendo o projeto de sua criação apresentado à Camara dos Deputados por Adriano Pimentel, embora outros, como Paranaguá e Teodureto Souto lhe houvessem prestado apoio e concurso. Foi, porém, Barbosa Rodrigues o espirito vivificador, o cérebro, o braço dinâmico dessa obra notável, que teve, infelizmente, um ciclo de existencia muito breve.

Não pretendo fazer aqui o histórico do Museu, nem descrever as injustiças e as contrariedades que atormentaram o cientista nessa empreza tão cheia de beleza espiritual e desinteresse. Ela está exposta num dos volumes da revista Velosia, que subsiste atestando a grandeza de quem lhe deu o maior de seu grande coração e de sua máscula inteligência e conhecimentos. Velosia é uma obra prima de vulgarização do que no campo da botanica fez o grande evangelizador dos Crichanás, por mais que alguns espiritos tacanhos lhe procurem desvirtuar o intento e o gesto humanitário.

Quero apenas recordar que o Museu, fundação fulgurante, viveu pouco tempo, porque a politicagem não lhe permitiu colher todo o material que seria hoje uma das grandes riquezas do Amazonas. Mesmo assim tornou-se uma conquista de alto valor, apesar dos anos que rolaram sobre as suas ruinas e de se ter perdido êsse imenso patrimonio científico.

Lembro o caso do Museu, para fazer votos que o nosso Instituto não tenha a mesma sorte, de diluir-se no esquecimento e na má vontade de muitos que não compreendem ou não querem compreender o significado de criações como esta, que reune, disciplina, coordena, tudo o que diz respeito à nossa história, etnografia, geografia, etnologia, arqueologia, geologia do nosso Estado, salvando essas preciosidades do olvido, não deixando perderem-se.

Fazemos ardentes votos para que o Instituto consiga sobreviver, projetar-se para o futuro, legando aos nossos vindouros a soma de esforços que tem custado aos abnegados que aqui mourejam, cheios de fé e de incentivos, e e que o herdaram de outros devotados, já desaparecidos no tumulto dos tempos e nas sombras do abismo da morte. Desejo invocar o nome de um dos nossos confrades mais notáveis, o do eminente Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, que conheci e tive a alegria de receber as suas lições, coluna mestra do Instituto e escritor brilhantissimo. Este nosso compatriota era um grande apóstolo da ciencia e lendo-o hoje, admiro as nobres qualidades do pensador erudito, cujo talento cintilou em paginas imortais. A sua obra Inscrições Prehistóricas é um manancial da ilustração formidavel desse excelso espirito. Historiador, numismata, poliglota, arqueólogo, foi um valente seguidor das teorias de De Thoron, e o decifrador das antiquissimas inscrições existentes na Amazonas.

Dos vivos, dos nossos valores presentes, que se teem dedicado com afinco e decidodo amor ao Instituto posso declinar o nome do professor Agnelo Bittencourt, tão culto quão modesto, geografo e públicista dos mais credenciadôs do Brasil e glória do Amazonas.

Mas, senhores, o momento não exige que volte as vistas comovido para os intelectuais que se teem devotado ao Instituto e que estão nele integrados, como Vivaldo Lima e outros. Nós nos reunimos aqui para festejar a semana da Pátria que culmina com o Sete de Setembro, data da nossa independência política.

O Instituto não podia deixar de se movimentar perante a passagem de tão faustosa efeméride, e relembrar o feito às gerações de hoje, como um exemplo de patriotismo. Abre as suas portas, expõe à curiosidade pública as suas relíquias, os seus tesouros de documentos, as primicias da industria amazonense, todo o testemunho de um passado longinquo aqui recolhido religiosamente. E em modesta cerimonia celebra a festa da pátria, dando os motivos da sua significação e de sua beleza cívica.

E' deste fato que me venho ocupar em breve discurso. A nossa independencia tem sido estudada sob todos os aspectos, em todas as suas modalidades, em todas

as suas causas, para que seja necessária descrevê-la mais uma vez.

O nosso orador, o mestre e amigo Dr. Vivaldo Palma Lima, já fez com o brilho de sempre o quadro desse acontecimento memoravel, pintando-nos ao vivo os lances apoteóticos dessa decisão gloriosa para os nossos destinos.

Senhores! Estamos atravessando uma fase de mudança radical no regime politico da nação, de renovação de costumes e de trabalho intensivo na jugulação da crise que nos aperta, e tratamos de abrir novos horizontes às iniciativas do Brasil. Com o regime democrático que se inaugura com tão vivo esplendor e entusiasmo, novos rumos tem a seguir o Brasil na sua imensidade territorial e nas suas responsabilidades perante os povos.

O nosso país saiu felizmente vencedor na luta em que se empenhou ao lado das nações aliadas, que defendiam a liberdade, o direito e a justiça, a fé cristã e civilização. Acabada a guerra movida pelo espírito diabólico de Hitler, os problemas de após guerra continuam a preocupar as nações amantes da paz, para reiniciar uma era duradoura de tranquilidade e de fartura, de trabalho e de progresso. Neste sentido o nosso país não mede sacrificios para o bem geral, entrando com o seu reconhecido animo pacificador para o bem estar do mundo.

Temos internamente problemsa graves a enfrentar e resolver. Temos que vencer as criss politicas, o fermento das revoluções, conjurar os males que apontma perigos dificeis de remover se o Brasil não estiver vigilante, na defesa de suas instituições e das tradições da familia e da raça.

Vamos marchando em busca dos ideais de democracia que se refletem na nossa Carta Constitucional, que deve ser hoje promulgada, entre as glorificações dos nossos patricios e os aplausos unanimes da nação.

A nossa bandeira há de continuar a flutuar alviçareira, emocional, brilhante e gloriosa no céu do nosso país, assegurando a coesão dos brasileiros em manter ileso a nossa pátria na imensidade do seu território e na grandeza das suas virtudes, trilhando a estrada da democracia e da liberdade.

Há mais de cem anos foi criada a bandeira nacional, e com alguma modificação, é a mesma triunfal bandeira

que se ostenta hoje às nossas vistas com as cores nacionais: o verde e o amarelo. "A bandeira auri-verde, escreve um publicista, não é, porém, simplesmente, original: é tambem, muitissimo bela, e muitissimo significativa". Lembra as nossas matas e o nosso ouro, além de nos recordar o passado vivido no meio de lutas, de lances dramáticos, de feitos históricos, que se prolongam até os povos de que decendemos e que lançaram as bases da nossa nacionalidade. Nela se condensa o nosso sofrimento através de séculos, as nossas aspirações, as nossas conquistas no campo da civilização e no terreno espiritual e material, a nossa fé e idealismo. O pendão nacional é, pois, de uma formosura imácula, é um símbolo perfeito de significação a mais nobre, pois que evoca todo o nosso passado e é um incentivo para o porvir.

Façamos votos a Deus para que o Brasil seja sempre o valoroso país que tem sido, vanguardeiro das idéias democráticas, com o sentido elevado da justiça e dos princípios de liberdade que coroam as suas leis, que quer a paz, que riscou de sua Constituição as guerras de conquista, e adotou o arbitramento, que ama o direito e cultiva a liberdade.

Senhores. O Instituto Geográfico e Histórico associa-se de coração, fraternalmente às manifestações que se desdobram no dia de hoje pelo Brasil a fora, por esse imenso país das Agulhas Negras e do Itatiaia, da cachoeira de Paulo Afonso e do Iguassú, dos pampas do Rio Grande do Sul, e das salinas de Cabo Frio e do Rio Grande do Norte, dos taboleiros de Alagoas, dos canaviais e dos algodoais de Pernambuco, do ouro do Maranhão, dos carnaubais do Ceará, dos pinheiros do Paraná, do café de S. Paulo, do cacau e do fumo da Baía, dos campos de criação do Piauí, dos diamantes de Minas Gerais, das paisagens sensacionais de Curitiba, das minas de Mato Grosso, dos mistérios de Goiaz, da suavidade de Sergipe, onde se erguem dois vultos notáveis — Tobias Barreto e Silvio Romero, do açucar da Paraiba, dos minérios do Espirito Santo, da grandeza da baía de Marajó e do amplidão desmedida do Amazonas, rolando dos altos picos nevados dos Andes às escancaradas portas entre o cabo raso do Norte e o cabo Maguari, e entre este e a ponta Tijioca.

Na hora em que se outorga ao povo a nova Constituição brasileira, vasada em moldes democráticos, e contendo as mais adiantadas conquistas da civilização, em que se assegura a unidade do povo, as suas garantias, as suas liberdades, dentro da lei e da ordem, é justo que tenhamos palavras de louvor para os nossos constituintes em virem de encontro as aspirações nacionais e ao nobre e bravo Snr. Presidente da República, o ilustre general Eurico Gaspar Dutra, e nos congratulemos com a nação, por este acontecimento marcante nos anais de sua história.

***

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. ANISIO JOBIM,

no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em homenagem ao dr. Artur Cezar Ferreira Reis, seu secretário perpétuo.

Exmas. senhoras, meus senhores.

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas reune hoje, conforme ficou deliberado em sessão ordinária, para prestar ao seu ilustre consócio o professor Artur Cesar Ferreira Reis uma singela homenagem, no momento em que se aproxima a sua partida para o Rio de Janeiro, onde vai fixar residência.

Esta manifestação resulta da dívida de gratidão que tem para com ele o Instituto, que sempre contou com os seus esforços e boa vontade para levar pôr diante a sua tarefa de guarda e zelador das tradições do Amazonas.

Secretário perpetuo e portanto membro saliente de sua diretoria, sempre deu sobejas provas de competência e amor à instituição, pondo as suas energias moças ao serviço do Instituto, trabalhando com afinco pela sua finalidade.

Explica-se desta maneira o objetivo desta festa, — prestar uma divida de carinho e agradecimento ao seu eminente companheiro, que após tantos anos de contacto conosco, retira-se para a capital da República, por força das atribuições do seu cargo. Não podia e não devia o Instituto vê-lo partir para a metrópole do país, sem aproveitar esta ocasião, para pôr em relêvo os seus inextimáveis serviços, a preciosa colaboração que nos tem pres-

tado, durante longos anos, num convívio sempre fraternal e amigo. De fato, tem sido o sr. Artur Reis um elemento de indiscutivel merecimento no seio da nossa agremiação, dando-nos o mais nobre de seu espírito e de seu coração. O grande patrimônio que o Instituto Geográfico e Histórico guarda e defende da poeira e do olvido, consubstanciado na sua rica documentação sobre o nosso desenvolvimento moral, intelectual, econômico e político, nos seus monumentos arqueológicos, etnográficos, geológicos e históricos, deve muito à capacidade deste nosso distinto confrade, que é um dos mais brilhantes estudiosos das ciências sociais e um dos mais conceituados historiógrafos da moderna geração brasileira, especialmente da vida lo nosso Estado que lhe serviu de berço, a qual êle tem examinado com carinho e clarevidência, revelados em pesquizas bem dirigidas sobre aspectos que jaziam soterrados nos arquivos, e que êle recompoz, interpretou e refundiu..

Desde alguns anos tornou-se professor e dos mais conceituados, não obstante ser muito moço. As suas palavras e as suas preleções têm um cunho de orientação sadia, trepidante, haurida nos melhores autores e nas fontes mais imparciais. O seu nome de professor de História da Civilisação foi conquistado à custa de trabalho e de aplicação diuturna. O estado inteiro reconhece os seus méritos e a mocidade que lhe ouviu a palavra cálida sabe fazer justiça ao mestre erudito. Mas não estão aí só o seu prestígio e o seu valor. Lente de Direito Internacional da nossa Faculdade de Direito mostrou em conferências magnificas o seu preparo na matéria, o conhecimento largo e profundo desse ramo da ciência jurídica, bem como nas cadeiras de Economia Política e de Sociologia nos cursos propedeuticos.

Como jornalista, a sua personalidade de escritor se reflete na imprensa, modernamente, em artigos interessantes, refertos de conceitos vasados numa linguagem diserta. Não só no JORNAL DO COMERCIO de propriedade de seu ilustre pai, o sr. dr. Vicente Reis, o decano dos nossos homens de imprensa, como em outros órgãos, tem posto em equação o seu talento e ilustração.

A Academia Amazonense de Letras foi buscar o nosso companheiro para ocupar a cadeira de França Junior

naquele conspícuo sodalício, reconhecendo-lhe assim os altos merecimentos.

Sócio correspondente e efetivo de várias associações literárias e científicas, inclusive do Instituto Histórico Brasileiro, equivale isto a uma afirmação cada vez mais crescente da pujança de sua esclarecida inteligência e da sua ilustração, e a consagração ao seu esforço que vai obtendo aqui e alhures.

A reputação adquirida como escritor pelo nosso estimado confrade conquistou-a êle com a publicação do seu primeiro livro "História do Amazonas", editado em 1931, e que vai ser refundido e aumentado grandemente em segunda edição.

Não tínhamos até então uma história do Amazonas, não tínhamos nenhum livro que pudesse, benevolamente, receber este nome. Alguns trabalhos esparsos, como a História de Manaus. Suas lutas e Motins Políticos, de B. Miranda; a síntese de Aprigio de Menezes, e as crônicas de poucos autores farfalhudos não merecem este título. São pequenas contribuições para a grande obra que êle realzou com garbo e brilhantismo.

Agnello Bittencourt na sua especialidade de geógrafo consumado, deu-nos um magnífico estudo sobre a corografia do Amazonas, com pinceladas de mestre sobre a nossa vida pregressa.

A Artur Reis estava reservada a tarefa nobilitante de talhar num grande livro, de páginas maciças, a história do nosso grande Estado, desde os velhos tempos de antes da penetração dos portuguêses pelo vale, e dos missionários de diversas Ordens Religiosas até o nosso desenvolvimento atual, que êle acompanha com decidido interesse e emoção em todas as suas fases. Nesse grande livro as informações são abundantes, os fatos se concatenam e se articulam com absoluta probidade e calor, as paisagens se destendem e as lutas são retratadas com fidelidade. O nosso amor cívico acha nestas páginas uma expressiva e completa refração. A obra vicilizadora do homem tem aí um largo e esplendoroso quadro. O escritor traça com mão firme e serena a nossa evolução em todas as suas facetas, dilucidando fatos, corrigindo à luz de documentos os dramas amargos e os entusiasmos dos nossos maiores.

Não ficou neste afortunado trabalho a sua reconhecida atividade. E pouco tempo depois dava-nos o professor Artur Reis outro livro de pôlpa — "Manaus e Outras Vilas", em que o seu espirito aparelhado para as indagações históricas, passou em revista as etapas das origens dos centros urbanos que atualmente florescem no Amazonas: — a antiga e rebarbativa Barra, hoje a bela cidade de Manaus, que tem os seus fundamentos na velha fortaleza "Jesus, Maria, José", já desaparecida da ribancêira do nosso glorioso Rio Negro; a linda cidade de Maués, Luséia, ouvindo ainda entre os seus guaranasais gritos guerreiros dos seus antepassados, e do povo forte da Mundurucânia; — Barcelos, a capital primeva do Estado, quando capitania, assistindo os conciliábulos dos diplomatas portuguêses, com as suas residências senhoris, e os seus palácios para hospedar num deles D. José Iturriaga com a sua comitiva formidavel e lustrosa; — Tefé, crescendo sob o encantamento da luminosa baía lagunária, onde frei André da Costa foi edificar uma capela dedicada a Santa Teresa, e onde reuniu as relíquias de diversas tribos indígenas.

Tudo neste livro ressôa aos nossos ouvidos como vibrações dos sentimentos dos nossos antepassados, possuidos de zelo pela Amazônia, envolta no mistério de suas poderosas florestas e dos seus rios maravilhosos. Os homens de estado, diplomatas, físicos, astrônomos, engenheiros, desenhistas, mecânicos, oficiais do exército, soldados, missionários, índios, tudo nos fala de perto à imaginaço, tudo nos mostra como êles foram herculeos e heróicos, no desbravar a floresta sempiterna, cheia das famosas lendas e das superstições dos nossos avoengos, como êles estudaram, exploraram, construiram o El-Dorado, fascinados pela vastidão da terra e pelas possibilidades de suas energias criadoras. Os diplomatas portuguêses estiveram à altura do seu merecimento. João Pereira Caldas, o coronl Lobo d'Almada e outros são figuras representativas de grande projeção no cenário brasileiro e da Amazônia especialmente. Houve até um poeta, que, seduzido pelo esforço da inteligência e de trato diplomático, com a redução dos Muras terriveis, nação destruidora e guerreira, o coronel Henrique João Wilkens, um dos comissários da quarta partida de demarcação por-

tuguêsa, compoz uma epopéia, assinalando o extraordinário acontecimento, — a paz com os Muras. Já nesse tempo a nossa diplomacia se anunciava guiada por um espirito pacifico.

Aliás esse capitulo da nossa história não está bem esclarecido; muitos documentos ainda não vieram á tona. Quando o orador que vos fala, esteve no Rio de Janeiro, entrou em contacto com um dos maiores historiadores nacionais, o notavel escritor, Rodolfo Gardia, que lhe leu um trecho de sua conferência sôbre Pedro Teixeira, e mostrou-lhe uma ruma de papel, de documentos a respeito das demarcações, que havia obtido, e que tencionava dar à publicidade para completar esta fase da nossa história.

O sr. Artur Reis debatera o assunto com circunspecção e minudênica, tanto quanto os subsidios antigos nos permite. Êle, o nosso colega tem bem presente este pensamento de Shopenhauer: — "Só a história pode dar a um povo a inteira consciência de si próprio." E' neste sentido teleológico que se agita a sua alma e a sua curiosidade de escritor, rebuscando dados nos arquivos e nos armários, lendo com intensa emoção os manuscritos, consultando mapas, memoriais, para se inteirar da nossa trajetória no tempo, através de lutas aspérrimas.

Outros trabalhos sairam de sua pena, refeitos de observações, sem que seja preciso decliná-los.

Os problemas das instituições sociais e políticas da América são-lhe familiares, pois o professor Artur Reis é um americanista.

A acolhida que lhe foi dada no Instituto Histórico Brasileiro, como seu sócio correspondente, cujo numero de membros dessa categoria é limitado, e conferido a verdadeiros valores mentais, por si só representa uma explêndida vitória do nosso prezado confrade.

Corporação científica de graves responsabilidades, com um passado refulgente, onde se aninham os maiores pensadores, ela o admitiu em seu seio, cônscio de que fazia uma aquisição magnífica. Há pouco tempo deu-lhe uma demonstração cativante de aprêço, fazendo orador da cerimônia prestada ao eminente sr. Conde de Afonso Celso, no cemitério, onde jazem os seus despojos.

Quando foi da recepção do notavel professor Rodolfo Garcia na Academia Brasileira de Letras, o sr. Afonso Taunay, meu ilustre amigo e grande publicista, fazendo um balanço no país dos nossos modernos historiadores, citou o nome do professor Arthur Reis, como um jovem que levava por diante, vitoriosamente, a flâmula de notoriedade que os seus estudos e os seus livros lhe grangearam. Por outro lado, Basílio de Magalhães, o cita como o primeiro historiador que forneceu a data exata de terminação da luta sangrenta da Cabanagem, em Maués, um verdadeiro ninho evocador de gloriosas tradições.

Neste rápido discurso de saudação não é possivel desenhar o perfil do nosso querido confrade na inteireza complexa de sua personalidade. Apenas traçamos em linhas gerais a sua assistência, a sua cooperação ao Instituto, que lhe deve muito. Gisamos a sua atividade de professor, de escritor, de jornalista e homem de letras, a sua atuação de historiógrafo erudito.

O nosso ilustrado consócio tem estado de atalaia na reivindicação dos direitos do Amazonas, no campo das letras, fazendo justiça às suas causas, aos seus anseios, cooperando em muitos problemas, que dizem respeito à nossa vida.

Sr. Dr. Artur Reis.

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas vos sauda e vos rende as homenagens de sua admiração e de seu reconhecimento, quando vos desprendeis do seu seio, por um imperativo de vossa carreira, vos sauda com efusão e carinho, certo de que na capital da República continuareis a vossa tarefa brilhante de professor, e esforçado amigo do Estado, que ides deixar dentro em breve, e haveis de engrandecer o vosso nome já de alta projeção.

Rendendo-vos a sua homenagem , espera que vos não deslembreis dos amigos e velhos companheiros, que aqui deixais, e dos destinos do Instituto, a que podeis auxiliar de longe, ao mesmo tempo que vos deseja ótima viagem e um largo, luminoso e próspero futuro .

Publicações recebidas

BIBLIOGRAFIA

1947 — 1948

REVISTA do Instituto Histórico e Geagráfico Brasileiro — Vols. 190 e 191 — 1.º e 2.º trimestres — 1946

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Vol. XLIII — 1944

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — Vol. II — 1945

REVISTA do Instituto Genealógico da Baía — Ano 2, N.º 2 — 1946

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico da Baía — N.º 72 — 1945

ANAIS do Arquivo Público da Baía Vol. XXVII — 1942; Vol. XXX — 1947.

REVISTA Brasileira de Geografia — Ano VIII — N.º 1, 2, 3, 4 — 1946; Ano IX — N.º 1 e 2 de 1947.

BOLETIM Geográfico —Conselho Nacional de Geografia — Ano IV — 1946; N.º 34 a 45; Ano V — 1947 — N.º 46 a 57.

REVISTA do Instituto do Ceará — Tomo LVIII, Ano LVIII — 1944; Tomo LIX, Ano LIX — 1945.

REVISTA do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano — Vol. XL — 1945.

ANAIS da Sociedade Brasileira de Filosofia — Ano V, 1944 — 1945 N.º 5; Ano VI, 1945 — 1946 — N.º 6.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Súl — Porto Alegre — Ano XXVI — II, III e IV trimestres 1946.

BOLETIM MUNICIPAL — Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Vol. IX — Ano VIII; Vol. X — Ano IX.

ANAIS do Arquivo da Marinha Ministério da Marinha — N.º 9 — Junho e Dezembro — Ano IV — 1946.

ARQUIVO de Biologia e Tecnologia —Curitiba, Paraná — Vol. I — 1946.

BOLETIIN del Centro de Investigaciones Históricas — Tomo VII N.°s 12, 13, 14, 15, 16 e 17 — Ano 1947 — Guayaquil, Equador.

REVISTA Genealógica Brasileira, Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro — N.° 17, 18 — Ano IX — 1.° e 2.° semestres — 1948.

REVISTA do Instituto de Geografia e História Militar, N.° 12 — Vol. XII — 2.° semestre de 1947.

REVISTA do Arquivo Municipal — Prefeitura Municipal de São Paulo — N.° CX, CXI — 1946.

REVISTA de Economia e Finanças — Orgão do Instituto de Economia e Finanças da Baía — Ano II — Vol. II — N.° 1 — 1.° semestre; Ano III, Vol. III N.° 3 —1947.

BOLETIM do Conselho Federal do Comércio Exterior — Ano IX — N.°10, Outubro — 1946; Ano X — N.° 1 a 12 (Janeiro a Dezembro) 1947; Ano XI — N.° 1 Janeiro de 1948.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano — Vol. 10° — 1946.

ANAIS do Museu Municipal — Prefeitura Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura — Vals. CVI (Janeiro e Fevereiro), CVII (Março — Abril), CVIII (Maio— Junho), CIX (Julho — Agosto), CX (Setembro — Outubro), CXI (Novembro — Dezembro) — 1946.

REVISTA DA ACADEMIA PARAIBANA — Abril — 1948 — Ano II — N.° 3.

REVIISTA do Arquivo Público — Recife — Pernambuco — 1.° e 2.° semestre — 1946.

ZOOLOGIA — Espongiários (Porifera), peloDr. Othon Xavier de Brito Machado; Public. N.° 102, (Anexo 5) do Conslho Nacional de Proteção dos Indios — 1947.

PELO INDIO e pela sua proteção oficial; Public. N.° 86 do Conselho Nacional de Proteção aos Indios. Trabalho organizado pelo então Diretor do Conselho, Luiz Bueni Horta Barbosa — 1947.

REVISTA do Instituto Geográfico e Geológico — Vol. III — N.° 2, 3, 4 (Abril a Dezembro) — 1945; Vol. IV — N.° 1 (Janeiro a Março) — 1946.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — Ano VII — N.º 27 e 28 (Julho a Dezembro) — 1946; Ano VIII — N.º 29, 30, 31 (Janeiro a Setembro) — 1947.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO — Vol. VIII — N.º 8 de Julho a Setembro de 1945; Vol. IX — N.º 9 de Outubro a Dezembro de 1945; Vol. X N.º 10 — 1947..

TRADIÇÃO — Revista de Cultura — Suplemento da "Tribuna" de Petrópolis — Orgão do Instituto Histórico de Petrópolis — Ano XI — N.º 5 (Janeiro e Fevereiro), N.º 6 (Março e Abril) de 1948.

BOLETIM do Museu Nacional — Antropologia — N.º 7, 8 de 1947.

PAULISTANIA — Novembro e Dezembro de 1947; Março e Abril de 1948.

PRIMEIRO CENTENÁRIO DO CONSELHEIRO ANTONIO DA SILVA PRADO — São Paulo — 1946.

RELATÓRIO da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas — 1946 — 1947.

PUBLICACIONES DEL COMITÉ PRÓ-CENTENARIO ARCE — Memória de General Manuel José Arce — Premier Presidente de Centro America, comentada por el doctor Modesto Barrios — San Salvador — El Salvador — Centro America.

IN MEMORIAN DE CID LINS — de Mario Ypiranga Monteiro — Manaus — 1946.

O AGUADEIRO — Reconstituição Histórica de um tipo popular da Provincia, de Mario Ypiranga Monteiro — Manaus — 1947.

ELEMENTOS DE GEOGRAFIA GERAL, de Mario Ypiranga Monetiro — Manaus — 1948.

AMAZONIA — A TERRA E O HOMEM, de Araujo Lima — Edição Brasileira.

"É TACO", jornal publicado em 1919 na cidade de Urucurituba, Amazonas.

A LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS, de Fernando Saboia de Medeiros — Biblioteca Pedagógica Brasileira.

AGUAS TERMAIS de Mato Grosso — 1.ª e 2.ª partes dos relatórios apresentados pelo Dr. Orogimo Corrêa Neto — Publicações n.º 61 e 62 da "Comsisão Rondon" — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — 1946.

ASI ES LA SELVA, pelo Padre Avencio Villarejo O.S.A.

DEMARCACION POLITICA DEL PERÚ — Recompilacion de leyes e decretos — 1821 — 1846, por Justino M. Tarazona S. — Lima—1946.

CENTENÁRIO do Almirante Saldanha da Gama — 1846 — 1946 — 1 de Abril. 1947 — Serviço de documentação do Ministério da Marinha.

MARCÍLIO DIAS, Imperial Marinheiro, por Didio Costa — 2.ª edição. Serviço de Documentação do Ministério da Marinha — 1947.

TAMANDARÉ — ALMIRANTE JOAQUIM MARQUES LISBOA — 3ª edição — Serviço de Documentação da Marinha — 1947.

O CAPÍTULO DA EDUCAÇÃO em a Nova Constituição Federal — São Paulo.

O CINEMA NA DIDÁTICA, por J. Oliveira Orlandi — São Paulo — 1946.

PANAMERICANISMO PRÁTICO, de Sud Mennucci — São Paulo — 1943.

CURRICULUM VITAE, por Sud Mennucci — São Paulo — 1946.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distribuição do Departamento Estadual de Informações.

SÃO PAULO DE HONTEM' DE HOJE E DE AMANHÃ — Janeiro a Outubro de 1947—Ano VII—N.º 22-26.

EL GOBIERNO UNIVERSAL — Alerta Cristandad — 2.ª edição — Tucuman — Buenos Aires.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — Ano VII — — 1946.

Coleção atlantico — O HUMANISMO FINANCEIRO DE SALAZAR — por Manuel Lubambo. Secção Brasileira do S. P. N.

INCLITA GERAÇÃ — D. DUARTE — D. PEDRO. Edição da S.N.I. — Lisbôa — 1945.

CUNHA RIVARA — Edição S.N.I. — Lisbôa—1946.

JOSÉ ACURSIO DAS NEVES — Edição S.N.I. — Lisbôa — 1946.

A CULTURA PORTUGUESA E O ESTADO — Edição S.N.I. — Lisbôa — 1946.

A REVOLUÇÃO SOCIAL PORTUGUESA — Cultura Portuguesa e Turismo — Lisboa — 1914.

TEMAS CORPORATIVOS — de Antonio Júlio de Castro Fernandes — Edições S.P.N. — Lisbôa — 1944.

O ESTADO NOVO — PRINCÍPIOS E REALIZAÇÕES — 3.ª Edição. Edições S.P.N. — Lisbôa.

HOMENS ILUSTRES DE SÃO PAULO — Vicente de Carvalho. D.E.I. — São Paulo.

MUNICÍPIOIS MARANHENSES — PASTOS BONS — de Clodoaldo Cardoso.

O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE PORTUGAL — por Delfim Santos.

EL MINISTERIO DE LA MASONERIA — de Cardenal Caro — 3.ª Edição — Editorial Sinopsis — Buenos Aires.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO ANTIGA E MEDIEVAL — de Pedro Moacir Campos. N.º 5 — Universidade de São Paulo — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Boletim LXIV.

COLEÇÃO INSTITUTO CEARÁ — HISTÓRIA ECONÓMICA DO CEARÁ — d eRaimundo Girão — Monografia N.º 12 — 1947.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS — Janeiro a Dezembro de 1947; Janeiro a Julho de 1948.

RELATÓRIO da Associação Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas—Manaus—1947.

SALUBRIDAD Y ASISTENCIA — Organo de la Secretaria re Salubridad y Asistencia — Mexico D.F. Tomo VI Julio y Agosto — 1946; Tomo VII — Setembro e Outubro de 1947.

ASPECTOS DEMOGRAFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS do Rio Grande do Sul — 1947.

O PROBLEMA INDIGENA DO BRASIL — de L. B. Horta Barbosa — Conselho Nacional de Proteção aos Indios — Publicação N.º 88 da "Comissão Rondon".

MICHIGAN AND THE CLEVELAND ERA — 1948.

FUNDAÇÃO DE MANAUS — de Mario Ypiranga Monteiro — Publicação do Arquivo, edição da Associação Comercial do Amazonas.

CÓPIA das fichas toponimicas, referentes à divisão territorial do Estado do Amazonas. Publicação do I.G.B.E.

ÍNDICE

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura